

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

GIOVANA REIS LUNARDI

**TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA
PARA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EM REPORTAGEM JORNALÍSTICA:
COMPREENSÃO LEITORA DO TÍTULO METAFÓRICO AO TEXTO**

Passo Fundo

2012

GIOVANA REIS LUNARDI

**TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA
PARA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EM REPORTAGEM JORNALÍSTICA:
COMPREENSÃO LEITORA DO TÍTULO METAFÓRICO AO TEXTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras/Área de concentração em Estudos Linguísticos, sob orientação do Professor Doutor Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo

2012

“Dedico este trabalho ao meu queridíssimo orientador, Ernani Cesar de Freitas, porque é graças a ele que me foi possível a realização deste.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu excelentíssimo professor-orientador, Dr. Ernani Cesar de Freitas, a quem devo a produção desta Dissertação, que é oriunda de longas orientações e de uma proeminente atenção. Agradeço também pelos momentos que pude conviver com o exemplo notável de profissional que o professor Ernani é.

Aos meus familiares, Camila e Olívia – irmãs afetuosas – e, em especial, agradeço a meus pais, Tales José Lunardi e Tânia Mara Lunardi, pelo apoio, pela motivação e exemplo diante dos estudos.

Ao meu esposo, Elton Carlos Barbosa, por existir em minha vida tornando-a melhor e acreditar (mais do que eu mesma) em meu potencial intelectual, apoiando-me incondicionalmente.

Aos teóricos, Oswald Ducrot e Marion Carel, pelos brilhantes estudos que realizam na área da Semântica Argumentativa e que atualmente chegam a pesquisadores como nós.

À professora, Dra. Telisa Graeff, por me apresentar de maneira visceral a Teoria da Argumentação na Língua.

À professora, Dra. Cláudia Toldo, pelas exímias aulas.

Às minhas colegas de Mestrado, Daiane Zamoner e Grasieli Canelles, pela companhia teórica e afetiva.

Ao colega Romeu Carletto, pelas palavras conselheiras e por presentear-me com Carel e Ducrot (2005) no meu aniversário de 2010.

À minha amiga, Débora Facin, pelo olhar apurado de amiga, revisora e crítica.

Aos amigos que estiveram próximos durante os estudos do mestrado e da produção escrita desta dissertação, em especial à Fabíola Cunha e à Mônica Santin, agradeço.

Aos colegas de fiscalização na Cidasc, em Abelardo Luz, pelas trocas de plantão que possibilitaram muitas aulas em Passo Fundo e a conclusão deste mestrado.

Aos colegas-professores do Colégio Expressivo, pelo apoio e pelas discussões pedagógicas durante os dois anos de mestrado, que auxiliaram a pensar sobre educação.

Por fim, agradeço à energia divina, pela luz e força que me envia, tornando tudo possível.

“[...] a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está ‘na língua’, ‘nas frases’, que as próprias frases são argumentativas”.

(Oswald Ducrot)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar como o sentido global do discurso de uma reportagem jornalística se constrói pela relação entre o aspecto argumentativo evocado pelo título metafórico e pelo texto, através da perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), concebida a partir de postulados previstos na Teoria da Argumentação na Língua (ADL). Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa descritiva, bibliográfica, com abordagem qualitativa em sua análise. Neste estudo, enfatiza-se uma análise semântico-argumentativa, mediante a descrição do sentido global do discurso em reportagem jornalística, visando à compreensão leitora desse gênero textual, cuja característica essencial na seleção do *corpus* é a presença de título metafórico. Concebe-se que as metáforas são construções argumentativas às quais podem ser aplicados os conceitos da ADL/TBS, com base nos encadeamentos argumentativos que possibilitam descrever as metáforas presentes no título da reportagem jornalística analisada e identificar o sentido construído no fio discursivo de todo o texto. Analisa-se um título que contém uma metáfora, em reportagem jornalística da revista *Exame* (2010), figurativização essa entendida como construção que desencadeia o sentido global do discurso no texto de forma a contribuir para a compreensão leitora do conteúdo expresso nesse discurso. Posteriormente, demonstra-se a constituição do Bloco Semântico a partir do título metafórico, identificando-se o aspecto argumentativo evocado e assumido pelo locutor. Também, reconhecem-se os Blocos Semânticos que constituem o texto e destes os respectivos aspectos evocados. Por fim, correlaciona-se o aspecto argumentativo evocado do bloco expresso no título metafórico e no texto para perceber a inter-relação entre eles, de modo a construir o sentido global do discurso. A análise evidencia que é possível identificar e descrever a argumentação presente nos títulos metafóricos e no decorrer do texto, conforme preceitos da TBS, o que constitui uma nova contribuição para os estudos linguísticos, em especial no que diz respeito à argumentação sob a perspectiva da ADL/TBS.

Palavras-chave: Teoria dos Blocos Semânticos. Compreensão leitora. Título metafórico. Texto. Orientação argumentativa e construção do sentido.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es demostrar cómo el sentido global del discurso de una noticia (reportaje periodística) se construye por la relación entre la aparición del aspecto evocado formulado por el título metafórico y el texto, desde la perspectiva de la Teoría de los Bloques Semánticos (TBS) que fue concebida en sigue de los presupuestos previstos en Teoría de la Argumentación en la Lengua (ADL). Los procedimientos metodológicos se produjeron a través del uso del enfoque descriptivo y cualitativo en su análisis. En este estudio, se presenta un análisis semántico-argumentativo, describiendo el significado global del discurso en la información periodística, con el objetivo de la comprensión lectora de ese género, cuya característica esencial en la selección del corpus fue presentar el título metafórico. Concebimos que las metáforas son construcciones argumentativas que se pueden aplicar a los conceptos de ADL/TBS, con base en las continuaciones argumentales le permiten describir las metáforas en el título del reportaje periodística y se analizan para identificar el significado construido en el hilo discursivo del texto. El sentido argumentativo es analizado por los aspectos evocados de las entidades lingüísticas que componen el título metafórico y por los trechos discursivos, o sea, la argumentación es realizada a través de los *encadenamientos argumentativos* (A CONECTOR B). Fue analizado un título que contiene una metáfora, en la información periodística de la revista Exame (2010), entendida como construcción que desencadena el significado global del discurso en el texto analizado, que es paradójico, con el fin de contribuir a la comprensión de la lectura del contenido expresado en este discurso. Posteriormente, se demostró la formación del bloque semántico del título metafórico, la identificación de los aspectos evocados y asumidos por el altavoz. También se identificaron los Bloques Semánticos que constituyen el texto y su aspecto evocado. Finalmente, se correlacionó el aspecto del bloque evocado expreso en el título metafórico y del texto para entender la interrelación entre ellos, a fin de construir el sentido global del discurso. El análisis muestra que es posible identificar y describir los argumentos de este título metafórico y todo el texto, de acuerdo con los preceptos de la TBS, estableciéndose como una nueva contribución a los estudios lingüísticos en particular en relación con el argumento desde la perspectiva de ADL/TBS.

Palabras-clave: Teoría de los Bloques Semánticos. Comprensión Lectora. Título metafórico. Texto. Orientación y construcción del sentido.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	A realização linguística.....	26
Quadro 2	Blocos Semânticos Doxal e Paradoxal	51
Figura 1	Quadrado aristotélico	61
Figura 2	Quadrado Argumentativo Doxal e Paradoxal	63
Figura 3	Quadrado Argumentativo da TBS	64
Figura 4	Modelo Conceitual de Análise: Movimento Argumentativo no Discurso Complexo (MADCXO).....	89
Figura 5	Procedimentos metodológicos que ilustram o dispositivo de análise.....	98
Quadro 3	A metáfora como encadeamento argumentativo	100
Figura 6	Quadrado Argumentativo da AI do título metafórico.....	131
Figura 7	Quadrado Argumentativo do BSG do discurso	133
Quadro 4	Argumentações Externas das palavras plenas <i>competição</i> e <i>droga</i>	136
Quadro 5	Argumentações Internas das palavras plenas <i>competição</i> e <i>droga</i>	137
Quadro 6	AE e AI do título metafórico <i>A competição é uma droga</i>	137
Quadro 7	Constituição do Bloco Sentido Global do Discurso (BSG)	139

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADL** – Teoria da Argumentação na Língua
- AE** – Argumentação Externa
- AI** – Argumentação Interna
- AEe** – Argumentação Externa à esquerda
- BS** – Bloco Semântico
- BSG** – Bloco de Sentido Global do Discurso
- BST** – Bloco Semântico do Título
- CON** – Conector
- DC** – donc
- EA** – Encadeamento Argumentativo
- E Ae** – Argumentação Externa à direita
- H** – Hipótese
- L** – Locutor
- LP** – Linguisticamente paradoxal
- MD** – Modificador realizante
- MR** – Modificador desrealizante
- NEG** – Negação
- PT** - pourtant
- S** – Segmento
- SE** – Sujeito Empírico
- T** – Trecho discursivo
- TADL** – Teoria da Argumentação na Língua
- TAP** – Teoria Polifônica da Argumentação
- TBS** – Teoria dos Blocos Semânticos
- X** – Segmento suporte do encadeamento
- Y** – Segmento aporte do encadeamento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: ESTRUTURALISMO E ENUNCIÇÃO	15
1.1	FERDINAND DE SAUSSURE E A LÍNGUA COMO SISTEMA	15
1.2	A DESCRIÇÃO SEMÂNTICA: DO TEXTO E DO DISCURSO	24
1.3	A ENUNCIÇÃO: BENVENISTE E DUCROT	27
2	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: UMA TRAJETÓRIA DA ADL À TBS	31
2.1	A FASE STANDARD DA ADL	32
2.2	FASE STANDARD AMPLIADA DA ADL	34
2.3	A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO	41
2.3.1	Atualização da polifonia	44
2.4	A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS	47
3	GÊNERO TEXTUAL, METÁFORA E COMPREENSÃO LEITORA	66
3.1	GÊNEROS TEXTUAIS: CONCEITOS PARA A REPORTAGEM JORNALÍSTICA	66
3.1.1	Gênero reportagem jornalística	69
3.2	A METÁFORA COMO RECURSO ARGUMENTATIVO	72
3.3	A COMPREENSÃO LEITORA: DO TÍTULO AO TEXTO	78
4	METODOLOGIA	86
4.1	SELEÇÃO DE <i>CORPUS</i>	90
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
5	APLICAÇÃO DOS ESTUDOS TEÓRICOS DA TBS NA ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	99
5.1	ANÁLISE DA REPORTAGEM JORNALÍSTICA A <i>COMPETIÇÃO É UMA DROGA</i>	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	150
	ANEXO	159

INTRODUÇÃO

Este estudo tematiza a semântica argumentativa mediante aportes teóricos da Teoria da Argumentação da Língua (ADL), mais especificamente os que dizem respeito à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para desenvolver a pesquisa pretendida, selecionamos como *corpus* uma reportagem jornalística a qual contemplese metáfora ou expressão metafórica em seu título e texto. Essa escolha justifica-se pelo interesse da autora deste trabalho em relação à metáfora e pela contribuição dessa figurativização de linguagem para estudos do texto e do discurso, em especial, também, pelo que representa em termos de compreensão leitora e de descrição do sentido em gêneros textuais como a reportagem jornalística – objeto de análise nesta dissertação.

No estudo da metáfora como construção argumentativa, podem ser aplicados os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), que se caracteriza como uma atualização da Teoria da Argumentação na Língua (ADL). Com base nos Blocos Semânticos que constituem o título metafórico de uma reportagem jornalística, pretendemos descrever o sentido global do discurso analisado por meio da estratificação do texto da reportagem em trechos discursivos mediante a organização desses em segmentos, respectivos encadeamentos, argumentações internas e blocos semânticos, para evidenciar a interdependência semântica entre o aspecto argumentativo evocado no título e o respectivo aspecto evocado no texto como um todo. Demonstramos que o sentido metafórico que se expressa no título da reportagem, através do aspecto argumentativo evocado e assumido pelo locutor, tem relação com o que se apresenta ao longo do texto que constitui o *corpus* de pesquisa, de modo que esse conjunto de orientações e descrições argumentativas contribui para a compreensão leitora, nesse caso, do gênero reportagem jornalística.

Também visamos à motivação do meio acadêmico para que realize novas pesquisas de análise discursiva sob a perspectiva da TBS, vinculadas à metáfora como recurso argumentativo, para que seja utilizada, para isso, na produção textual de diferentes gêneros discursivos. Trata-se de uma maneira diferenciada, assim entendemos, para ensinar e aprender a língua materna, pois defendemos que é preciso aprimorar práticas voltadas à leitura e à produção textual sob enfoque argumentativo. Sugerimos, ainda, o desenvolvimento de mais estudos sobre a ADL/TBS aplicados a diferentes *corpora* de análise para, após transposições didáticas, apresentar possibilidades de utilização da TBS pelos professores e

acadêmicos dos cursos de Letras. A metáfora é um importante recurso lexical, como figurativização expressiva da língua, que permite a aplicação dos estudos da ADL/TBS como teorias nas quais a descrição do sentido é explicada por princípios estruturalistas da língua, como sistema, e enunciativa, a língua em uso, ou seja, o discurso manifestado. A lexicalização da metáfora ocorre pela associação de encadeamentos argumentativos às palavras que a compõem para descrevê-las semanticamente; para tanto, foram utilizados os conceitos de argumentação externa (AE) e interna (AI).

A problematização deste estudo ocorre a partir do seguinte questionamento: os aspectos argumentativos¹ evocados do bloco semântico originado do título metafórico e daquele originado do texto têm relação entre si e com a constituição do sentido global do discurso? Diante da problematização apresentada, estabelecemos como hipótese global: “O título metafórico é um encadeamento argumentativo que, analisado pela TBS, permite a compreensão leitora de que o sentido do texto é formado pela inter-relação entre blocos semânticos, cujos aspectos argumentativos evocados associam-se a partir do título metafórico em estreita relação com os encadeamentos argumentativos que constroem o sentido global do discurso”. Para a descrição semântica, propomos a realização da compreensão leitora da reportagem analisada, pela TBS, mediante associação da estrutura do título metafórico (Tópico e Veículo) com a estrutura dos encadeamentos argumentativos, (Segmento 1 CONECTOR Segmento 2 \Rightarrow S₁ CON S₂), conforme Carel (2007).

Propomo-nos a estudar/analisar a argumentação existente no título metafórico, mas também como essa metáfora se observa discursivamente ao longo do texto/discurso. A escolha do *corpus* de análise configurou-se em uma reportagem jornalística apenas; embora tivéssemos selecionado outras reportagens, percebemos que, diante da extensão do texto-base (112 linhas) e do detalhamento e composição de nossos procedimentos analíticos para o estudo de uma dissertação de mestrado, foi suficiente tal quantidade, inclusive porque a pesquisa circunscreve-se em uma abordagem qualitativa. O dispositivo minucioso elaborado permite comprovar a hipótese global de pesquisa e responder à problemática proposta, sendo possível aplicá-lo posteriormente em outros gêneros textuais que sejam objeto de análise, segundo pressupostos da ADL/TBS.

Assim, justificamos que, nessa circunstância, a aplicação em mais de uma reportagem jornalística estenderia demasiadamente a extensão final do estudo, além de não ser necessária;

¹Carel e Ducrot (2005) chamam de aspectos argumentativos o conjunto de encadeamentos em “portanto” – os normativos – e o conjunto de encadeamentos em “mesmo assim” – os transgressivos.

entendemos que a pormenorização dos procedimentos metodológicos proposta contempla-se na análise de uma reportagem jornalística como *corpus*. A estratificação da reportagem resultou em cinco trechos discursivos que, conforme nossa avaliação, permitem demonstrar a orientação argumentativa para a construção do sentido do texto-discurso.

Partimos dessa hipótese, com a premissa de serem polifônicos o sentido construído no título metafórico e o respectivo discurso manifestado na reportagem analisada, de modo que a compreensão leitora ocorre quando o leitor assume um ponto de vista expresso nesse discurso. O movimento argumentativo é analisado pela descrição dos encadeamentos argumentativos, cujos aspectos que formam blocos semânticos são evocados pelo título e pelo texto da reportagem analisada. O texto apresenta relação entre as frases que o estruturam e, por conseguinte, o discurso relaciona-se com os enunciados. Os enunciados são formados por segmentos unidos por conectores; então, podemos transformar os enunciados em unidades maiores que vão encadear-se a outros segmentos maiores, através de conectores, originando blocos de sentido. Essas relações constroem o sentido do discurso, porque ativam a noção de valor, pois, havendo dois enunciados, já se tem um discurso complexo.

O objetivo geral deste trabalho consiste em demonstrar que o discurso metafórico é polifônico, argumentativo, e que podemos identificar e descrever o sentido global do discurso pela relação existente entre os aspectos argumentativos evocados dos blocos semânticos oriundos do título e do texto-discurso.

Em conformidade ao objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as Argumentações Externas e Internas das palavras plenas do título metafórico e do enunciado do título;
- b) analisar as Argumentações Externas e Internas dos segmentos textuais em trechos discursivos selecionados no *corpus* de pesquisa – reportagem jornalística;
- c) construir os quadrados argumentativos conforme os blocos semânticos² identificados nos discursos objetos de análise;
- d) descrever o movimento argumentativo que se desenvolve através dos aspectos argumentativos evocados no título metafórico e no decorrer do texto da reportagem analisada;

²Conforme Carele Ducrot (2005), o encadeamento argumentativo é a união de dois predicados (A e B) por um conector normativo (*donc*) ou transgressivo (*pourtant*). Eles exprimem um ponto de vista que contém um sentido único/unitário chamado de *bloco semântico*.

- e) identificar a polifonia no discurso analisado com base no ponto de vista assumido pelo locutor, processo que auxilia na compreensão leitora;
- f) analisar o sentido global do discurso que se manifesta pela estreita relação de interdependência entre os aspectos argumentativos evocados dos blocos semânticos expressos no título metafórico e no texto;
- g) verificar como ocorre o movimento argumentativo no texto, considerado como bloco semântico unitário, que é composto por vários outros blocos semânticos interdependentes.

O marco teórico que sustenta a análise da reportagem jornalística, cujo título é uma metáfora, é a Teoria da Argumentação na Língua (ADL)³, teoria-base e que originou a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Na TBS, ancoramos os pressupostos teóricos que sustentam este trabalho. Complementarmente, propomos aproximação com estudos sobre a metáfora e compreensão leitora, com a finalidade de destacar esta pesquisa no sentido da importância de se realizarem estudos que possibilitem maneiras diferenciadas de se trabalhar com a argumentação; nesse caso, a semântica argumentativa, no contexto de leitura e de ensino da língua materna. A especificação dos principais autores utilizados consta nos parágrafos finais desta introdução, quando se apresentam os capítulos que compõem esta dissertação.

A metodologia e respectivos procedimentos metodológicos fundamentam-se nos conceitos da Teoria da Argumentação na Língua e a sucedânea Teoria dos Blocos Semânticos. O estatuto metodológico evidencia que a significação dispõe de instruções, o que obriga o interlocutor a tomar posicionamento diante da instrução visando à descoberta daquilo que o sujeito falante comunica, a partir de sua compreensão leitora. Neste estudo, o tipo de pesquisa é descritiva, de base bibliográfica e análise qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2009).

Organizada em cinco capítulos, a estrutura desta dissertação configura-se da seguinte maneira: no primeiro capítulo, encontram-se os alicerces da Teoria da Argumentação na Língua, ou seja, os estudos de Ferdinand de Saussure (2006), o Estruturalismo, a Enunciação de Émile Benveniste (1989, 2005) e conceitos de Texto e Discurso. Tais alicerces compõem a TBS, atualmente, como um sistema estruturado de noções conceituais que a fundamentam em relação a seus postulados, procedimentos e aplicações teóricas.

³ Abreviatura da sigla do nome em francês da teoria *Argumentation dans la Langue*.

No segundo capítulo, expõem-se as fases da ADL: a forma Standard; a forma Standard Ampliada; a Teoria dos *Topoi*; a Teoria Polifônica da Enunciação e a Teoria dos Blocos Semânticos, fases desenvolvidas por Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1994); Ducrot (1971, 1972, 1981, 1987, 1988, 1998, 2000, 2002, 2005, 2009); Marion Carel (1997, 1998, 2002, 2005, 2009, 2010, 2011) e Carel e Ducrot (2005, 2008, 2010).

O terceiro capítulo está dividido em três temáticas: gêneros textuais, metáforas e compreensão leitora, título e texto. A primeira seção nesse capítulo é destinada ao conceito de gêneros textuais, com base nos teóricos Mikhail Bakhtin (2003) e Luiz Antônio Marcuschi (2002), em razão de o *corpus* ser composto por reportagem jornalística, que se caracteriza como texto opinativo-crítico. Posteriormente, o capítulo dedica-se às teorias que estudam a metáfora, conforme Fiorin (2008, 2011), Filipak (1983), Moura (2007, 2008, 2010), Ricoeur (2000) e Vereza (2007, 2010). Na última seção desse capítulo, abordamos alguns pressupostos que nos serviram de base para tratarmos sobre a compreensão leitora, título e texto, oriundos dos estudos teóricos de Kleiman (1995), Koch (2004, 2005), Koch e Elias (2008), Guimarães (2009), Jouve (2002), Delanoy (2008) e Cabral (2010).

No quarto capítulo, destinado à metodologia, delimitamos algumas categorias de análise filiadas à ADL/TBS, apresentamos a descrição do dispositivo de análise que norteia este estudo, posteriormente, a exposição do *corpus* e também os Procedimentos Metodológicos que ilustram o dispositivo de análise (Figura 5). Na sequência, no quinto capítulo, procedemos à análise da reportagem jornalística. Para finalizar, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas neste estudo.

1 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA: ESTRUTURALISMO⁴ E ENUNCIÇÃO

Este capítulo tem por finalidade apresentar os principais conceitos dos estudos de Ferdinand de Saussure sobre a língua como sistema estruturado de signos⁵ e da Enunciação de Émile Benveniste, porque são alicerces no desenvolvimento da Semântica Argumentativa. Para que se possa compreender com mais clareza a teoria que norteia este trabalho – Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) –, são esclarecidos os conceitos que fizeram com que a Semântica Argumentativa tomasse corpo e, por consequência, a própria TBS. Passamos pela identificação da filiação de Oswald Ducrot aos estudos saussurianos – pelos conceitos de valor, signo e as dicotomias língua/fala, significado/significante, sintagma/paradigma. Posteriormente, mencionamos a identificação da língua como estrutura que se expressa através da frase, do enunciado e por fim a enunciação, conforme postulados teóricos de Émile Benveniste. Este estudo visa à descrição semântica do sistema de relações entre signos na interdependência que se observa entre eles, em especial no que diz respeito à enunciação que está imbricada ao sentido argumentativo do discurso, por isso o presente capítulo.

1.1 FERDINAND DE SAUSSURE E A LÍNGUA COMO SISTEMA

Os teóricos franceses Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre fundaram a Teoria da Argumentação na Língua (abreviada do francês ADL), também conhecida como Semântica Argumentativa, no ano de 1983, a partir da publicação da obra *L'argumentation dans la langue*. Essa teoria tem raízes nos estudos saussurianos, que consideram a língua um sistema de signos (SAUSSURE, 2006, p. 24), e na Enunciação de Benveniste; ela principiou a partir

⁴ Em seus estudos, Saussure não fala especificamente em *estruturalismo*, mas sim em *sistema*, para ele a “língua é um sistema de signos que exprime ideias” (SAUSSURE, 2006, p. 24).

⁵ Neste estudo, faremos referência a Saussure (2006) quando da menção do *Curso de Linguística Geral*, como sendo o autor responsável, embora saibamos que são aulas do referido autor, reunidas por alguns alunos. Todo o seu pensamento sobre a estrutura vai aparecer no *Curso de Linguística Geral*, sob o termo sistema.

de uma pesquisa sobre pressupostos⁶ e escalas argumentativas⁷. A intenção da ADL é proporcionar uma descrição semântica da língua, o que lhe corrobora o caráter argumentativo.

A comunicação é entendida como função fundamental da língua, tomada por código, pois, conforme Saussure (2006), ela deve descrever o ato de fala e a dualidade entre os interlocutores; tomando o ato de argumentar como fundamental, os estudos de Anscombe e Ducrot determinam para a ADL o postulado-base, qual seja: “a argumentação está na língua” (DUCROT, 1988, p. 18). Os objetivos gerais que embasaram, desde o início, a constituição da ADL são primeiramente ligados à *concepção saussuriana de signo* (significado + significante), atribuindo-se a essa concepção um valor semântico⁸ que seja propriamente linguístico e lhe pertença enquanto elemento da língua.

Uma das primeiras obras na qual Oswald Ducrot subscreve sua filiação à Saussure é intitulada *Estruturalismo e Linguística* (1971, p. 55); nela, atribui-se ao mestre suíço a responsabilidade de definir cada língua como possuidora de uma organização que merece ser considerada uma ordem, um sistema. Considerado “pai da Linguística Moderna”, Ferdinand de Saussure (1857-1913) nasceu em Genebra, na Suíça, estudou diversas línguas, como o inglês, grego, alemão, francês, sânscrito, celta e indiano. Conforme a biografia resumida por Carboni (2008), Saussure aos 21 anos defendeu uma dissertação sobre o primitivo sistema das vogais nas línguas indo-europeias na Sociedade Linguística de Paris, onde foi muito bem aceita, ajudando-lhe a fazer sua reputação, além de ingressar como membro dessa conceituada associação. Três anos mais tarde defendeu uma tese de doutorado, sobre o emprego do genitivo em sânscrito.

Saussure foi professor na prestigiosa *École des Hautes Études*, de Paris, durante onze anos (1880 a 1891). Em 1891, transferiu-se para a Universidade de Genebra, onde permaneceu lecionando sânscrito, linguística indo-europeia e linguística histórica em geral até 1906, quando foi alçado a professor titular de Linguística e encarregado de ensinar a disciplina de Linguística Geral. Nessa circunstância de sua carreira, mais precisamente de 1907 a 1911, Saussure ministrou, na Universidade de Genebra, três cursos de linguística

⁶ Na *Teoria da Pressuposição*, sistematizada na obra *Princípios de Semântica Linguística – Dizer e não-dizer* (1972), Ducrot afirma a existência de dois níveis de significação, sendo o pressuposto um conteúdo que está inscrito na língua, de modo diferente do conteúdo posto. Posteriormente, Marion Carel (1997, p. 27) defendeu que “a significação se divide em posto e pressuposto”. Essa teórica propõe atualmente modificações desses conceitos, que serão abordadas na seção 2.3.1 deste estudo.

⁷ As escalas argumentativas representam a gradualidade de força entre dois ou mais enunciados no sentido de determinada conclusão. Desse modo, a gradualidade alude a uma propriedade dos predicados da língua.

⁸ Esclareceremos no decorrer deste capítulo que o valor de um signo, para Saussure, são as relações com outros signos do sistema linguístico, sendo o significado de um signo o que se pode entender por seu sentido.

geral, os quais o tornaram célebre no âmbito dos estudos da linguagem. Os cursos são oriundos da disciplina de Linguística Geral e originaram a publicação póstuma do livro *Cours de linguistique générale*, em 1916, organizado por seus discípulos, os suíços Charles Bally (1865-1947) e Albert Sechehaye (1870–1946), que compilaram o pensamento do mestre a partir das anotações feitas por alunos que frequentaram os cursos.

Saussure foi quem definiu o objeto de estudo (único) da Linguística: a língua; para ele, trata-se de “[...] um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. [...] A língua é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Em detrimento da linguagem, que é heteróclita e multifacetada, a língua é de natureza homogênea: constitui-se num “sistema de signos” (SAUSSURE, 2006, p. 24), necessário para que a fala seja inteligível. Responsável pela aceção que a língua é um sistema composto de signos, também é originado de Saussure o conceito para *signo linguístico* como “uma entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, 2006, p. 80), isto é, a combinação entre um conceito e uma imagem acústica.

Posteriormente, Saussure (2006, p. 81) substituiu a denominação “conceito e imagem acústica para significado e significante”, traçando os princípios do signo: primeiramente como sendo *arbitrário* (imotivado), pois não há laço natural entre o significado e o significante⁹. O segundo princípio é a *linearidade* do signo; ele não pode ocupar o mesmo lugar que outro signo no espaço da cadeia sintagmática. Além disso, o signo apresenta a *mutabilidade/imutabilidade*¹⁰, qual seja, a tradição e o princípio da continuidade fazem com que ele, o signo, não possa mudar, embora se entenda que o uso da língua faz com que ocorram algumas transformações, como o deslocamento da relação entre o significado e significante.

Saussure (2006) mencionou que deve haver uma Linguística da Língua e uma Linguística da Fala, e que não se deve confundir essa última com a “Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (SAUSSURE, 2006, p. 28). Por sua vez, Ducrot afirma ser necessário fazer referência à enunciação para a descrição semântica, posição

⁹ A exceção mencionada por Saussure (2006, p. 83) são as onomatopeias e alguns números como dezenove, dezoito (dez e nove dez e oito).

¹⁰ Conforme Saussure (2006, p. 89), “o tempo, que assegura a continuidade da língua, tem um outro efeito, em aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos linguísticos e, em certo sentido, pode-se falar ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidade do signo.” Com relação à ideia que representa, o significante é escolhido livremente, mas não pode mudar na comunidade linguística, porque a língua é um contrato social estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas. Atualmente confirmamos que as línguas se modificam, dado o caráter arbitrário do signo, as gírias, por exemplo, deslocam a relação entre a ideia e o signo, é o caráter da mutabilidade.

confirmada no capítulo *Estruturalismo, enunciação e semântica*, da sua obra *O Dizer e o Dito*, pois “uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala” (DUCROT, 1987, p. 63)¹¹.

Conforme Ducrot (1987), a frase pertence a um sistema linguístico, como um conjunto de instruções para o enunciado e a enunciação é equivalente à fala¹². A língua, para Ducrot (1972, p. 291), “é um conjunto de frases” (ou enunciados) que ao serem descritos semanticamente consideram a atividade linguística como um fato de linguagem da vida cotidiana. É sobre esse aspecto que os estudos semânticos ganham contornos além de Saussure que, ao inserirem a noção de discurso para estudo da Linguística, consideram a língua sem estar separada da linguagem, como sendo sua manifestação. É o uso da língua que se transforma em linguagem, por isso Ducrot propõe uma Linguística da fala que não esteja separada da Linguística da língua.

Embora haja diferenças entre os conceitos de Saussure e Ducrot, este afirma sua fidelidade às teorias do genebrino em diversos momentos, por exemplo, na entrevista concedida ao professor-pesquisador Heronides Moura (1998, p. 170):

Heronides Moura: O senhor crê que exista uma relação entre a sua teoria e a tradição saussuriana, que define o signo como uma relação estrutural, e não como uma relação com o mundo?

Ducrot: Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que dizia Saussure. Retomo de Saussure esta ideia que você evocou segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras, e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso.

O estruturalismo utilizado na semântica linguística é do “discurso ideal”. Ducrot (1987, p.72) toma como o todo o ato individual da enunciação, de modo que sua linguística é estrutural porque “[...] é na medida em que propõe que o domínio da enunciação exige, ao menos num certo nível, uma descrição autônoma (arbitrária no sentido de Saussure) que revele em si uma inteligibilidade interna”. Essa descrição não faz referência a um conhecimento do mundo (extralinguístico), estrutura-se apenas na língua. Ainda há a

¹¹ Ao estudar a fala, vinculada à língua, Ducrot (1987, p. 65), explica que “[...] o ato de fala individual se funda num esquema geral da atividade linguística – confronto entre um locutor e um destinatário vistos como tal –, torna-se possível caracterizar o enunciado relativamente à enunciação”.

¹² Os conceitos de frase e enunciação, para Ducrot, serão especificados na seção 1.3.

confirmação dessa inteligibilidade interna no trecho que segue, da obra *La Semântica Argumentativa*, de Ducrot e Carel (2005, p. 11, tradução nossa)¹³:

Em termos gerais, pode afirmar-se que a TADL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica lingüística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua. [...] Isso significa que o significado de E₁ está constituído pelas relações que E₁ tem com E₂ e com E₃. E aqui nos encontramos diante de algo extraordinário e paradoxal: o significado de E₁, que é uma parte de E₁, está constituído pelas relações que E₁, signo global, tem com outros signos.

Desse modo, o sentido consolida-se pela relação entre os signos constituindo, assim, seu significado/sentido. Dessa maneira, *relação* é uma expressão-chave para o desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua; notaremos como essa afirmação se efetiva no decorrer dos capítulos deste estudo. Para Ducrot (1988), uma vez que o signo é entendido como a frase, o sentido é construído pela combinação entre frases. E o princípio da relação em Saussure (2006, p. 133)¹⁴ é que “cada elemento só pode ser definido em relação a outros elementos. Sua realidade própria é inseparável da realidade no sistema. [...] O valor é um elemento de significação”.

Essa relação entre os signos, que menciona o genebrino, ocorre pelo lugar que o elemento linguístico ocupa (pela combinação) no sistema, e, por sua vez, forma o valor desse elemento. Posteriormente, Ducrot (1988, p. 51) afirma que “o valor argumentativo de uma palavra é o papel que pode desempenhar no discurso”. Então, o valor é previsível pelas relações, do tipo sintagmático e paradigmático; isso é tomado diretamente da ideia de que um signo é algo em relação a outro, do contrário não podemos defini-lo.

Saussure (2006, p. 142) afirma que “as relações entre os sintagmas se dá em um eixo denominado sintagmático, eixo das combinações”. Os falantes fazem uma seleção das palavras que querem utilizar; fora do discurso elas são associadas na memória, no eixo do paradigma. “A relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos

¹³ En términos generales, puede afirmarse que la TADL es una aplicación del estructuralismo saussuriano a la semántica lingüística en la medida en que, para Saussure, el significado de una expresión reside en las relaciones de esa expresión con otras expresiones de la lengua. [...] Esto significa que el significado de E₁ está constituido por las relaciones que E₁ tiene con E₂ y con E₃. Y aquí nos encontramos frente a algo extraordinario y paradójico: el significado de E₁, que es una parte de E₁, está constituido por las relaciones que E₁, signo global, tiene con los otros signos (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11).

¹⁴ Ducrot concorda com essa afirmação em diversas de suas obras, dentre elas *Princípios de Semântica Linguística* (1972, p. 295): “[...] um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos, e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo ‘em si mesmo’”. Não podemos então falar em sentido literal, porque o sentido é construído somente na continuação do discurso.

igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mnemônica virtual” (SAUSSURE, 2006, p. 143), por exemplo, ao relacionar *aprendizagem, educação, ensino* – no paradigma do ensinamento. Assim, tendo essa série associativa o caráter formador de um campo semântico, a associação torna-se imprescindível para a determinação do signo em relação com aquele(s) que os opõe. É o uso da língua e as leituras que fazemos os responsáveis pela construção desse mencionado campo semântico, pois as relações e associações ocorrem em maior ou menor quantidade, conforme o indivíduo.

Consoante Saussure, são as relações entre os signos que constituem o sentido; para Ducrot, os encadeamentos¹⁵ responsáveis pelo sentido do enunciado. Para Ducrot (1988), a continuação das palavras através da combinação/associação é que constitui o sentido do discurso. As primeiras definições encontradas na obra *Estruturalismo e Linguística* (DUCROT, 1971), em um capítulo cuja frase inicial é “enfim, surgiu Saussure”, afirmam que a situação determinada pelo lugar/relação de cada palavra no enunciado é inseparável de uma alusão implícita aos outros significantes da frase, “cuja contraparte se encontra na interação” (DUCROT, 1971, p. 39). É na reflexão sobre dois eixos ortogonais propostos por Saussure (sintagma e paradigma), para explicar o mecanismo da língua, que um elemento linguístico não poderia ser estudado isoladamente, mas em relação com os outros¹⁶, que encontramos o vínculo com Ducrot quando este menciona ser o sentido construído pela *interdependência semântica entre dois enunciados*¹⁷.

Na obra *Provar e Dizer – leis lógicas e leis argumentativas* (1981) há menção desses eixos saussurianos, lê-se: “[...] o valor de uma palavra reside nas suas relações paradigmáticas e sintagmáticas, o ‘valor’ de um enunciado estaria ligado, ao menos parcialmente, ao conjunto de possibilidades de inferência que ele encerra”¹⁸. Dito por Freitas (2007, p. 111-112), esse indício de caráter argumentativo “[...] constrói a função primeira e primária da língua, de modo que não somente as dinâmicas discursivas, mas também o léxico e a própria estrutura

¹⁵Tal asserção é oriunda dos postulados de Ducrot e será tratada com mais detalhes no capítulo 2, seção 2.4.

¹⁶Ducrot atesta essa afirmação desde suas primeiras obras, em *Estruturalismo e Linguística* (1971, p. 27), menciona: “[...] a materialidade dos signos é grandemente arbitrária, é tão-somente a maneira por que são combinados que pode exprimir a coisa significada”.

¹⁷Cf. cap. 2, seção 2.4.

¹⁸Embora nesse capítulo, o primeiro da obra *Provar e Dizer*, Ducrot desenvolva proposições especificamente sobre a linguagem e suas inferências lógicas, percebemos que há definições que permanecerão nas fases subsequentes de seus estudos. Aliás, trata-se justamente dos testes que o semanticista faz ao integrar as relações de inferência à descrição linguística, identificando propriedades lógicas dos enunciados. E defendendo que “[...] a referência implícita a uma situação pressuposta é uma das características mais fundamentais da linguagem” (DUCROT, 1981, p. 23).

semântica profunda da língua comportam um valor argumentativo”. É esse valor oriundo das relações discursivas que constitui o sentido.

Ao procurar uma lógica da linguagem, Ducrot (1981, p. 22) separa-se do logicismo e assume que “[...] se se levar até as últimas consequências a tese de Saussure não há, pois uma única palavra que tenha exatamente o mesmo valor para duas pessoas diferentes”. Ducrot posiciona-se em relação à maneira que entende as relações de combinação e associação, filiadas em Saussure: “as propriedades sintagmáticas, ou discursivas, legíveis, para dado enunciado, em seu contexto efetivo, as propriedades paradigmáticas que relacionam um enunciado a outros, cuja presença é *in absentia*” (DUCROT, 1981, p. 236).

Na relação entre os signos, Saussure (2006, p. 136) denomina de *princípio da opositividade* a característica dos signos de “ser o que os outros não são”. Notamos com relação aos valores que Ducrot concorda com Saussure, porque, se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos de antemão, cada uma delas teria correspondentes exatos para o sentido, mas não ocorre dessa maneira. O sistema linguístico constrói valores conforme seus encadeamentos, ou seja, conforme a continuação dos discursos¹⁹.

O estruturalismo de Saussure é aplicado à Teoria da Argumentação na Língua (ADL) à medida que o significado/sentido de uma expressão se encontra nas relações dessa com outras expressões da língua. Delineia-se que o sentido de uma palavra em determinado enunciado “é subministrado pela relação entre o significado e significante de outra palavra” (DUCROT, 1971, p. 61). Assim, o enunciado pode ter várias conclusões, que não estão “prontas” e não seguem um padrão de verdade; para ADL, “o valor argumentativo a palavra é a orientação que ela dá ao discurso” (DUCROT, 1988, p. 51, tradução nossa)²⁰. Ducrot (1987, p. 62) esclarece sobre o valor ao mencionar que “[...] o valor de um enunciado não poderia ser definido de outro modo a não ser em relação ao ato de empregá-lo”; perceberemos essa afirmação nas análises deste estudo, nas quais se observa o sentido construído pelos encadeamentos argumentativos. A intenção da ADL é descrever os predicados da língua, a descrição do enunciado é feita pela enunciação²¹; dito de outro modo, somente a continuação do discurso pode dar sentido às palavras (CAREL; DUCROT, 2005).

¹⁹ “[...] o sentido de uma entidade linguística é de evocar um conjunto de discursos” (DUCROT, 2002, p. 7).

²⁰ “El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso.”

²¹ “[...] a enunciação é o produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento de discurso. [...] é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado” (DUCROT, 1987, p.168).

Postula-se pela ADL que a língua deve fazer referência à fala, em uma distinção metodológica diferente da separação saussuriana. Nesse sentido, Ducrot (1987) dissocia-se de Saussure (2006) e defende que “a semântica linguística deve ser estrutural e levar em conta a enunciação” (DUCROT, 1987, p. 67).

Durante este estudo, será possível perceber que são basicamente quatro os conceitos basilares absorvidos pela ADL das teorias saussurianas: língua/fala, relação, sintagma/paradigma e valor, transpostos nos seguintes conceitos: frase/enunciado/enunciação, sentido/significação. A base estruturalista dos estudos de Ducrot ancora-se nas postulações teóricas de Ferdinand de Saussure, partindo do elemento para o sistema e nele para as combinações (relações do eixo sintagmático), dito por Ducrot (1971, p. 56): “pressupor no elemento o sistema, eis o que constitui, a nosso ver, o contributo próprio de Saussure ao estruturalismo linguístico”.

Em relação ao estruturalismo, percebe-se ser uma abordagem que faz parte das origens da Semântica Argumentativa, porque, para desenvolver uma descrição semântica do enunciado, meta dos estudos de Oswald Ducrot, primeiramente foram investigados os casos de implícito: *pressupostos*²² e *subentendidos*²³ – conceitos essenciais na Teoria da Argumentação na Língua. É na obra de 1987 que Ducrot apresenta um reexame dos conceitos de pressuposto (que estão na base da teoria) e de subentendido (estão na situação de fala), esclarecendo que eles não têm origem no mesmo momento de interpretação, que fazem parte de “diferentes níveis semânticos: o da significação (frase) e o do sentido (enunciado)” (DUCROT, 1987, p. 33). Os critérios mantidos para se identificar a pressuposição são a negação e a interrogação – porque são conservados quando aplicados a uma asserção e, caso não se possa negar ou interrogar a frase, vale-se o linguista do critério de *encadeamento* (DUCROT, 1987, p. 38).

²² O ato de pressuposição está marcado nas significações da língua, é considerado como ilocucional, porque é um elemento pragmático que faz referência à enunciação, mantendo a coerência do componente com a situação discursiva (DUCROT, 1972). Diante dessa teoria que visa à investigação da argumentação, Ducrot (1987, p. 40-41) assevera: “[...] a pressuposição aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores; ela é relativa à maneira pela qual eles se provocam, e pretendem impor-se uns aos outros, um certo modo de continuar o discurso”.

²³ O subentendido é uma espécie de raciocínio e não está marcado na frase, aparece no momento da enunciação, então não é predefinido, depende do enunciado e pertence através dele ao sentido, mas apenas na medida em que esse deve ser decifrado pelo destinatário. Ducrot (1987, p. 41) ressalta que “o sentido de um enunciado como sendo a maneira pela qual o enunciador apresenta seu ato de enunciação, a imagem que pretende impor ao destinatário da sua enunciação”. Um *retrato da enunciação* que faz o interlocutor admitir o pressuposto e resolver sobre a compreensão do subentendido (como um sentido).

A pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados; desse modo, a noção do pressuposto deve ser aplicada no interior da descrição semântica e não de maneira isolada, por isso a preocupação em separar o posto e o pressuposto para que as diferenças entre ambos possam servir na descrição e não ser confundidos. Após reformulações sobre a pressuposição, Ducrot perceberá que ela culmina em outro importante conceito da Polifonia²⁴, que se firmará como uma das fases da ADL.

Na ADL, cuja metodologia visa à descrição semântica da língua, uma vez que a língua se constitui de relações e se manifesta por atos de comunicação (ou atos de fala) na linguagem, não se pode discordar que a língua faz alusão à atividade da fala. As investigações de Ducrot e seus colaboradores visam ao desenvolvimento de uma semântica linguística que descreva sob um método estrutural os enunciados da língua. Essa descrição semântica de um enunciado auxilia a explicar os atos de enunciação em seus diferentes empregos mediante um nível de descrição que fosse estrutural. Deve-se descrever “a enunciação²⁵ (o dado linguístico) a partir de sua própria realização” (DUCROT, 1987, p. 75), que é autorreferencial e considera suas conclusões.

Em Ducrot (1987, p. 164-169), “a frase também é definida como um objeto teórico e, pertencente ao domínio do observável somente está o enunciado, considerado uma manifestação particular da frase”. Como um objeto teórico, que tem significação, o enunciado conduz ao domínio do observável – uma ocorrência particular da frase, a ele pertence o *sentido*. Admitindo que o signo completo é a frase, é a ela que se buscava auferir uma denominada “significação”, vista como um conjunto de instruções para a interpretação das ocorrências dessa frase nas diferentes situações de discurso. Entre os conceitos principais dos estudos ducrotianos estão os pares *frase/texto* como entidades de nível abstrato e *enunciado/discurso* como entidades concretas. A frase tem significação que dá instruções para decodificar os sentidos possíveis dos enunciados (DUCROT, 1988, p. 57).

Assim, efetuar a descrição semântica das frases, conforme Ducrot (1987), no quadro geral do estruturalismo saussuriano, requer entender que o significado de uma frase seria igualmente constituído pelas relações com outras frases, essas relações são chamadas,

²⁴ Tomando o enunciado seguinte, do qual eram identificados os pressupostos e subentendidos, que pertencem a diferentes instâncias do discurso, Ducrot (1987) notará que se trata de diferentes vozes, fazendo com que o enunciado argumente de modo polifônico, no exemplo (6), onde p. significa *posto* e pp. *pressuposto*:

p. Pedro parou de fumar.

pp. Pedro fumava antigamente/anteriormente.

Subentendido 1. É um exemplo para que você pare de fumar.

Subentendido 2. Ele vai melhorar da doença que tem.

²⁵ Posteriormente será especificado como a ADL considera “sentido do enunciado como uma descrição da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 172).

posteriormente, na fase denominada Teoria dos Blocos Semânticos²⁶, de encadeamentos. Ducrot (1987) entende o enunciado como uma ocorrência da frase, produzido em determinado momento/tempo da enunciação e pertence ao nível da fala (a parole); para a frase, Ducrot reserva a significação para sua caracterização semântica.

A seção seguinte apresenta os conceitos de texto e discurso na perspectiva da ADL/TBS, relevantes para este estudo, porque intencionamos fazer nas análises dos trechos discursivos a descrição do sentido global do discurso.

1.2 A DESCRIÇÃO SEMÂNTICA: DO TEXTO E DO DISCURSO

A opção de inserir esta seção específica para tratar dos conceitos de texto e de discurso, na ADL/TBS, justifica-se pelo fato de que ambos são determinantes para a descrição semântica do discurso como manifestação do texto da reportagem jornalística (o *corpus* de estudo) e são conceitos que utilizaremos na análise.

O *texto*, entidade abstrata, é uma sequência de frases e pertence ao nível de realização linguística complexa. Já o *discurso* é a manifestação do texto, por sua vez, uma sequência de enunciados – que são uma parte da enunciação – que também pertence ao nível de realização complexa. Dito por Azevedo (2006, p. 67):

[...] *texto e discurso* são considerados por Ducrot (1984) unidades complexas de sentido compostas por uma rede de relações estabelecidas entre, digamos, subunidades intimamente conectadas – frases ou enunciados – estas também portadoras de sentido. [...] a definição de texto/discurso como uma sequência de frases/enunciados não implica unicamente uma justaposição ou uma simples sucessão de entidades, mas sim uma relação de dependência sucessiva entre as entidades, sejam elas abstratas ou concretas.

Nas Conferências de Cali, Ducrot (1988, p. 53) define o “discurso como uma sucessão de enunciados”. A finalidade de cunhar essa definição também se comprova pelo artigo escrito em 1998, intitulado *Semântica Linguística e análise de textos*, no qual Ducrot menciona fazer um exercício de descrição semântica do uso do *mas* e sua orientação argumentativa. Esse autor menciona que “a confrontação com os textos é assim um teste

²⁶ Cf. seção 2.4.

necessário para um linguista, encarregado de mostrar que a máquina que constrói ‘simula’ corretamente a competência interpretativa dos sujeitos falantes” (DUCROT, 1998, p. 20). Em relação à competência de interpretação, este estudo propõe que a compreensão leitora seja realizada pela perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos.

Mais recentemente, tem crescido o número de pesquisas que buscam identificar e descrever os sentidos no discurso, entre esses a tese de doutorado de Freitas (2007): *Semântica Argumentativa: a construção do sentido no discurso*, que propõe o texto como sendo um bloco semântico²⁷. Conforme Freitas (2007, p. 60), “para que uma sequência de enunciados produzida pelo locutor constitua um *discurso*, os atos de enunciação sucessivos não podem ser concebidos como acontecimentos independentes, mas devem apoiar-se uns nos outros, tal rede de sentidos compõe uma unidade”. Essa noção de interdependência semântica originou-se nos estudos da ADL a partir da Teoria dos Blocos Semânticos²⁸, proposta por Marion Carel, a ser apresentada no decorrer deste trabalho. Ainda para Freitas (2007, p. 62, grifo do autor),

Como teoria semântica, o *sentido* não preexiste ao *discurso*, já que só nele se constitui. Com isso, fica a *frase* praticamente esvaziada de semantismo, restando nela apenas *instruções* que orientam a busca do *sentido* no enunciado. Entende-se que as instruções conduzem à articulação entre frase e enunciado.

A noção de texto está relacionada à distinção elaborada por Ducrot (1987, 1988) entre entidades abstratas (frase e texto) e entidades concretas (enunciado e discurso), bem como entre nível complexo (texto e discurso) e nível elementar (frase e enunciado). Como entidade abstrata de nível complexo, o texto é uma sequência de frases que subjaz à sequência de enunciados de que é constituído o discurso, entidade concreta de nível complexo.

O enunciado é, para Ducrot (1988, p. 58), “uma das múltiplas realizações possíveis da frase”, é uma realidade empírica. Já a frase “é uma entidade teórica”, construída pelo linguista e não pode ser observada, isso porque não ouvimos frases e sim enunciados. Assim, por definição de Ducrot (1988, p. 57), “a significação é o valor semântico da frase e o sentido é o valor semântico do enunciado”²⁹.

²⁷ Essa obra foi utilizada como um guia para nossos estudos, no que se refere principalmente ao Movimento Argumentativo no Discurso Complexo (MADCXO) elaborado por Freitas (2007, p. 179), posteriormente retornaremos a ela.

²⁸ Vide capítulo 2, seção 2.4.

²⁹ No capítulo primeiro, trouxemos um pouco desse conceito de frase e enunciado; conforme Ducrot, na obra de 1987, mantém-se a mesma definição, explicada nas Conferências de Cali (1988).

Apresentamos o Quadro 1 para ilustrar a relação entre frase/enunciado, significação/sentido, texto/discurso:

A realização linguística		
Entidade abstrata	Nível elementar	Nível complexo
	Frase	Texto
Realização		
Sentido 1: o que é realizado	Enunciado	Discurso
Sentido 2: acontecimento	Enunciação	
Sentido 3: processo de produção	Atividade Linguística	

Quadro 1 - A realização linguística
Fonte: Freitas (2007, p. 56).

Como demonstrado no Quadro 1, podemos perceber que o enunciado e o discurso são realizações da frase e do texto, de modo que são os responsáveis pela manifestação do sentido; esses conceitos (Quadro 1) permanecem nas fases subsequentes da ADL e norteiam a análise do *corpus*.

Outros estudos,³⁰ como de Barbisan e Röring (2009), buscam a compreensão do discurso pelos preceitos teóricos da Teoria da Argumentação na Língua. Para as autoras,

[...] o linguístico indica como compreender o sentido no discurso e que compreender e interpretar são atividades enunciativas [...] não há um único sentido para um enunciado de um discurso; entretanto, não se pode afirmar que um discurso comporte qualquer sentido. O papel da *instrução* seria justamente de limitar a pluralidade de sentidos (BARBISAN; RÖRING, 2009, p. 45-46).

A significação dispõe de instruções, o que obriga o interlocutor a tomar certo ponto de vista/máscara visando à compreensão daquilo que o sujeito falante comunica. Desse modo, a enunciação é entendida como “produto da atividade falante do sujeito”, manifestada pelo enunciado, “o sentido é uma descrição da enunciação” (DUCROT, 1987, p. 172).

Para compreender a enunciação, que exerce papel determinante na descrição semântica, a próxima seção apresenta os estudos de Émile Benveniste com a finalidade de explicar a sua filiação à abordagem que faz Oswald Ducrot acerca da enunciação.

³⁰ Além de estudos em nível de dissertação de mestrado, desenvolvidos na análise de redações de vestibular e propostas de redação.

1.3 A ENUNCIACÃO: BENVENISTE E DUCROT

A proposta de uma teoria semântica só é possível de ser realizada após a percepção da enunciação no enunciado, porque a descrição não pode deixar de observar os atos de fala/linguagem. Por isso, reservamos esta seção para apresentar, de maneira breve, como a *enunciação* é entendida por Oswald Ducrot, sob influência dos estudos de Émile Benveniste³¹.

Vinculado ao Estruturalismo, Benveniste foi leitor do linguista francês Charles Bally, um dos alunos de Saussure que organizou o CLG, também precursor nos estudos da linguagem ao voltar-se à enunciação³². De Benveniste destacamos os conceitos de *enunciado*, *enunciação* e *subjetividade*.

A Linguística da Enunciação³³ visa ao estudo do espaço da língua e de fenômenos que consideram o que é exterior a ela, como um *espaço de liberdade* (CARBONI, 2008, p. 68, grifo do autor). Benveniste foi o primeiro a desenvolver, como mencionam Flores e Teixeira (2005, p. 29), “um modelo de análise da língua especificamente voltado à enunciação; a língua aparece como relacionada à fala, ao que se passa a pensar a existência de um sujeito falante”³⁴.

Benveniste (1989) demonstrou que o sistema linguístico pode considerar os fenômenos da enunciação sem perder sua inscrição no que é sistêmico, à medida que parte da análise da língua enquanto forma atribui um lugar para o sentido e chega ao discurso. Para Ducrot (1987), em alinhamento com Benveniste, a semiótica (entendida como estudo do sistema de signos) não pode ser estudada dissociada da semântica (emprego dos signos).

O texto muito significativo de Benveniste, em relação à enunciação, é o artigo intitulado *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970). Nele se define que pela enunciação a língua converte-se em discurso, isto é, o locutor apropria-se do aparelho da língua e se enuncia como locutor. Para Benveniste (1989, p. 82), “[...] a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. [...] A relação do locutor com a

³¹Dito por Normand (2006, p. 14): “Benveniste é o mais Saussuriano dos linguistas”.

³²Lembrando que no CLG e nos estudos de Saussure não se fazia uma linguística da fala, porque língua e fala eram consideradas separadamente.

³³Conforme define Flores e Teixeira (2005).

³⁴Vale destacar que não há a expressão *sujeito da enunciação* na obra de Benveniste, embora tenha sido a partir de seus estudos que a presença do sujeito passa a ser observada como responsável pela enunciação, como condição para que a linguagem aconteça. Dito por Benveniste (2005, p. 286): “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui com sujeito”.

língua determina os caracteres linguísticos da enunciação”. Mas não se pode confundir a enunciação com o texto do enunciado, pois ela é o *ato mesmo de produzir o enunciado* – esse ato de tornar fala a língua é que se configura como enunciação. Assim, introduz *aquela que fala em sua fala*, emergindo os índices de pessoa no discurso, ou seja, a intersubjetividade.

Valdir Flores e Marlene Teixeira (2005) afirmam que Benveniste apaga as fronteiras entre língua e fala, pois os elementos constituintes pertencem concomitantemente a ambos. Ducrot também desfaz essa separação em relação à leitura da obra saussuriana: o “objeto teórico língua, que não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade de fala” (DUCROT, 1987, p. 64). Se Saussure (2006) postula que a fala é o uso individual da língua, a compreensão de Benveniste (1989) volta-se para uma relação do locutor com a língua, que determina os caracteres linguísticos da enunciação, ou seja, o estudo enunciativo refere-se ao ato de produzir o enunciado. À medida que produz um enunciado, produz sentidos que podem ser lidos por interlocutores cuja compreensão leitora pode ser conduzida de modo argumentativo, conforme a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Seguindo a perspectiva de Ducrot (1987, p. 65), que entende que “[...] cada ato de enunciação constitui um acontecimento único, que implica um locutor particular, enquanto que o enunciado (a frase) permanece, por definição, invariável através da infinidade de atos de enunciação de que se pode ser objeto”.

Desse modo, conforme Ducrot (1980, p. 34 apud BARBISAN, 2006b, p. 30), “o sentido do enunciado é, para mim, uma descrição, uma representação que ele traz de sua enunciação, uma imagem, um acontecimento histórico constituído pelo aparecimento do enunciado”. Não há como tomar as palavras ao pé da letra para atribuir-lhes significados, elas devem ser consideradas em seu uso como um *acontecimento discursivo*, é pela enunciação que ocorre o surgimento do enunciado; portanto, deve-se observá-la como constituinte do sentido. Assim, à medida que surge o enunciado, ele torna-se objeto de análise para Ducrot, pois o sentido³⁵ ou o seu valor semântico é a representação da enunciação, o que se considera que a fala segundo o próprio enunciado faz.

O enunciado não pode ser analisado sem a enunciação; do contrário, ficaria esvaziado do poder pragmático, o que dificulta a compreensão leitora. A análise realizada neste estudo procura demonstrar que a compreensão leitora se concretiza pela construção do sentido argumentativo no discurso, pela orientação que detém palavras plenas, enunciados e texto.

³⁵ O conceito de sentido, encadeamento e significação serão definidos no capítulo 2 deste estudo.

Construir uma noção de enunciado é, para Ducrot (1987), fazer abstração dessa infinidade de empregos do enunciado, a fórmula é introduzir a enunciação no enunciado. Portanto, há necessidade de ser estudada a semântica e a pragmática sem serem dissociadas. Fazemos referência à obra *Dizer e o Dito* (DUCROT, 1987), na qual se lê sobre o ato de *dizer* é que está a enunciação, marcada na língua e, no *dito*, temos o enunciado com as indicações da enunciação, por isso a descrição semântica analisa a semântica unida à pragmática.

Desse modo, ressaltamos que a posição de Ducrot sobre a *enunciação*³⁶ refere-se à dependência do enunciado com relação à enunciação para a descrição semântica pretendida. No uso da língua, a significação para a frase e o sentido para o enunciado são construídos conforme a situação discursiva, ou seja, a enunciação. Vários exemplos cotidianos podem ser mencionados para comprovar essa observação: ao dizermos “Estou com frio!” (para que se feche uma janela), “Que chão sujo!” (para indicar que o interlocutor deve varrê-lo), “Que fome!” (para saber se o almoço está pronto), consideramos a enunciação. Ducrot estabelece que a enunciação é uma aparição momentânea, “[...] é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois” (DUCROT, 1987, p.168-169, grifo do autor).

No decorrer dos estudos da ADL, confirma-se essa definição de que a enunciação é o acontecimento histórico de aparecimento do enunciado (DUCROT, 1988). No entanto, torna-se necessário enfatizar que não se pode confundir essa menção ao histórico com o contexto ou com a influência da historicidade no sentido, porque a definição do enunciado prevê o momento e a análise da enunciação; por causa da subjetividade, o enunciado deve ser compreendido como um comentário sobre sua própria enunciação, sem recorrer à informatividade. Na obra *La Argumentación em la lengua*, Anscombe e Ducrot (1994, p. 56, tradução nossa)³⁷ definiram enunciação como “a atividade da linguagem exercida por quem fala no momento em que fala”.

Diante disso, a descrição da enunciação consiste em descrever semanticamente o sentido, entendendo o porquê de o sujeito realizar algo com o enunciado proferido. Flores e

³⁶ Na obra de 1972, o conceito de *enunciação* já estava delineado, consistindo em “[...] um acontecimento único, que implica um locutor particular tomado numa situação particular, enquanto que o enunciado permanece por definição, invariável através da infinidade de atos de enunciação de que pode ser objeto” (DUCROT, 1972, p. 293).

³⁷ “Para nosotros La enunciación será la actividad del lenguaje ejercida por quien habla en el momento en el que habla” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p.56).

Teixeira (2005, p. 70) destacam que a teoria de Ducrot é uma semântica argumentativa voltada para as questões da enunciação, porque considera no sentido do enunciado a presença de diferentes vozes, ou seja, a polifonia³⁸ e os princípios argumentativos que direcionam o sentido dos enunciados. Desse modo, isolado da enunciação, o enunciado ficaria desprovido do caráter pragmático, qual seja, do próprio uso da língua, é assim que alinhamos a Ducrot (2005, p. 13), pois “[...] uma expressão é pragmática na medida em que ela serve para comentar o que se faz na fala”.

Ducrot (1972, 1987) preocupa-se com a descrição semântica, porque o uso da língua cria situações nas quais não se tem apenas o sentido literal do enunciado, de modo que é preciso descrever os fenômenos responsáveis pela formação do sentido discursivo em determinada situação de uso da língua.

Chegando ao fim deste capítulo, cuja intenção é perceber a filiação da ADL à Saussure, ao Estruturalismo e à Enunciação, ainda esclarecemos que, conforme Ducrot (1972, p. 300; 1987, p. 74), a versão de estruturalismo utilizada na semântica linguística poderia ser chamada de “um estruturalismo do discurso ideal”. A explicação desse *discurso ideal* perpassa primeiramente a descrição do ato individual da enunciação introduzida no enunciado, cuja característica é de ser autorreferencial, ou seja, para compreender um ato de enunciação é preciso partir da postura de que ela faz alusão a si própria. Essa referência é uma estrutura que funde o Estruturalismo e a Enunciação, porque a enunciação é analisada estruturalmente.

Na sequência, o segundo capítulo é dedicado às fases (Standard, Standard Ampliada, Topos, Teoria Polifônica da Enunciação e Teoria dos Blocos Semânticos) nas quais a Teoria da Argumentação na Língua se distribui, com suas principais características e aportes teóricos das etapas de desenvolvimento.

³⁸ A polifonia é um dos importantes conceitos pertencentes aos estudos de Oswald Ducrot e Marion Carel, que será esclarecida no subtítulo 2.3, referente ao desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua.

2 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: UMA TRAJETÓRIA DA ADL À TBS

“Significar, para um enunciado, é orientar. De sorte que a língua, na medida em que contribui em primeiro lugar para determinar o sentido dos enunciados, é um dos lugares privilegiados em que se elabora a argumentação.” (Anscombre; Ducrot, 1994)

Este capítulo apresentará, brevemente, a trajetória percorrida, desde o início dos anos oitenta, da fundação da Teoria da Argumentação na Língua (TAL)³⁹, também chamada de Semântica Argumentativa, cujo nome em francês é *Argumentation dans la langue*⁴⁰. Transitaremos pelas seguintes fases na sua evolução: a forma Standard (1983); a forma Standard Ampliada (1988), que contempla a Teoria dos *Topoi* e a Teoria Polifônica da Enunciação (1987); a fase Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a partir da tese de doutorado de Marion Carel (1992), além de uma breve menção à Atualização da Polifonia (2010, 2011)⁴¹.

O filósofo e linguista Oswald Ducrot e o matemático Jean-Claude Anscombre (1994) defendem que a língua não informa sobre o mundo, mas contém indicações de caráter argumentativo, tanto o léxico quanto a semântica e a sintaxe possuem valores argumentativos. Além disso, ao oporem-se à concepção tradicional de sentido, esses teóricos não separam conotação de denotação, defendendo que “a linguagem não fala diretamente da realidade, mas indiretamente” (DUCROT, 1988, p. 49). Assim, neste estudo, estamos diante de uma teoria que defende um novo conceito e uma abordagem que considera a argumentação pela palavra, pelo discurso.

Ao mencionar a argumentação, no cotidiano científico e social, costuma-se fazer referência à conhecida argumentação retórica, entendida por Reboul (2004, p. XIV-XV) como “a arte de persuadir pelo discurso”; portanto, a “retórica diz respeito ao discurso persuasivo, ou ao que um discurso tem de persuasivo”.

³⁹ Na ADL, a tese de que “a argumentação está na língua” é explicada através da relação entre o argumento A e a conclusão C. A forma *Standard Ampliada* acrescenta a noção dos *topoi* e da polifonia; a forma atual/TBS introduz os blocos semânticos. Neste trabalho, nos deteremos na última versão da teoria, a TBS.

⁴⁰ Utilizaremos ADL neste estudo por ser abreviatura do nome na língua francesa.

⁴¹ Essa última fase, chamada Teoria da Argumentação Polifônica (TAP), está em desenvolvimento atualmente; temos como referencial teórico apenas três artigos (CAREL; DUCROT, 2010; CAREL, 2010; CAREL, 2011) publicados por Marion Carel. Apresentaremos alguns tópicos acerca dessa etapa, mas não nos deteremos neste estudo, uma vez que ainda está sendo elaborada e nosso recorte teórico focaliza especificamente os conceitos da TBS para a análise argumentativa do discurso.

Para entender porque a ADL/TAL não postula na análise do sentido do enunciado a concepção de verdade, os conteúdos lógicos e referência à realidade para a descrição da língua, fazemos um breve percurso, neste capítulo, que pretende explicar sucintamente as fases de pesquisa/estudo da ADL/TAL. Percurso esse que explicitará o postulado-base de que “a argumentação está na língua”⁴², propondo uma descrição semântica argumentativa à Linguística, base da análise aplicada à análise do *corpus* neste trabalho. É crucial, então, apresentar os conceitos, categorias analíticas e etapas mais relevantes de desenvolvimento da ADL, mesmo que de forma sumária, em razão de que a essência teórico-metodológica para a análise situa-se nos fundamentos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

A seguir, as fases de desenvolvimento da ADL; a primeira, denominada Standard.

2.1 A FASE STANDARD DA ADL

A primeira fase da ADL está descrita na obra de 1983, chamada *La Argumentación en la Lengua*; foi traduzida para a língua espanhola no ano de 1994. Trata-se de uma obra densa, que apresenta conceitos sobre *leis retóricas e discursivas; escalas argumentativas; lei da negação e da inversão; topoi e formas tópicas* e o exemplo *pouco/um pouco*⁴³. Essa obra questiona a oposição entre semântica e pragmática, depois insere uma concepção global da descrição semântica e passa a classificar as relações que mantêm com a análise pressuposicional. Anscombe e Ducrot (1994, p. 27) apresentam duas teses que depois recebem menor ênfase: por uma parte, “o valor argumentativo está descrito mediante um ato ilocutório, o de argumentar”; por outra, não haviam abandonado a ideia de um componente informativo autônomo, pois a argumentatividade se justapunha à informatividade, concepção que posteriormente, na fase Standard Ampliada, será negada.

Para contextualizar essa fase Standard da ADL/TAL, e visto a contraposição que se faz à retórica, é preciso lembrar que nesta as relações entre as frases são embasadas em condições de verdade ou falsidade, por isso essa concepção veritativa da língua é criticada

⁴²Ducrot (1988, p. 07).

⁴³ Os operadores *pouco e um pouco* sempre terão conclusões opostas, embora designem um mesmo feito. No exemplo de Ducrot (1988, p. 76), “Pedro trabalhou pouco” e “Pedro trabalhou um pouco” podem conduzir a conclusões negativas ou positivas, no primeiro caso o trabalho pode levar ao fracasso e no segundo ao sucesso.

pela ADL. Ducrot (2009, p. 20) define a *argumentação retórica* como “a atividade que visa fazer alguém crer em alguma coisa”, pois, ao estar voltado para o convencimento, o orador/escritor utiliza recursos estilísticos e artimanhas gestuais de empatia com o público. Para esse tipo de argumentação, as condições de verdade do argumento são fundamentais para que a conclusão seja aceita e considerada verdadeira. De acordo com a argumentação retórica, Barbisan (2007, p. 112) comenta que

O discurso é definido como um conjunto de atos de linguagem planejados e dirigidos a um público em determinado contexto. Diferentes etapas do processo conduzem ao discurso argumentado: a etapa propriamente argumentativa (a procura de argumentos), a linguística (a colocação da argumentação em palavras e frases), a memorização (o trabalho do orador como público).

Essas etapas de constituição do discurso persuadem o leitor para uma compreensão que não é somente discursiva, é argumentativa. Em oposição à argumentação retórica, Ducrot (1987, 1988) refere-se à *argumentação linguística*, que é entendida como os segmentos de discurso constituídos por duas proposições assertivas – argumento e conclusão – encadeadas por um conector, *A portanto C*. Esses segmentos não exprimem fatos fechados, só podem ser compreendidos na continuação do discurso.

Ducrot e Anscombre (1994), na fase Standard, defendem que a análise semântica do enunciado deve formar um todo com a análise sintática e pragmática. Eles dizem: “Para nós, na maioria dos enunciados há certas características que determinam seu valor pragmático independente de seu conteúdo informativo” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 31)⁴⁴. A estrutura sintática do enunciado é uma dessas características, porque determina o valor semântico e, posteriormente, o valor pragmático – essa integração denomina-se “pragmática integrada”.

Assim, ao introduzir a fala na língua e a enunciação no enunciado, o locutor dá indicações sobre a direção do seu discurso, direção com caráter de investigação pragmática que se opõe a descritivo-informativa. Pragmáticos são chamados os aspectos semânticos de um discurso que não sejam previsíveis a partir da estrutura linguística (DUCROT, 2005, p. 9), que contém apenas “filigranas da significação”. A importância da pragmática para os estudos ducrotianos refere-se à situação na qual o discurso é produzido, porque o *sentido*⁴⁵ das

⁴⁴ “Para nosotros, en la mayoría de los enunciados hay ciertos rasgos que determinan su valor pragmático independiente de su contenido informativo” (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 31, tradução nossa).

⁴⁵ Entendido como valor linguístico, que são os discursos associados às palavras através de encadeamentos argumentativos (S₁ CONECTOR S₂).

palavras se constitui no contexto (linguístico) em que ela parece, de modo que exige uma “pesquisa pragmática⁴⁶”.

A Semântica Argumentativa é contrária à separação entre o *modus* (conteúdo descritivo, linguístico) e o *dictum* (atitude do falante diante do dito). Semântica e pragmática não se separam mais, juntas são independentes da noção de verdade/informativa que faz as palavras se referenciar ao mundo para fazer sentido.

Anscombe e Ducrot cumprem a meta de introduzir a essa *pragmática integrada* uma espécie de *retórica integrada*, então a Teoria das Escalas Argumentativas⁴⁷ é proposta. As escalas argumentativas também foram descritas em publicações nos anos de 1976 (tradução para espanhol em 1994) e na obra *Provar e Dizer* (1972). Em resumo, na fase Standard, Ducrot (1988) afirma a tese que tem desenvolvido com Anscombe de que *a argumentação está marcada na língua mesma* e nega que a argumentação tenha caráter racional, decretando que o argumento só pode ser compreendido porque conduz à conclusão⁴⁸.

A seção seguinte apresenta a segunda fase de estudos, sobre a efetivação dessa concepção de argumentação.

2.2 FASE STANDARD AMPLIADA DA ADL

Apresentada nas Conferências de Cali (1988), a Fase Standard Ampliada mantém o posicionamento oposto à concepção tradicional de sentido para a qual a denotação corresponde aos aspectos objetivos (indicam a representação da realidade) da linguagem e a conotação aos subjetivos (referem-se às atitudes do locutor ante essa realidade) e intersubjetivos (relação do locutor com os interlocutores)⁴⁹.

⁴⁶ Conforme Ducrot (2005, p. 12), “Pragmática no sentido de um enunciado, o que diz respeito ao ato de enunciação realizado pelo locutor, todas as informações que o enunciado dá sobre a atitude daquele que fala no momento em que fala”.

⁴⁷ As escalas argumentativas têm como objetivo introduzir na significação literal uma gradação. Ao analisar categorias como “gélido” é mais que “frio” e frio é mais que “fresco”; na mesma ordem “ardente, quente e morno”, percebem que há certas propriedades comuns reveladas por diversos operadores.

⁴⁸ “[...] o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando a passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A. [...] Consequentemente não há transporte de verdade” (DUCROT, 2009, p. 22).

⁴⁹ Cf. Ducrot (1988, p. 49).

Ducrot (1988) não mais considera essa separação entre o denotativo e o conotativo na linguagem; o aspecto *objetivo* é descartado, justamente porque esse aspecto se faria através de um chamado do locutor ao interlocutor, que não é fixo, e a ADL/TAL revoga o valor descritivo/informativo da linguagem, do qual o aspecto objetivo é representante.

Logo, o aspecto objetivo unido ao subjetivo demonstra a força argumentativa do enunciado, por exemplo, na análise do enunciado *Faz bom tempo* (DUCROT, 1988, p. 50-51, tradução nossa)⁵⁰, tem como aspecto *objetivo* a descrição do tempo como um tempo bom, no qual não chove nem há nuvens; o aspecto *subjetivo* refere-se à satisfação que o locutor tem diante do tempo que faz (do contrário, não diria que é “bom”), e o aspecto *intersubjetivo* existe porque esse discurso permite que o locutor proponha ao interlocutor que façam um passeio.

Com o exemplo, nota-se que o *valor argumentativo* do enunciado está na relação entre a satisfação do locutor e o convite que faz para o passeio, a partir do qual será construído o sentido do enunciado, conforme a conclusão para a qual se dirigir. Ducrot (1988) não concorda que a linguagem descreva diretamente a realidade pelo aspecto objetivo, é preciso o intermédio dos outros dois aspectos subjetivos e intersubjetivos. Então, unifica esses dois últimos aspectos no que chama de *valor argumentativo* do enunciado⁵¹. Esse valor é considerado o nível fundamental da descrição semântica porque permite a continuação do discurso. Ao recuperarmos a noção de valor para Saussure (2006)⁵², lembramos que o valor dos signos é oriundo das relações sintagmáticas; temos aqui relações discursivas, ou seja, o valor da palavra tem relação com a continuação do discurso. São as possibilidades de orientação do discurso que constituem a concepção de sentido proposta pela Teoria da Argumentação na Língua⁵³. A continuação que uma palavra torna possível ou impossível no discurso é argumentativa, defende uma atitude ou opinião cujas possibilidades se constituem no valor da palavra. No enunciado *Pedro é inteligente*⁵⁴, o papel exercido pela palavra *inteligente* permite as continuações *logo poderá resolver esse problema; vai ter um bom futuro profissional*, entre

⁵⁰ “(2) Hace buen tempo. En este enunciado hay un aspecto objetivo porque (2) describe el tempo que está haciendo en ese momento: dice que no está lloviendo, ni hay vientos ni nubes, etc. Hay por otra parte un aspecto subjetivo porque este enunciado indica en la mayoría de los casos una cierta satisfacción del locutor por el tempo que hace (en realidad, aun si al locutor no le agrada el buen tempo, el hecho de escoger el adjetivo ‘buen’ marca a cierto nivel una apreciación positiva del tempo). Además hay un aspecto intersubjetivo porque el discurso (2) permite al locutor proponer a su interlocutor hacer una salida, por ejemplo”.

⁵¹ “Quisiera reducirlos a lo que llamo el *valor argumentativo* de los enunciados” (DUCROT, 1988, p. 51).

⁵² Cf. capítulo 1.

⁵³ Para Ducrot (1988, p. 52), “[...] el sentido de una palabra es al mismo tiempo una orientación en el discurso”.

⁵⁴ Exemplo traduzido da obra *Polifonia y Argumentación* (DUCROT, 1988).

outras possibilidades discursivas. Assim, o *valor argumentativo* está para o nível fundamental da descrição linguística, pois revela os efeitos *subjetivos e intersubjetivos* do enunciado a partir da orientação da palavra no discurso.

Nessa fase Standard Ampliada, passa a arraigar-se aos estudos uma concepção de sentido relacionada à direção discursiva das palavras e posteriormente aos enunciadores. A língua não é mais vista como uma função informativa, mas sim argumentativa – o que leva ao preceito da teoria: *a argumentação está na língua* (DUCROT, 1994, 1988). Esse preceito fundamenta-se no fato de que enunciados não descrevem diretamente a realidade, eles não possuem remissão ao extralinguístico; o sentido é determinado pelas relações que ligam os enunciados. Nos segmentos do interior dos enunciados – exemplos (1) e (2) –, a orientação da língua é para a continuação do discurso.

(1) Pedro é rico: ele deve ser feliz.

(2) Pedro reencontrou Maria: ele deve estar feliz.

Esses exemplos não tratam da mesma felicidade. No primeiro enunciado, Pedro é feliz como pode ser feliz qualquer pessoa que é rica; no segundo, é a felicidade de amar ou de ser amado que está em questão. Há, pois, influência do argumento sobre o sentido da conclusão. Inversamente, a conclusão influencia também o sentido do argumento.

Nessa perspectiva, traçamos a seguir noções fundamentais sobre semântica argumentativa as quais subsidiarão a análise deste estudo, didaticamente apresentadas por Ducrot (1987) e que permanecem vigentes na fase da Teoria dos Blocos Semânticos. Sendo o *discurso*⁵⁵ “uma sucessão de enunciados” (DUCROT, 1988, p.58), ele pode ser segmentado, em segmentos sucessivos, S_1 e S_2 , um segmento só tem sentido a partir do outro⁵⁶. A definição dessa noção é como uma base estrutural da ADL que vai originar posteriormente os conceitos de *encadeamentos argumentativos* – abordados na TBS –, o que define a argumentação e a construção do sentido do enunciado. Para exemplo, (3) e (4) são realizações de uma frase única, que, para ser descrita, precisa ter calculado o seu valor semântico:

(3) Faz sol, vamos passear.

(4) Faz sol, não vamos passear.

⁵⁵ Cf. detalhes sobre o texto e discurso no capítulo 1, subtítulo 1.2.

⁵⁶ A noção de segmentação é importante para os feitos deste trabalho, pois estruturamos a reportagem jornalística –*corpus*– em segmentos ($S_1, S_2, S_3...$) para analisar nos trechos discursivos os encadeamentos argumentativos decorrentes da interdependência entre os enunciados respectivos.

Composto de dois segmentos (S_1 e S_2), compreensíveis juntos, o enunciado (3) apresenta uma função argumentativa e não apenas informativa como outros estudiosos defendem. A informação dada pelo primeiro segmento, S_1 , não é compreensível se não houver o segundo segmento, não se sabe o que o locutor quer concluir com a asserção *Faz sol* (S_1), além da mera constatação. Comprovação do sentido/significação oriundo da relação entre os segmentos é o enunciado (4), que é plenamente possível em diferente situação de discurso, ou seja, o valor semântico de S_1 é tomado a partir de S_2 . Retomando o enunciado (4), nota-se que o interlocutor entende, sintaticamente, as palavras utilizadas – verbo, clima, convite – e, ao tomá-las como um enunciado (realização da frase), compreende um sentido, uma compreensão leitora: é bom passear no calor ou está abafado dentro de casa, então o locutor e o interlocutor precisam sair (aspecto *subjetivo*). E, ao ser sugerido um passeio, a significação do enunciado, vê-se o aspecto *intersubjetivo*. O enunciado tem várias possibilidades de sentido na realização da mesma frase; foram atribuídas duas para o enunciado (3) e (4), isso porque o sentido do enunciado leva a diferentes atos de fala, ou seja, um convite, uma promessa, uma ordem, etc.

Ducrot (1988, p. 56, tradução nossa)⁵⁷ define o enunciado, composto pelos dois segmentos, como “uma realização de uma frase única”. Descrever uma língua é descrever frases, porque “a língua é como um conjunto de frases”. Conforme Freitas (2007, p. 111-112),

Anscombe e Ducrot consideram que a língua não informa sobre o mundo, mas que comporta indicações de caráter argumentativo, caráter que, além disso, constrói a função primeira e primária da língua, de modo que não somente as dinâmicas discursivas, mas também o léxico e a própria estrutura semântica profunda da língua comportam um valor argumentativo. E mais, Anscombe e Ducrot consideram que a significação é de natureza instrucional, um modo de emprego, uma função que comporta parâmetros e variáveis a partir dos quais pode calcular-se o sentido dos enunciados. Deste modo, o enunciado não remete ao mundo, mas a outros discursos dos quais esse enunciado é a continuação ou que pode ser sua continuação.

Ducrot (1988) concebe o núcleo do sentido de uma frase como *fazer/instruir* e não *informar*. É nessa possibilidade instrucional aberta das frases que diferentes compreensões leitoras podem ocorrer em um ato de leitura; são as variáveis relacionadas às diferentes argumentações que o leitor pode identificar nas palavras. Ao remeter ao próprio discurso, o

⁵⁷ “[...] una lengua como un conjunto de frases, [...] describir una lengua es describir las frases de esa lengua”.

enunciado e suas continuações exigem que o leitor mobilize conhecimentos de interpretação e de análise da força argumentativa das palavras⁵⁸.

Significação e *sentido* são tomados por Ducrot como sendo diferentes conceitos, porque a significação consistiria em um conjunto de instruções que servem para interpretar o enunciado, ela é aberta, conduzindo o interlocutor para encontrar/compreender o sentido. Essas instruções são demonstradas com o exemplo de uso da conjunção “mas”, questionando sobre o significado de frases “X *mas* Y”, quais continuações são possíveis com frases assim? Para Ducrot (1988. p. 59), “a descrição dessa estrutura é instrucional”, mantêm-se os primeiros elementos, “X é verdadeiro, Y é verdadeiro” agregando-se um segundo elemento que deve ser interpretado e a instrução é: buscar uma conclusão r que seja justificada por X, e uma conclusão não-r (a negação de r), justificada por Y. Ou seja, o locutor poderia, ao produzir o enunciado, ter pensado em uma conclusão justificada por X e contradita por Y, essas instruções precisam ser consideradas para interpretar o enunciado. Tal regra diz que, para interpretar enunciados com “mas”, é preciso tirar conclusões contrárias porque ele inverte a orientação argumentativa do enunciado.

O exemplo a seguir, com a conjunção adversativa “mas”, pode auxiliar a fundamentar essa explicação. Consideramos que, após retornar de uma festa, um amigo questiona o outro se encontrou a pessoa que queria ao que este responde:

(5) Maria sim estava, mas estava com a mãe⁵⁹.

Descrevendo o enunciado, tem-se primeiramente que *Maria estava naquele lugar* (X é verdadeiro) e posteriormente que *Maria estava com a mãe* (Y é verdadeiro). Esse segundo segmento pode significar que a presença da mãe não agradou o locutor (conclusão r1) ou que não é comum que Maria esteja com a mãe naquele lugar (conclusão r2). Ao propor a descrição dessa estrutura “X *mas* Y” percebe-se a regra/instrução: “busque uma conclusão r de modo que resulte justificada por X e uma conclusão não-r (a negação de r), justificada por Y” (DUCROT, 1988, p. 59).

Como se pode perceber, o valor semântico de “mas” é pragmático; essa conjunção permite determinadas conclusões que invertem a orientação argumentativa do enunciado, é o sentido não-r. Nesse exemplo, r poderia significar que o locutor está contente com a presença de Maria, mas descontente com a presença da mãe dela ou até a conclusão contrária.

⁵⁸ Essas possibilidades de leitura serão demonstradas mais especificamente nas análises, no capítulo 4.

⁵⁹ *María si estaba pero estaba con la mamá.* (DUCROT, 1988. p. 59, tradução nossa).

Ducrot(1988, p. 64, tradução nossa)⁶⁰ menciona que sua ideia fundamental é que a frase dá indicações das relações entre os interlocutores e seu objetivo é “mostrar que a frase, e, portanto, a língua, contém alusões à atividade da fala, contém alusões sobre o que fazemos quando falamos”.

Temos nos pares frase/enunciado e significação/sentido fundamentos para as descrições semânticas que realizaremos na análise do *corpus* desta pesquisa. Para a análise dos enunciados, a noção de *polifonia*⁶¹ é integrada ao estudo da argumentação nessa segunda fase da ADL, em que argumentar passa a relacionar-se aos pontos de vista dos enunciadores e a posição do locutor diante deles. Os enunciadores descrevem a argumentação e não mais os enunciados, demonstrando que a argumentação está no sistema da língua.

É indispensável discorrer acerca da noção de “lugar argumentativo” (*topos*) que fez parte dos estudos da ADL. Não é conceito utilizado na análise deste estudo, embora nos pareça estar aglutinada às fases mais recentes dessa teoria, uma vez que este estudo busca contextualizar as raízes da ADL/TAL, por isso apresentamos de maneira breve o que caracteriza essa fase denominada Teoria dos *Topoi*. Um ponto de vista é tomado como argumentativo; nessa fase, cumprem-se duas condições: a primeira é se esse ponto de vista leva a uma conclusão e a segunda é que esse ponto de vista tenha convocado um *princípio argumentativo*, um *topos*, para chegar a essa conclusão. Embora os *topoi* não sejam mais utilizados nos estudos atuais da ADL/TBS, eles foram significativos e fizeram parte da fase Standard Ampliada, servindo, inclusive, para tornarem-se razão de mudanças promovidas pela TBS, no que diz respeito ao conceito de argumentação interna (AI).

O *topos*, no plural *topoi*, é um termo aristotélico, tomado por Ducrot, e que fez parte da ADL nos últimos doze anos, define-se como *lugar comum argumentativo*. Para Aristóteles, esse “lugar” servia para designar um *princípio geral que garante ou justifica a passagem do argumento à conclusão*. Ele foi inserido na teoria para explicar a objeção segundo a qual a mesma conclusão seria possível para frases construídas com operadores como *pouco/um pouco*. No primeiro momento, o processo intelectual do discurso argumentativo seria embasado em determinada “dedução lógica”, para a qual a regra aplicada seria a do *topos*, pois a passagem de um argumento à conclusão era justificada por algum princípio geral.

⁶⁰ “Mi objetivo es mostrar que la frase, y por lo tanto la lengua, contiene alusiones a la actividad del habla, contiene alusiones sobre lo que hacemos cuando hablamos” (DUCROT, 1988, p. 64).

⁶¹ Cf. seção 2.3.

Ducrot ainda explica que “[...] o encadeamento discursivo de um enunciado-argumento a um enunciado-conclusão se faz sempre por aplicação de princípios gerais que chamamos *topoi* [...] para nós, a significação de uma frase é o conjunto de *topoi* cuja aplicação da frase autoriza” (DUCROT, 1994, p. 207, tradução nossa)⁶². Então, no momento em que é enunciada, a frase ativaria um desses princípios disponíveis⁶³ para permitir determinadas continuações do discurso. Assim, o campo léxico se converteria em um campo tópico, como um feixe (metáfora proposta por Ducrot, 1994, p. 208) em relação àquilo que se seguiria no discurso, entendida nessa perspectiva como a *orientação argumentativa*. Convocar um *topos* é, portanto, convocar um ponto de vista dos enunciadores, o que coaduna com a Teoria da Polifonia, é a decisão de utilizar uma conclusão determinada.

A sexta das conferências de Cali (1988, p. 140-151) relaciona a teoria dos *topoi* com a Teoria da Polifonia. Para Ducrot (1988), existem grupos de adjetivos unidos entre si por relações muito gerais, por exemplo, o conjunto de quatro adjetivos (generoso, avarento, econômico e gastador), que constituem uma estrutura única. Porém, é difícil definir as relações que organizam essa estrutura, assim esse linguista recorreu às relações lógicas, principalmente as que constituem o “quadrado aristotélico”⁶⁴. Funde as relações lógicas com os *topoi* e as formas tópicas, que são muito mais claras para uma linguística que se interessa pelo discurso.

O conceito de *topoi* permaneceu cerca de doze anos na ADL e foi questionado por Marion Carel em sua tese de doutorado de 1992, ao afirmar que, se a teoria visa a uma descrição de ordem linguística (a língua descrita por ela mesma), os *topoi* são referências à realidade. Assim, foi abandonado o conceito de sentido como um lugar argumentativo que era defendido nessa fase. Verifica-se que é a partir desse momento teórico que Ducrot (1987, 1988) afirma estar a concepção de sentido embasada na Teoria da Polifonia. A noção de *polifonia* é integrada ao estudo da argumentação nessa fase Standard Ampliada da ADL. Argumentar passa a estar relacionado aos pontos de vista dos enunciadores e a posição do locutor diante deles. É sobre a polifonia a seção que se apresenta na sequência.

⁶² “[...] el encadenamiento discursivo de un enunciado-argumento a un enunciado-conclusión se hace siempre por aplicación de principios generales que llamamos de *topoi* [...] la significación de una frase es el conjunto de los *topoi* cuya aplicación la frase autoriza en el momento que es anunciada.”

⁶³ Desde já observamos que essa noção será descartada da teoria porque faz apelo ao contexto, ao mundo, justamente o que ela contraria.

⁶⁴ O quadrado aristotélico foi o primeiro a propor relações lógicas (contrariedade, subcontrariedade e implicação) entre quatro expressões, por isso é preciso mencioná-lo. Não aprofundaremos mais sobre esse assunto no momento, apenas mencionamos o quadrado aristotélico que aparece na Teoria dos Blocos Semânticos. Nessa fase, que é o foco da nossa pesquisa, retomaremos a noção de quadrado para Aristóteles.

2.3 A TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIACÃO

Após ocupar-se da definição de enunciação e de argumentação, Ducrot (1987) passa a estudar o caráter argumentativo dos diferentes *pontos de vista* presentes em um enunciado. Denominada Teoria Polifônica da Enunciação, essa fase preconiza o sentido do enunciado como polifônico. Contrário à visão de unicidade do sujeito – pela qual um enunciado tem somente um sujeito de consciência –, o semanticista francês defende a existência de vários sujeitos no mesmo enunciado, denominados de enunciadores.

Ducrot (1987, p. 149) ressalta que “a cena linguística se revela como a cena teatral”, porque o autor assume máscaras diferentes. Pragmática semântica ou Pragmática linguística é a disciplina na qual se desenvolve a teoria da polifonia, tomada a pragmática como “ação humana realizada pela linguagem”, visto que a investigação volta-se para o “que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz” (DUCROT, 1987, p.163).

Posteriormente, o capítulo intitulado *La polifonia en lingüística*, da obra *Polifonía y Argumentación* (1988), Ducrot explica, de maneira evidenciada, sobre a noção de polifonia para a lingüística. A polifonia tem origem como uma composição musical na qual se sobrepõem partituras, aplicada à Literatura por Bakhtin, que a dividiu em *dogmática e polifônica* ou ainda *carnavalesca*.

A dogmática seria uma literatura na qual há somente a voz do autor fazendo o leitor escutar uma voz dizendo o que deve pensar de cada personagem. Na literatura polifônica ou carnavalesca (também chamada de popular), há vários personagens que se apresentam por si mesmos, como as máscaras de carnaval. Bakhtin (1986/1995) defende que o melhor exemplo de literatura polifônica é a obra de Dostoiévski. A polifonia estaria ligada ao conceito-base de Bakhtin, que toma a linguagem como uma manifestação *dialógica*, pois na interação verbal sempre há diálogo e várias vozes. Por influência desses pressupostos bakhtinianos é que Ducrot (1988, p. 16) propõe adaptar o conceito de polifonia à análise lingüística dos enunciados. Posteriormente, Ducrot (1987) afirma que um autor põe em cena vários personagens quando produz o enunciado. O sentido do enunciado resultaria da confrontação dessas diferentes vozes.

Ducrot (1987) inicia o desenvolvimento da teoria polifônica da enunciação definindo diferentes funções do sujeito falante, ou seja, as vozes presentes no enunciado: *o sujeito empírico* (SE), *o locutor* (L) e *o enunciador*. O SE é o produtor do enunciado, que, para

Ducrot (1988, p.17, tradução nossa)⁶⁵, não interessa muito, uma vez que “o linguista semanticista deve preocupar-se com o sentido do enunciado, é dizer, deve descrever o que diz o enunciado, o que ele comporta”. Diante disso, o locutor é o responsável pela enunciação, quem fala/produz o enunciado no momento da enunciação.⁶⁶ Os enunciadores são os personagens que, no teatro representado pelo enunciado, assumem diferentes pontos de vista. O semanticista francês explica:

Chamo ‘enunciadores’ estes seres que são considerados como se expressando através de palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras. [...] Direi que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor (DUCROT, 1987, p. 192).

A encenação dos personagens/enunciadores é, no sentido teatral, a representação dos diferentes pontos de vista no interior do discurso, o que permite se tirar conclusões de uma asserção sem a responsabilidade de ser atribuída por (L) diretamente, mas sim a outro enunciador. É a diversidade de pontos de vista que pode conter no enunciado que recebe a denominação de polifonia. Desse modo, na função do *enunciador* é que se delineiam as noções conceituais sobre a polifonia. Segundo Ducrot (1988, p. 19-20, tradução nossa):

[...] todo enunciado apresenta um certo número de pontos de vista relativos às situações das quais se fala. [...] Descrever o sentido de um enunciado consiste, a meu juízo, entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contem a função locutor?, a quem se atribui essa função?, quais são os diferentes pontos de vista expressados, é dizer quais são as diferentes funções de enunciador presentes no enunciado?, a quem se atribui eventualmente essas funções?⁶⁷

Por meio dessas respostas é que se pode fazer a descrição polifônica de um enunciado e, por conseguinte, a descrição dos sentidos evocados pelos enunciadores. “Dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego” (DUCROT, 2008, p. 10). Tal concepção de significação relaciona-se

⁶⁵ “[...] el linguista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado, es decir, debe describir lo que dice el enunciado”.

⁶⁶ Ambos são diferentes, Ducrot explica que com frequência é um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade pela enunciação. Atribuir a fala a seres que são incapazes de falar é uma mostra da diferença L/SE. Por exemplo, estampas de camisetas com frases ou provérbios, em que não há um L, mas há um SE e enunciadores.

⁶⁷ “[...] todo enunciado presenta en cierto número de puntos de vista relativos a las situaciones de las que se habla. [...] Describir el sentido de un enunciado consiste, a mi juicio, entre otras cosas, en responder a diversas preguntas: ¿el enunciado contiene la función locutor?, ¿a quién se le atribuye esta función?, ¿a quién se asimila el locutor?, ¿cuáles son los diferentes puntos de vista expresados, es decir, cuáles son las diferentes funciones de enunciador presentes en el enunciado?, ¿a quién se atribuyen eventualmente estas funciones?”

com a descrição polifônica, no que diz respeito à natureza dos “pontos de vista” associados aos enunciadores. Nessa fase, os enunciadores⁶⁸, responsáveis por manifestar a polifonia, são as “origens dos pontos de vista que se apresentam no enunciado” (DUCROT, 1988, p.20), eles manifestam suas posições através da enunciação, mas não existem no sentido material.

Ducrot (1987), em sua teoria da polifonia enunciativa, usa a expressão “diálogo cristalizado”, é praticamente um debate entre enunciadores e locutor, depois do qual um ponto de vista prevalece, visto que o locutor seria responsável por organizar os enunciadores no enunciado. Dito por Donaire (2000, p. 82, tradução nossa)⁶⁹:

O ponto de vista convocado em um enunciado tem por função conduzir para a construção do sentido do enunciado, por isso que substitui o termo ‘diálogo’ de Ducrot (‘dialogue cristallisé’) pelo termo ‘debate’ para qualificar a estrutura polifônica do enunciado. A inserção de distintos discursos sem relação argumentativa alguma em um enunciado não conduziria necessariamente a uma orientação única, e o enunciado resultaria ininterpretável. [...] Definirei, em consequência, *punto de vista* como uma forma de argumentação que apresenta o significado (e, em seu caso, o sentido, a orientação como o resultado de uma seleção). Essa forma de argumentação faz parecer a enunciação um debate.

Donaire (2000) justifica sua troca de denominação porque “diálogo” faz referência a turno alternativo de palavras, enquanto “debate” remete a posições deferentes, pois, em um debate, haverá as posturas de duvidar, supor, negar, afirmar, já descritas por Ducrot (1987). O ponto de vista seria assim uma seleção favorável ou desfavorável. Donaire (2000) defende que o enunciado convoca ao menos um ponto de vista e não vários com os quais o locutor tomaria posições, e os pontos de vista não seriam atribuídos diretamente ao locutor, mas aos enunciadores. Notamos que esses questionamentos são antecessores da *atualização da polifonia*, sobre a qual fazemos breves comentários na seção seguinte.

⁶⁸ Atualmente, Carel e Ducrot (2010), Carel (2010, 2011) questionam a presença dos enunciadores na teoria, suprimindo essa noção e delegando as tais vozes ao próprio conteúdo do enunciado, como uma tríade.

⁶⁹ “Los puntos de vista convocados en un enunciado tienen por función conducir a la construcción del sentido del enunciado, de ahí que substituya el término ‘diálogo’ de Ducrot (‘dialogue cristallisé’) por el término ‘debate’ para calificar la estructura polifónica del enunciado. La inserción de distintos discursos sin relación argumentativa alguna en un enunciado no conduciría necesariamente a una orientación única, y el enunciado resultaría ininterpretable. [...] Definiré, en consecuencia, *punto de vista* como una forma de argumentación que presenta el significado (y en su caso, el sentido, la orientación) como el resultado de una selección. Esta forma de argumentación hace parecer la enunciação como un debate”.

2.3.1 Atualização da polifonia

A polifonia continua sendo estudada, atualmente, por Oswald Ducrot, Marion Carel e Alfredo Lescano, que propõem uma nova fase da ADL/TBS, uma atualização da polifonia. Trata-se, por enquanto, de uma “trilogia” de artigos novos que trazem algumas reformulações de conceitos: *Atualização da Polifonia* (2010), *Polifonia e Argumentação* (2010) e *Polifonia Linguística* (2011). Enfatizamos que, neste estudo, não utilizamos os três referidos artigos na análise, pois cremos que tais conceitos, ainda em fase de desenvolvimento e divulgação, necessitam de maiores discussões e equalização de entendimento. De maneira breve, apontamos as considerações principais trazidas pelos três artigos que marcam a atualização da polifonia.

O primeiro artigo, publicado no Brasil, que alterou os moldes da Teoria Polifônica, foi escrito por Carel e Ducrot (2010) intitulado *Atualização da Polifonia*; nele a proposta é de atualizar o conceito de polifonia presente em *O Dizer e o Dito* (DUCROT, 1987). São apresentados os conceitos de *polifonia musical*, na qual o enunciado faz ouvir diferentes discursos atribuídos a diferentes fontes, ela é associada ao Dialogismo de Bakhtin. É a *polifonia atitudinal* que interessa aos estudos da ADL/TBS, que consiste em sustentar que o enunciado apresenta vários conteúdos e o locutor toma frente a eles atitudes diversas, ou seja, há um par: atitude-conteúdo. Carel e Ducrot (2010) negam que a pressuposição seja a garantia para a polifonia, ela deve ser considerada como uma condição de emprego, essa modificação ainda está sendo elaborada. A concepção triádica da polifonia, proposta pelo novo artigo, deve estar embasada. Segundo Carel e Ducrot (2010), comporta “um conteúdo, a atitude do locutor frente a esse conteúdo e enfim a especificação de uma instância dita enunciador”. É sobre o enunciador que a atualização se debruça, uma concepção de significação sob um tripé “atitude, enunciador e conteúdo” deve integrar o enunciador ao conteúdo. No referido artigo, os autores apresentam a busca por nova caracterização do *enunciador* e atribuem a responsabilidade do conteúdo a outras instâncias discursivas, diga-se a Pessoa e a voz do Mundo, em *Polifonia e Argumentação* (2010), artigo de Marion Carel, essa concepção ainda é explicada.

O artigo *Polifonia e Argumentação* (CAREL, 2010) intenciona analisar o conteúdo considerado de natureza proposicional ou argumentativo; a teórica admite a existência de um

autor, que será chamado de locutor, distinto do sujeito falante, cujas maneiras de dizer são descritas por dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa. Substitui os termos “assumir” e “recusar” pelos termos “pôr” e “excluir”.

Carel (2010) estabelece a noção de Pessoa derivada dos enunciadores, eles, conforme Ducrot utilizou em *Dizer e o Dito* tem por função indicar um ângulo de vista e a validade de um conteúdo. A teórica menciona que definirá as Pessoas como “tons”, porque pode se exigir não falar *nesse tom* (CAREL, 2010, p. 24); desse modo, modifica a noção de enunciadores que permanecia até então na teoria. Há o locutor (L) que fala com um interlocutor (TU), há também a possibilidade de fazer falar outras Pessoas: haveria ON (SE), como sendo a voz da opinião pública e a voz dos Fatos, denominada de Mundo. A reformulação da Polifonia demonstra a interdependência entre as atitudes e as Pessoas, que são o L, TU, ON (SE), o Mundo e uma quinta voz que é chamada de IL (refere-se a enunciados com *parece que*). No enunciado há um conteúdo posto e um acordado, o primeiro tem por origem o locutor e o segundo trata-se de uma Pessoa, precisamente a voz do Mundo. Dito por Carel (2010, p. 3), “nossos discursos comunicam unidades triplas, constituídas pela atitude do locutor, a Pessoa e o conteúdo (argumentativo); esses tripés são chamados ‘unidades de discurso’”.

No artigo *Polifonia Linguística*, Carel (2011, p. 27) discute se toda pressuposição é realmente polifônica e distingue a Polifonia Semântica e Polifonia Intertextual. A primeira diz respeito a vários conteúdos no interior de um mesmo enunciado e a segunda refere-se a várias instâncias enunciantes no interior da enunciação. Segundo Carel (2011, p. 28),

Quando a polifonia é semântica a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos; quando a polifonia é intertextual a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras faz alusão a um conjunto passado, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo composicional do conjunto novo.

Desse modo, Carel observa que não é toda pressuposição que é polifônica, além de que ela deve passar a ser considerada como um conteúdo que faz parte do posto. A linguista faz uma interessante defesa nesse referido artigo no sentido de que os postos e pressupostos não estão separados, como defendeu Ducrot (1987, 1988), mas argumentativamente unidos por DC/PT, desse modo propõe um único predicado argumentativo. Dito pela teórica: “o pressuposto e o posto são ligados e formam, não dois predicados lógicos independentes, mas um único predicado argumentativo” (CAREL, 2011, p. 28). Assim, existe a pressuposição

polifônica e a pressuposição argumentativa, que têm relação com a polifonia semântica e a polifonia intertextual.

Entre os conceitos novos, essa versão denominada TAP elimina a noção de *enunciadores* e propõe *a Voz do Mundo, a Voz do Ausente e a Voz do Locutor*. Conforme Carel (2011, p. 34), “a Teoria Argumentativa da Polifonia se interessa, por outro lado, pela responsabilidade do locutor e dissocia, para fazer isso, o fato de utilizar um conteúdo, o modo sob o qual o conteúdo aparece, e enfim a fonte do conteúdo”, inclusive que há duas formas de pressuposição: a *argumentativa* e a *polifônica*. O conteúdo de um enunciado deve ser descrito em termos de modo de aparição, sendo *encontrado* (voz do Mundo), *concebido* (voz do Locutor) e *aceito* (voz do Ausente). No primeiro modo de aparição, o conteúdo aparece como achado pelo locutor, como ocorre com os textos históricos; no segundo modo, trata-se da voz do locutor que permite um tom de engajamento, um conteúdo concebido no momento da enunciação. O modo *aceito* corresponde aos conteúdos que aparecem no enunciado e são aceitos pelo locutor, estes eram anteriormente denominados de enunciadores.

Cumprido lembrar que, para essa fase, que se desenvolve atualmente, chamada de Teoria da Argumentação Polifônica (TAP), a significação constitui um tripé, cujos elementos da significação são:

[...] uma atitude do locutor do enunciado; um conteúdo argumentativo (representado por encadeamentos em DC ou em PT que marcam não a associação de duas noções independentes, mas a interdependência semântica de duas entidades linguísticas, em que cada uma significa por meio da outra) e uma Pessoa, instância que como as outras duas não é do tipo referencial, não podendo, portanto, ser vista como uma alusão a indivíduos [...] (GRAEFF, 2011, p. 11).

Essas breves considerações são feitas para ressaltar que se trata de uma teoria que está em estudo; então, não nos deteremos mais nela porque, como já mencionado, nosso recorte teórico está centrado na TBS.

Ao considerar que os topoi e a polifonia modificam a fase denominada Standard Ampliada e a reformulação proposta por Marion Carel em sua tese de doutoramento (1992), de que uma argumentação é um encadeamento do tipo X conector Y, uma nova fase se efetiva: a Teoria dos Blocos Semânticos. As características de tal reformulação serão apresentadas na seção seguinte.

2.4 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

A terceira das fases dos estudos da ADL denomina-se Teoria dos Blocos Semânticos⁷⁰ (1992, 1995, 2005, 2008) e originou-se da tese de doutoramento de Marion Carel (1992). A TBS é central para fins deste estudo. Além das principais características, nesta seção serão apresentados os conceitos-base da TBS, quais sejam: conectores, operadores e modificadores, encadeamento e aspecto argumentativo normativo/transgressivo; interdependência semântica; argumentação externa/interna; bloco semântico; polifonia; orientação argumentativa e quadrado argumentativo.

Ao discordar da argumentação ligada à persuasão, que se embasa na verdade de uma premissa independente da conclusão e justificada por ela, Carel discordou da fase Standard e da Ampliada da TAL porque afirmava ser o argumento (apenas normativo, em *donc*)⁷¹ uma justificação da conclusão. Ao defender que a argumentação não está nos fatos⁷² (DUCROT, 1988), mas sim nos encadeamentos, apresentamos os exemplos (6) e (7), casos de oposição argumentativa entre *pouco/um pouco*, nos enunciados que apresentam o mesmo fato:

(6) Ele comeu *pouco*, vai melhorar.

(7) Ele comeu *um pouco*, não vai melhorar.

Essas conclusões são embasadas na *existência* de certa quantidade de comida (6) e na *fraqueza* (7) dessa quantidade, que denotam análises argumentativas possíveis porque as duas partes de encadeamento somente fazem sentido quando tomadas conjuntamente na argumentação. É a própria significação de *pouco* que se opõe a *um pouco*, pois, para Carel (1997, p. 6), “[...] nada precede a argumentação: não se fundando em nenhuma descrição preliminar, ela está enraizada no próprio léxico e independente de qualquer função da língua”. O argumento influencia o sentido da conclusão e vice-versa, interdependentes, nenhum pode ser compreendido isoladamente, pois exprimem uma ideia inteira, indecomponível.

⁷⁰ Doravante denominada TBS.

⁷¹ “Anscombe e eu entendíamos por argumentação os encadeamentos discursivos em DC. Em consequência, nossas argumentações eram sempre movimentos conclusivos. Agora, entendemos por encadeamento argumentativo algo muito mais amplo. Não somente encadeamentos do tipo *isso DC aquilo*, mas também encadeamentos do tipo *isso PT aquilo* [...] buscávamos a autonomia da argumentação não em palavras plenas, por exemplo, os substantivos, adjetivos ou verbos, mas em operadores ou palavras ferramenta (instrumentais), ou seja, palavras que atuam sobre os substantivos, adjetivos ou verbos” (DUCROT, 2005, p.53).

⁷² As primeiras fases da ADL já defendiam que a argumentação não está nos fatos, embora continuassem fazendo referência ao mundo, ao conteúdo informativo através da defesa dos *topoi* e limita-se a argumentação às conjunções normativas.

A partir desses esclarecimentos, Carel (1997, p. 12) questiona *o que é argumentar?* – ao que responde: “Argumentar consiste somente em reunir blocos lexicais e em exigir-se coerente com eles”. Essa autora defende que expressões como *pourtant* (mesmo assim/entretanto) também permitem realizar argumentações⁷³. Isso porque se tivéssemos de aceitar a perspectiva logicizante de uma premissa verdadeira $A \ D \ C \ B$, não seria coerente garantir a partir de um mesmo argumento a verdade de não-B, que é uma possibilidade de uso da língua.

No caso da TBS, é plenamente possível enunciar *É rico portanto é feliz* e também *É rico mesmo assim não é feliz*, porque no uso da língua em discursos sociais a exceção confirma/garante as regras, as leis podem não se aplicar, visto que a regra é entendida por Carel (1997, p. 17) não como uma lei do mundo, mas como um “bloco de uma qualidade”. Em virtude disso, apresenta-se a noção de argumentação transgressiva como sendo também um discurso argumentativo, e o locutor de um discurso pode assumir o caráter exceptivo. Ao analisar o discurso consecutivo e defender a noção de argumentação puramente discursiva, Carel (2005) observa que os segmentos que o constituem fazem sentido somente se ligados um ao outro. Qualifica, assim, de encadeamento argumentativo qualquer sequência de dois segmentos que sejam, entre si, dependentes.

Tem-se como ideia central da TBS “[...] que o sentido mesmo de uma expressão está dado pelos discursos argumentativos que podem encadear-se a partir dessa expressão; dessa forma a argumentação não se agrega ao sentido, mas constitui o sentido” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa)⁷⁴. Os únicos discursos responsáveis por relações semanticamente pertinentes são os encadeamentos argumentativos (segmentos unidos por um conector); desse modo, se o sentido é constituído pela argumentação, não se agrega a ela, como defende a retórica.

Uma vez que as relações entre um signo e outros signos implicam o significado, conforme Saussure (2006), as relações entre discursos evocados (dois segmentos/predicados) e autorizados pelo signo é que constituem seu sentido. A TBS defende que o sentido de uma entidade linguística é um conjunto de relações entre essa entidade e outras entidades da língua, quais

⁷³ “[...] sob essa definição de argumentação, os discursos consecutivos, como (N) *É perto portanto Pedro pegou a bicicleta*, não são os únicos discursos argumentativos. Os discursos opositivos são também argumentativos. [...] (T) *É perto, mesmo assim Pedro não pegou a bicicleta*. Não se contentar com um meio de locomoção fraco é nada mais do que se comportar de modo contrário ao fato de ter de ir perto. Assumo que (T) também é argumentativo” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 80).

⁷⁴ “[...] que el sentido mismo de una expresión está dado por los discursos argumentativos que pueden encadenarse a partir de esa expresión La argumentación no se agrega al sentido, sino que constituye el sentido”.

sejam, os discursos que essa expressão evoca; eles recebem a denominação de encadeamentos argumentativos⁷⁵, cuja fórmula geral é: *X CONECTOR Y* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14), que será denominada *A CONECTOR B*. Dois são os conectores admitidos pela TBS formados a partir da relação entre um *segmento A* com um *segmento B*: os encadeamentos normativos e os transgressivos. Os *normativos* são encadeados por conectores em *donc* (abreviado por DC), palavra francesa traduzida como “portanto”, são conclusivos. Já os *transgressivos* são encadeados por *pourtant* (abreviado por PT), traduzidos como “mesmo assim”, entendidos como adversativos.

Esses conectores são protótipos que podem ser substituídos por outros que sejam conclusivos (então, sendo assim, logo, por isso...) ou adversativos (mas, porém, contudo, entretanto, todavia), dizem respeito a uma relação no interior das palavras. São esses conectores que produzem uma *interdependência semântica*⁷⁶ entre os segmentos que unem. Para a TBS, o sentido de uma expressão (seja uma palavra, seja um enunciado) é constituído pelos discursos que essa expressão evoca (CAREL; DUCROT, 2005, p. 29), isto é, o sentido está situado nos encadeamentos. Conforme a relação de *ADC B* em que *B* toma seu sentido em relação a *A DC* – é o que a TBS denomina de interdependência semântica.

Relacionada às defesas de alterações nos estudos da ADL, Marion Carel (1997, 1998) discordou de Anscombe e Ducrot (1994), que entendiam os discursos argumentativos apenas como normativos, seja por uso de *donc*, seja por outros conectores que pudessem parafraseá-lo. Segundo esses autores, um encadeamento em *donc* tem como principal função justificar, legitimar, o segmento que segue em DC (a conclusão): a única função do primeiro segmento (o argumento) é permitir essa justificação. Em contrapartida, Carel (1998, p. 262) questiona se “há discursos cujo conector não pode ser parafraseado por *donc* e que não introduzem encadeamentos com *donc*, mas que, ainda assim, expressam algo de mesma natureza que o expresso pelos encadeamentos em *donc*”. A esse questionamento Carel (1998) responde que sim, os discursos transgressivos – *mesmo assim (pourtant)* – também são discursos argumentativos, realizam não uma estrutura complexa, mas uma capacidade direta da língua

⁷⁵ Os encadeamentos não se embasam na informação que os segmentos contêm, mas na continuação do discurso.

⁷⁶ Nos dois tipos de encadeamentos, manifesta-se um feito fundamental. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 16, tradução nossa), “[...] cada um dos dois segmentos encadeados toma seu sentido somente em relação com o outro”. Este fenômeno é o que temos chamado *interdependência semântica*, que gera os encadeamentos argumentativos.

para argumentar⁷⁷. O princípio da argumentação transgressiva é oriundo da possibilidade discursiva da exceção, que tem por função confirmar a regra. Por exemplo, podemos *afirmar que X estudou e foi aprovado*, mas também *que X estudou e não foi aprovado*. Disso resulta que a noção de argumentação – considerando-se que ela se realiza tanto por meio de DC quanto por meio de PT – deve distinguir-se da noção de justificação. Desse modo, Carel (1997, p. 7) contraria Anscombe e Ducrot (1994) ao defender que não há nenhuma progressão do argumento para a conclusão e que “argumentar não é justificar”. A linguista explica que as regras têm exceções, “por isso elas podem ser apreendidas de maneira perfeitamente simétrica, sob dois aspectos tópicos: o que exprime *A DC C* (aspecto normativo) e o que exprime *A pourtant non C* (aspecto transgressivo)” (CAREL, 1997, p. 37).

No sentido de definir a formação dos encadeamentos, Carel e Ducrot (2008, p. 10) determinam que o termo localizado à direita no encadeamento é o “aporte” e o termo à esquerda, o “suporte”. As argumentações podem ser formadas por “aspectos evocados” que são paráfrases exatas dos enunciados e “aspectos expressos”, que não são paráfrases. Os aspectos dos blocos semânticos, expressos no discurso, organizam as possibilidades de pontos de vista que o locutor pode assumir. A noção de interdependência entre argumento e conclusão proposta por Carel (1997) gera a negação da ideia de justificação, porque, para essa teórica, nenhum argumento tem sentido em si mesmo⁷⁸. Dessa maneira, verificamos que o sentido está na sucessão linear do discurso, na interdependência do argumento com a conclusão.

Com base na relação entre os segmentos *A CONECTOR B* são construídos oito conjuntos⁷⁹ de encadeamentos que são chamados de *aspectos argumentativos*⁸⁰, normativos ou transgressivos. Segundo Carel e Ducrot (2005, p. 20, tradução nossa)⁸¹, “chamamos *aspecto A DC B*, ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos [...] Chamamos

⁷⁷ “Los discursos con sin embargo son, al igual que los encadenamientos con *por lo tanto* discursos argumentativos: realizan, no una estructura compleja, sino una capacidad directa de la lengua para argumentar” (CAREL, 1998, p. 264, tradução nossa).

⁷⁸ Conforme Carel (1998, p. 265, tradução nossa), “La primera razón me hace creer que un encadenamiento con *por lo tanto* no es en absoluto una justificación, es que el ‘argumento’ no tiene sentido en si mismo”.

⁷⁹ Os oito aspectos correspondem aos dois blocos de sentido propostos pela ADL/TBS, sendo um bloco doxal e outro paradoxal, cada bloco constitui-se de quatro encadeamentos argumentativos. Esses quatro encadeamentos correspondem aos vértices do quadrado argumentativo da TBS, mais adiante trataremos sobre ele.

⁸⁰ Um encadeamento argumentativo dá-se entre dois e somente dois segmentos. X CONECTOR Y, Chamaremos A ao segmento de X, e B ao segmento de Y; conectados por DC ou PT.

⁸¹ Llamamos *aspectos A PLT B* al conjunto de encadenamientos argumentativos normativos [...] Llamamos ahora *aspecto A SE B* al conjunto de encadenamientos argumentativos transgresivos.

agora *aspecto A PT B* ao conjunto de encadeamentos argumentativos transgressivos”. Ao inserir a negação, constroem-se com os predicados *A e B* oito aspectos teoricamente agrupados em *dois blocos* com quatro aspectos⁸² cada um. Entendidas as noções de encadeamento e aspecto argumentativo, com efeito, a TBS apresenta o Bloco Semântico, que é oriundo da interdependência semântica entre os segmentos de um encadeamento. O que é particular a cada bloco é que a interdependência semântica entre *A e B* é a mesma dentro dos quatro aspectos desse bloco. As informações em si mesmas não têm importância para a descrição do sentido do enunciado, mas sim a escolha do conector adequado⁸³, em DC ou PT. Os segmentos e conectores configurados em quatro aspectos cada um – BS₁ (Bloco Semântico) e BS₂ – constam do Quadro 2:

Aspectos do BS ₁ (doxal) ⁸⁴ :	Aspectos do BS ₂ (paradoxal) ⁸⁵ :
A DC B	A PT B
A PT neg-B	A DC neg-B
Neg-A PT B	Neg-A DC B
Neg-A DC neg-B	Neg-A PT neg-B

Quadro 2 - Blocos Semânticos Doxal e Paradoxal

Fonte: elaborado pela autora.

O Quadro 2 demonstra, conforme a TBS, que se tratam de dois predicados unidos por um conector prototípico, mais a negação. O que diferencia um aspecto de outro é a organização dos conectores e da negação, de modo a construir o sentido argumentativo. Para Carel e Ducrot (2005, p. 29, tradução nossa)⁸⁶, “[...] não existem proposições que tenham um sentido independente da continuação que lhes dê”. É nessa relação de continuação que o sentido é constituído.

A fim de explicar que há, semanticamente, um ponto em comum entre “A portanto C” e “A mesmo assim não C”, exemplificamos a interdependência semântica nos blocos que

⁸² Os *aspectos argumentativos* são conjuntos de encadeamentos argumentativos (em *donc* ou *pourtant*) agrupados em dois blocos semânticos, BS1 e BS2 (CAREL; DUCROT, 2005, p. 31).

⁸³ Dizemos adequado porque na validade do discurso não se pode inserir qualquer conector em qualquer enunciado por correr o risco de ele parecer absurdo.

⁸⁴ O BS1 (chamado doxal) se configura com os seguintes aspectos: *A DC B*; *neg-A DC neg-B*; *neg-A PT B*; *A PT neg-B* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 39).

⁸⁵ Carel e Ducrot (2005, p. 39) definem que o BS2 chamado de paradoxal apresenta os aspectos *A DC neg-B*; *neg-A DC B*; *neg-A PT neg-B*; *A PT B*, ou seja, fundamenta-se em uma interdependência inversa a do bloco de sentido doxal.

⁸⁶ [...] no existen proposiciones que tengan un sentido independiente de la continuación que se les da.

relaciona *tarde e estar no escritório*⁸⁷, dos enunciados referentes a uma possível visita que se queira fazer a um amigo que trabalha num escritório:

- (1) É tarde, DC Pedro deve estar em seu escritório (A DC B).
- (2) É tarde, PT Pedro não deve estar em seu escritório (A PT neg-B).
- (3) Não é tarde⁸⁸, DC Pedro não deve estar em seu escritório (Neg-A DC neg-B).
- (4) Não é tarde, PT Pedro deve estar em seu escritório (Neg-A PT B).

Diante desse exemplo, Carel (1998, p. 271) afirma que “os blocos semânticos são indivisíveis” e as regras são entendidas como “um conjunto formado por um bloco a uma qualidade (positiva e negativa)” (CAREL, 1998, p. 272). De (1) a (4) constituem aspectos do mesmo bloco semântico; *estar em seu escritório* significa que *deve ter chegado*; o segmento B tem o mesmo sentido em ambos, mesmo que em (2) haja o acréscimo da negação. O tempo a que o enunciado se refere é do bloco semântico (BS₁) *tempo que traz o estado de coisas*; o tempo que faz com que as coisas aconteçam: aqui o tempo que leva a Pedro ao seu escritório é o tempo-que-traz. Esse BS₁ constituirá o chamado *quadrado argumentativo*, pois “é possível colocar os quatro aspectos nos vértices de um quadrado, o qual serve para formalizar a noção de bloco semântico” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 39).

Uma vez que podem existir oito encadeamentos, com A e B, também é possível encadear no bloco paradoxal:

- (1') Não é tarde, DC Pedro deve estar em seu escritório (Neg-A DC B).
- (2') Não é tarde, PT Pedro não deve estar em seu escritório (Neg-A PT neg-B).
- (3') É tarde, DC Pedro não deve estar em seu escritório (A DC neg-B).
- (4') É tarde, PT Pedro deve estar em seu escritório (A PT B).

A entidade lexical *cedo*, nesses encadeamentos, significa que passou pouco tempo. Desse modo, *Estar em seu escritório* significa *não deve ter partido*. O tempo nesse caso refere-se ao tempo que leva/passa. Assim, dado que há transcorrido pouco, o bloco semântico (BS₂) é *tempo-que-se-leva*, então Pedro não deve ter partido. Assim, o tempo que se encontra nos encadeamentos do BS₁: (1), (2), (3) e (4) é diferente do BS₂: (1'), (2'), (3') e (4'). Como as relações entre língua/fala, frase/enunciado e significação/sentido são unidades abstratas relacionadas entre si com unidade concretas, a noção de bloco semântico (BS) está para a noção de encadeamento argumentativo (EA), este último como entidade concreta. A

⁸⁷ Cf. Ducrot e Carel (2005, p. 31).

⁸⁸ Não é tarde é parafraseado por “é cedo” nos exemplos dos teóricos; optamos por utilizar a negação para demonstrar os aspectos do bloco, conforme definidos no Quadro 2.

argumentação é analisada no nível do enunciado pela TBS, assim o objeto de análise é a relação existente entre a significação do sujeito e do predicado; a operação de predicção é definida com base no bloco semântico expresso pelo enunciado (FREITAS, 2009).

Para explicar como fazer a descrição semântica das palavras e a maneira que esse conceito de sentido argumentativo foi inserido na TBS, são fundamentais para o estudo da lexicalização das palavras na língua o conhecimento das Argumentações Externas (AE)⁸⁹, encadeamentos que se originam ou chegam à entidade e Argumentações Internas (AI).

À medida que a TBS postula serem os únicos conjuntos de discursos doadores de sentido os “encadeamentos argumentativos”, eles só adquirem sentido quando relacionados entre si, constituindo um bloco semântico. Nesse contexto, entende-se a argumentação como um encadeamento argumentativo (dois segmentos unidos por um conector em DC ou PT), estruturado de maneira X CONECTOR Y e acrescentado a eles a interdependência semântica no discurso da reportagem analisada. A TBS preocupa-se mais detalhadamente com a descrição dos enunciados e das palavras plenas, incluindo-se os operadores na descrição semântica para manter o princípio teórico de que há argumentação na língua. Para Ducrot (2000, p. 26, tradução nossa)⁹⁰, “descrever semanticamente uma palavra é indicar os aspectos que constituem, de maneira estrutural, suas AI e AE: se trata de pôr em manifesto os encadeamentos argumentativos que a língua lhes associa, ou seu potencial argumentativo”.

As possibilidades de sentido de uma entidade (*e*) são entendidas como os aspectos que estão a ela associados, existindo duas possibilidades de construir a argumentação do léxico; consoante Ducrot (2002, p. 8): “um aspecto pode estar associado a uma entidade de modo interno ou externo”. Relacionado à entidade de modo *externo à direita*, são encadeamentos que partem da entidade, abreviados por *eAE* (argumentação externa à direita da entidade). Ou de modo *externo à esquerda*, são encadeamentos que vão até a entidade, abreviado *AEe*⁹¹.

Para melhor explicar a definição de argumentação externa, Ducrot (2002, p. 9) ilustra que o aspecto *ter pressa DC agir rapidamente* é uma *eAE* da expressão *ter pressa*; sua *AEe* é *estar apressado DC ter pressa*, através do que se percebe na entidade linguística descrita a pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua. A semântica da língua permite, portanto, que

⁸⁹ Ainda nesta seção serão explicitados os conceitos relacionados às AE (argumentação externa) e AI (argumentação interna).

⁹⁰ “Describir semánticamente una palabra es indicar los aspectos que constituyen, de manera estructural, sus AI y AE: se trata de poner de manifesto los encadenamientos argumentativos que la lengua les asocia, o su potencial argumentativo”.

⁹¹ Ducrot e Carel (2005, p. 63, tradução nossa) explicam as AE à direita e à esquerda da entidade como aspectos: “*e CON X*” e “*X CON e*”, respectivamente.

haja relações normativas e transgressivas no discurso, uma vez que se pode assumir a argumentação externa à direita – *ter pressa DC agir rapidamente*, e também se assume seu aspecto converso *ter pressa PT não agir rapidamente*, conforme a situação discursiva.

Assim, quando se trata de uma AE à esquerda da entidade, cujo aspecto é “X CONN Y”, ela também apresenta o aspecto dito “transposto”, “neg-Y CONN’ X”, assim “*ter pressa DC apressar-se*” contempla “*não ter pressa PT apressar-se*” (DUCROT, 2002, p. 09)⁹². Além dessa característica/regra, Ducrot postula que a entidade faz parte do encadeamento da AE, o que não ocorrerá com a argumentação interna.

A TBS ainda define, em relação às argumentações externas, que são *estruturais* quando fazem parte da significação linguística de uma palavra, previstas pela língua⁹³, e *contextuais* quando é a situação do discurso que a vincula à entidade. No caso de *prudente DC toma precauções / Prudente PT neg-toma precauções*, ambos os aspectos fazem parte da significação que a palavra *prudente* tem na língua. No caso da AE contextual, ela depende da situação do discurso, por exemplo, se falarmos de um guarda-costas, que precisa arriscar sua vida em prol daquele que defende, o encadeamento assumido seria *é prudente DC não lhe tenho confiança*. Esse encadeamento é diferente da AE da palavra *prudente* correspondente ao seu sentido determinado na língua, *prudente DC ter confiança*. Isso porque nenhuma pessoa quer que o guarda-costas salve a própria vida (*prudente*) ao invés de salvar aquela a qual protege.

Para tratar especificamente das argumentações internas, Carel publica em 2002 um artigo intitulado *Argumentação Interna aos Enunciados*, no qual defende ser a argumentação interna uma lexicalização de uma entidade linguística em DC ou PT. Com isso, pode-se notar como os aspectos internos e externos se relacionam na TBS, da mesma forma que na AE, a AI pode ser estrutural ou contextual. A Argumentação Externa estrutural forma parte da significação linguística de uma entidade, está prevista na língua. No entanto, podemos atribuir a uma palavra significações que a língua não lhe atribui, que tem origem em dado discurso, é a *Argumentação Externa Contextual*, relembramos, que depende da situação de discurso.

⁹²Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 63, tradução nossa), CONN’ designa PT, se CONN designa DC, e inversamente “[...] cada aspecto em *CON* da AE está associado a um aspecto em *CON’* mais a negação”.

⁹³“Las AE son estructurales si forman parte de la significación lingüística de una entidad, si están previstas por la lengua. [...] La AE es contextual si es la situación del discurso lo que la vincula a la entidad” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 64, tradução nossa).

Em *La Semântica Argumentativa* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 62), obra⁹⁴ na qual também se explica sobre as AE e AI, um exemplo tornou-se recorrente; trata-se da AI de *prudente*, “perigo DC precaução”. A Argumentação Interna (AI) à entidade é relativa aos encadeamentos que parafraseiam essa entidade, para reformulá-la e da qual ela não faz parte; pelo exemplo de Ducrot (2002, p. 9), a AI de *prudente* é “perigo DC precaução”. Uma pessoa que é prudente toma precauções e o aspecto converso não poderia estar associado, o que já diferencia a AI da AE, porque “perigo PT neg-precauções” seria a AI da entidade *imprudente*. Mas o que se pode encontrar em uma entidade são dois aspectos recíprocos, ou seja, na AI de *exame* se encontrará “bom DC aprova” e também “Neg-bom DC neg-aprova”.⁹⁵

Desse modo, é possível descrever um grande número de expressões parafraseando-as mediante encadeamentos do tipo *A CON B*, no qual o conector pode ser em DC ou PT⁹⁶. É essa lexicalização das palavras da língua que permite a construção dos blocos semânticos e do quadrado argumentativo (que será explicado a seguir), defendendo o preceito de que *a argumentação está na língua*.

Na lexicalização das palavras, há as chamadas *palavras plenas*, às quais podem ser atribuídas argumentações internas e externas. O título metafórico que analisaremos, conforme anunciado na introdução e que consta no capítulo 3, seção 3.2, é formado por palavras plenas por meio das quais identificamos as AE e AI para descrever como constroem o sentido dos discursos. As *palavras instrumentais* (também chamadas de ferramentas), que, embora tenham valor semântico, não são associadas a conjuntos específicos de aspectos e discursos, pois servem para modificá-los; elas são divididas, conforme Ducrot (2002, p.12), em: conectores (DC e PT), articuladores e operadores (modificadores e internalizadores); esse tipo de palavras será explicado a seguir.

Na busca pela significação das palavras, Carel (2009) faz a descrição semântica da palavra *medo*; identifica os encadeamentos relacionados a essa palavra que são responsáveis pelo seu sentido. Fazer uma análise argumentativa da palavra significa “associar-lhe argumentações que podem ser em *donc* ou em *pourtant*” (CAREL, 2009, p. 26). Depois de analisar textos literários, a referida autora instaura na AI da palavra *medo* o encadeamento

⁹⁴ Além de explicar as argumentações externas e internas, nessa obra foi inserido como adendo o artigo *Os Internalizadores*, de 2002; os conceitos não são diferentes, apenas os exemplos são; ao tratarmos do assunto, referenciamos ambas as obras.

⁹⁵ Cf. Carel e Ducrot (2005, p. 65).

⁹⁶ Conforme o Bloco Doxal e Paradoxal presentes na língua (cf. Quadro 2), “[...] se puede describir un gran número de expresiones parafraseándolas mediante encadenamientos del tipo X CON Y donde el CON puede ser PLT O SE” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 68, tradução nossa).

pensar numa situação anunciadora de um mal DC sentimento penoso. As AE da palavra são descritas como: *perigo DC ter medo; encontrar-se diante de um predador DC ter medo*, entre outros encadeamentos. Portanto, a significação de uma palavra tem a ela associadas argumentações externas e internas.

Após descrever palavras de cunho abstrato, os autores deparam-se com as palavras concretas, indagando se eles também teriam argumentações internas para lhes constituir o sentido. Para tanto, Carel e Ducrot (2005, p. 68) descrevem a palavra *porta*, atribuindo-lhe como AI *separações PT comunicação*. Uma vez que a *porta* é colocada entre duas coisas que estão separadas, para dar-lhes comunicação, pode-se dizer também, em exemplo mencionado pelos autores, dito por um estudante, na época comunista “uma lei é como uma porta no campo” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 69, tradução nossa)⁹⁷. Nesse caso, a *porta* não tem função de utilidade porque no campo não há separação e as leis seriam assim, inúteis como portas no campo, para tal afirmação, a AI atribuída é *há uma porta, mas está fechada*. Ao eleger essa AI, é possível perceber o emprego metafórico da palavra concreta *porta*. Carel e Ducrot (2005, p. 69, tradução nossa)⁹⁸ afirmam que: “de maneira geral, para nós o sentido de uma palavra aparece de uma forma particularmente clara em seus empregos metafóricos. Em efeito, esses empregos não são suplementos que se agregam ao sentido de uma palavra, mas revelam seu sentido fundamental”.

Com isso, podemos afirmar que o sentido profundo das palavras está na metáfora do título analisado, uma vez que ele pode ser atribuído tanto às palavras abstratas quanto às concretas. Essa afirmação ficará evidente na análise do título metafórico, porque o sentido profundo das palavras que o compõe é responsável por constituir o sentido do texto. Isso porque não é suficiente saber o significado dicionarizado das palavras isolado da sua enunciação, da constituição discursiva.

Visto identificar a opção entre diversas descrições concorrentes de uma mesma palavra, Ducrot (2000, p. 24) estipula certas hipóteses gerais tanto sobre o “comportamento das palavras quando são negadas, reforçadas ou atenuadas quanto sobre as propriedades semânticas das palavras em oposição aos sintagmas”. E também demonstra o papel crucial em que esse tipo de descrição deve julgar a *noção de paradoxo*, introduzindo a ideia de um léxico

⁹⁷ Dito por um estudante em ocasião, na Bulgária em uma aula ministrada por Ducrot, “una ley es como una puerta en el campo”.

⁹⁸ “De manera general, para nosotros el sentido de una palabra aparece de una forma particularmente clara en sus empleos metafóricos. En efecto, esto empleos no son suplementos que se agregan al sentido de una palabra, sino que revelan su sentido fundamental”.

paradoxal. Esse conceito é importante para nosso estudo porque identificaremos encadeamentos paradoxais no decorrer das análises dos trechos discursivos; por isso, detalharemos a seguir.

O paradoxo, pelo senso comum, não deveria ser aceito no uso da língua porque significa uma ideia contrária ao pensamento da sociedade, mas, pela perspectiva da TBS, comprova-se que, estando a argumentação na língua, não há necessidade de dependência ao contexto e o paradoxo deve ser aceito como construção linguística. Carel e Ducrot (2005, p. 78) entendem que não podem definir como *expressão paradoxal*, denominada de Expressão Socialmente Paradoxal (ESP), simplesmente uma expressão contrária à opinião comum, isso porque os estudos da Semântica Argumentativa evitam dizer que a linguagem expressa opiniões vinculadas à falsidade e à verdade. As ESP têm um comportamento diferente no que concerne à descrição linguística, uma vez que as palavras manifestam noções argumentativas, a sintaxe estabelece relações entre elas que constituem opiniões, algumas dessas opiniões são socialmente aceitas, outras podem não ser.

Para compreender o conceito de expressões, enunciados e palavras paradoxais, pelo viés da TBS, é preciso o conhecimento acerca do Encadeamento Doxal e do Encadeamento Paradoxal. Os conceitos de encadeamento doxal e paradoxal relacionam-se com a compreensão daquilo que a TBS estabelece acerca da argumentação estrutural e contextual, conforme já mencionado neste estudo. Então, “um encadeamento argumentativo (*X CON Y*) é doxal se esse encadeamento pertence a um dos aspectos da AE estrutural de *X* ou de *Y*” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 79, tradução nossa)⁹⁹. Por exemplo, o encadeamento *havia perigo DC Pedro tomou precauções* é doxal, pois pertence ao aspecto *perigo DC precaução*, que é uma possibilidade de AE de *havia perigo*, além de demonstrar a interdependência semântica entre seus constituintes de modo inscrito na língua. Entretanto, os vínculos entre segmentos podem ser construídos pelo discurso mesmo, ou seja, o encadeamento *Pedro é prudente DC não lhe tenho confiança* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 80, tradução nossa)¹⁰⁰ é paradoxal, porque não é um encadeamento estrutural a *Pedro é prudente*. Para a TBS, diferentemente de outras perspectivas teóricas, “um encadeamento *X CON Y* é paradoxal se *X CON' Y* pertence a AE estrutural de *X* ou de *Y*. [...] A ideia geral é que o encadeamento paradoxal é oposto a AE de um de seus termos. É oposto no sentido que há uma troca de

⁹⁹“Un encadenamiento argumentativo (*X CON Y*) es doxal si ese encadenamiento pertenece a uno de los aspectos de la AE estructural de *X* o de *Y*”.

¹⁰⁰“Pablo es prudente por lo tanto no Le tengo confianza”.

conector entre ambos” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 82, tradução nossa)¹⁰¹. Sabemos que a argumentação está ligada às palavras e às suas argumentações internas; então, *A DC B* será paradoxal se na AE estrutural de *A* for *A PT B*.

Após definir os encadeamentos paradoxais, Carel e Ducrot definem os sintagmas e palavras paradoxais; um exemplo de sintagma paradoxal é *amor sádico*, para o qual Carel e Ducrot (2005, p. 84) propõem como AI o aspecto *ama DC faz sofrer*, que é paradoxal porque na AE de *amar* temos *ama DC neg-faz sofrer* ou também *ama PT faz sofrer*, desse modo confere-se uma troca de conector.

Exemplo de palavra paradoxal é *masoquista*, porque, ao questionarmos o que significa essa palavra plena, deparamo-nos com uma pessoa que gosta de sofrer, atitude que não é comum. Temos como AI de *masoquista* o aspecto *sofre DC está satisfeito*. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 85), a AE de *sofrer* inclui os aspectos *sofre DC neg-está satisfeito* e *sofre PT está satisfeito*. Ao retomar o conceito de paradoxo, é possível confirmar que *X CON' Y* pertence à AE estrutural de *X*, ou seja, há troca de conector no encadeamento assumido pelo locutor da palavra paradoxal. Uma vez que o *masoquista* gosta de sofrer, assume o conector normativo *donc* (portanto), é característica de o paradoxo ter em sua AI um aspecto paradoxal. A língua não exclui as palavras paradoxais e, para a TBS, o paradoxo pode ser definido em termos puramente linguísticos, para tal confirmação, no decorrer da análise proposta neste estudo serão descritas palavras e encadeamentos paradoxais.

A seguir, abordaremos outra importante noção para a TBS: os internalizadores. Em relação aos modos dos aspectos estarem associados às palavras, foi no importante artigo *Os Internalizadores* que Ducrot (2002) insere na TBS essa noção, visando à classificação semântica do léxico. Tal classificação nos permite averiguar a função das palavras no discurso. As palavras podem ser plenas ou instrumentais; as últimas são divididas em:

- a) *Conectores*: responsáveis pela relação entre dois segmentos no encadeamento, eles constroem discursos doadores de sentido. São conectores não apenas os protótipos da teoria, *donc* e *pourtant*, mas outros análogos a eles, por exemplo, *sendo assim*, *dessa forma*, *contudo*, *entretanto*, etc.
- b) *Articuladores*: constitutivos do nível do discurso, os articuladores estabelecem a relação entre dois encadeamentos, como *mas* e *além de*. Dito por Santos (2010b, p.

¹⁰¹ “Un encadenamiento *X CON Y* é paradoxal se *X CON' Y* pertenece a la AE estrutural de *X* o de *Y*. [...] La idea general es que el encadenamiento paradójico es opuesto a la AE de uno de sus términos. Es opuesto en el sentido en que hay un cambio de conector entre ambos”.

100), “os articuladores como *mas* servem para comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem”.

- c) *Operadores* (modificadores e internalizadores): os operadores são definidos por Ducrot (2002, p. 11) como “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY, cujo sentido é constituído pelas palavras plenas já presentes na AI e na AE de X”. Esses operadores acrescentam a chamada gradualidade aos termos a que se referem. Essa definição faz perceber que há frases com determinado valor argumentativo, dado pelos operadores. O caso do operador *pouco* modifica o valor da frase *Ele trabalhou pouco* em relação à frase *Ele trabalhou um pouco*; desse modo, a orientação argumentativa da frase foi modificada.

Dentre os operadores, há subclasses: os *modificadores*¹⁰² e os *internalizadores*; a utilização deles juntos às palavras plenas e verbos demonstra a força argumentativa que têm. Os operadores classificados como *modificadores* alteram a argumentação de uma palavra plena ao assumir um conector em DC ou PT, mobilizando-os para construir o sentido, ou seja, determinam a argumentação de um predicado. Explica-nos Ducrot (2002, p. 12) que

Uma palavra instrumental é dita ‘modificador’ em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é feita somente com as palavras plenas contidas na AI de X, assim, pois, Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI de X: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação.

A modificação da argumentação é notada no caso do acréscimo do modificador *fácil* no sintagma “problema fácil”; a AI de *problema* tomada como uma questão que se arrisca compreender e não se compreende, “esforço PT neg-compreensão” não prevalecerá, mas sim o aspecto converso, que é “esforço DC compreensão”. A palavra plena *problema* foi modificada pelo acréscimo do modificador *fácil*, em relação a *problema* ele será classificado como *modificador desrealizante* (MD)¹⁰³, já que diminui ou inverte abrandando a força argumentativa. Esse aspecto converso será a AI assumida pelo sintagma “problema fácil”, porque se há facilidade o problema será compreendido.

¹⁰² Eles foram estudados inicialmente na fase da Teoria dos *Topoi*, relacionados à gradualidade das palavras ao serem aplicadas, sendo reformulados pela TBS.

¹⁰³ Conforme Santos (2010a, p. 91), os modificadores desrealizantes subdividem-se em inversores (quando funcionam como predicativos e invertem a orientação argumentativa) e atenuadores (quando funcionam como adjuntos adnominais e mantêm a orientação). No decorrer de nossas análises, retomaremos essa classificação.

Há também os modificadores que determinam os predicados (nome ou verbo), os quais podem diminuir ou aumentar a aplicabilidade/argumentatividade destes, sendo divididos em *modificadores realizantes* (MR) os que aumentam a força argumentativa do predicado ao qual está relacionado.

A segunda subclasse de operadores demonstra uma passagem e certa relação entre a AE e a AI, apresentando não apenas as palavras da AI, mas também da AE de um sintagma XY, são os *internalizadores*. Tal denominação relaciona-se com a percepção de que a “AE de X entra no interior da AI de XY” (DUCROT, 2002, p. 13). O internalizador assumirá o aspecto em DC ou em PT, uma vez que não podem estar simultaneamente na AI de uma entidade. Por exemplo, tem-se a AE à direita da entidade *procurar*: “procurar DC encontrar”, com seu aspecto converso “procurar PT neg-encontrar”.

Desse modo, admitimos que certos encadeamentos diferentes podem realizar a mesma relação, como normativa ou transgressiva. Ducrot afirma haver uma proximidade dos modificadores “realizantes” (MR) com os internalizadores normativos e dos “desrealizantes” (MD) com os internalizadores transgressivos. Conforme Santos (2010a, p. 114), “se o objetivo é descrever o sentido de um enunciado, a palavra é a unidade básica que, do ponto de vista de uma semântica sintagmática, deve permitir prever a significação do referido enunciado”. Isso é feito através da identificação das AE e AI das palavras plenas e da função que modificadores e internalizadores exercem no discurso. A entidade semântica tem vínculo com outras entidades para fazer sentido, essa associação pode ser de modo externo ou interno, são esses conceitos de extrema relevância para a análise neste trabalho, é o que se apresenta no próximo tópico.

A seguir, apresentamos a manifestação dos blocos semânticos, organizados em um *quadrado argumentativo da TBS*. Tais esclarecimentos referem-se à análise da reportagem jornalística, para a qual é preciso elucidar acerca do que se conhece como *quadrado argumentativo*, proposto na tese de Marion Carel (1992). Esse dispositivo será utilizado na análise deste estudo e demonstra as possibilidades de o locutor assumir um ponto de vista sob um ou outro aspecto dos ângulos desse quadrado. Essa forma de ilustrar é constituída pelos encadeamentos argumentativos (segmentos unidos por conectores) mais a negação, que se constituem em unidades/blocos de sentido.

Visto que este trabalho investigou as teorias e obras¹⁰⁴ que filiaram os estudos da ADL/TBS, acreditamos ser interessante apresentar uma breve noção do quadrado aristotélico. Na sexta conferência de Cali, Ducrot (1988) buscou descrever pares de adjetivos e recorreu às relações lógicas¹⁰⁵, principalmente às que constituem o quadrado de Aristóteles; para tanto, foi necessário articular a Teoria da Argumentação na Língua com a Teoria da Polifonia.

Carel e Ducrot (2005), ao discorrerem sobre os Blocos Semânticos, mencionam sobre o quadrado aristotélico, porque esses autores indicam que a noção de agrupar expressões em quadrados é antiga; as relações lógicas – embasadas em noções de verdade – desse quadrado são: contrariedade, contradição, subcontrariedade e implicação. Há uma relação de menção, escrevem os semanticistas Carel e Ducrot (2005, p. 44, tradução nossa)¹⁰⁶: “sabemos que Aristóteles construiu o quadrado lógico com um certo número de relações lógicas”. Por isso, não faz intervir essas relações na ADL/TBS por negar as condições de verdade, uma vez que elas fazem referência ao enunciado com a realidade. Para exemplificação, consta na Figura 1 um quadrado aristotélico, em cujos vértices poderiam ser colocados diversos enunciados:

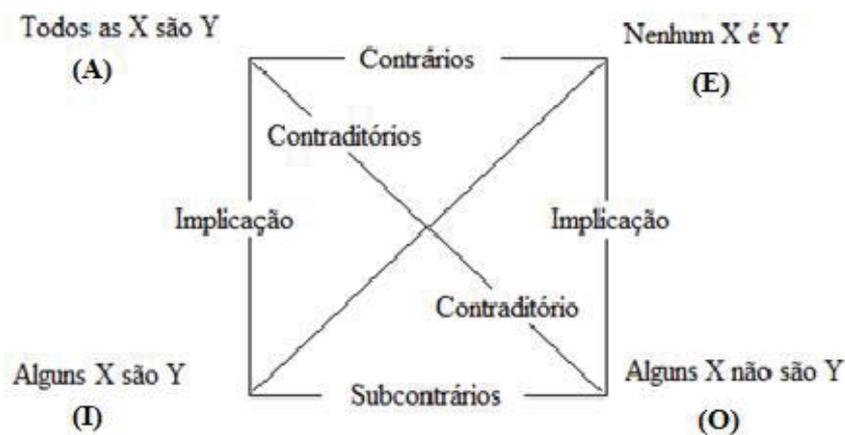


Figura 1 - Quadrado aristotélico
 Fonte: Carel e Ducrot (2005, p. 44, tradução nossa).

Nessa estrutura do quadrado aristotélico, poderíamos colocar, por exemplo, as seguintes proposições:

¹⁰⁴ Fizemos investigações sobre a filiação teórica em Saussure (Estruturalismo), Benveniste (Enunciação), Austin, Searle e na própria retórica.

¹⁰⁵ Posteriormente, tais relações lógicas foram negadas pelo quadrado de Marion Carel (1992), porque se defendeu que as relações lógicas são insuficientes para uma semântica que se quer linguística

¹⁰⁶ “Sabemos que Aristóteles construyó el cuadrado con un cierto número de relaciones lógicas”.

- (A) Todas as mulheres são iguais.
- (E) Nenhuma mulher é igual.
- (I) Algumas mulheres são iguais.
- (O) Algumas mulheres não são iguais.

As relações entre os vértices do quadrado são possibilidades de argumento para diferentes locutores. Conforme Copi (1978, p. 148), “[...] inferir é extrair uma conclusão de uma ou mais premissas”; as relações desse quadrado de Aristóteles forneciam uma base lógica para avaliar certas formas de raciocínio. As esquinas do quadrado de Aristóteles têm as proposições A, E, I e O.

Apresentamos o quadrado argumentativo, conforme consta em Carel e Ducrot (2005), justamente porque esses mesmos autores mencionam Aristóteles¹⁰⁷, embora não se detenham às semelhanças; negam a dependência da lógica e do apelo às condições de verdade. De fato, há referência ao quadrado argumentativo proposto pela TBS ao Quadrado Lógico do filósofo Aristóteles, mas Carel e Ducrot (2005, p. 48, tradução nossa)¹⁰⁸ elucidam que se trata de relações discursivas: “à diferença de Aristóteles, quem entre os quatro ângulos de seu quadrado indica a existência de relações lógicas, nós definiremos relações que não são lógicas, mas discursivas”.

Para clareza da noção do Quadrado Argumentativo de Marion Carel e Oswald Ducrot (2005), seguem convenções de escrita; é utilizado CON para designar os conectores normativos e transgressivos. Então, se CON designa um conector de tipo normativo (*donc/DC*), CON’ designará um conector transgressivo (*pourtant/PT*); as letras X e Y designarão o que precede e o que segue a CON, podendo conter eventualmente negações. Ou seja, X pode ser A e Neg-A e Y pode ser B e Neg-B. Ao observar “o quadrado em ação”, notam-se os quatro aspectos mencionados anteriormente de um BS₁ que constituem um quadrado argumentativo doxal (a – d) ou um BS₂ como paradoxal (a’ – d’)

A seguir, procedemos com a ilustração, através da Figura 2, do quadrado argumentativo proposto pela TBS para apresentar além as possibilidades argumentativas presentes na língua.

¹⁰⁷ Dito por Graeff (2011, p. 3): “Cumprer lembrar que a Teoria da Argumentação na Língua situava-se numa tradição aristotélica que distingue *demonstração* e *argumentação*, opondo à demonstração necessária do silogismo a argumentação incompleta e somente provável do entimema”.

¹⁰⁸ “À diferencia de Aristóteles quien ente los cuatro ángulos de su cuadrado indica La existencia de relaciones lógicas, nosotros definiremos relaciones que no son lógicas, sino discursivas”.

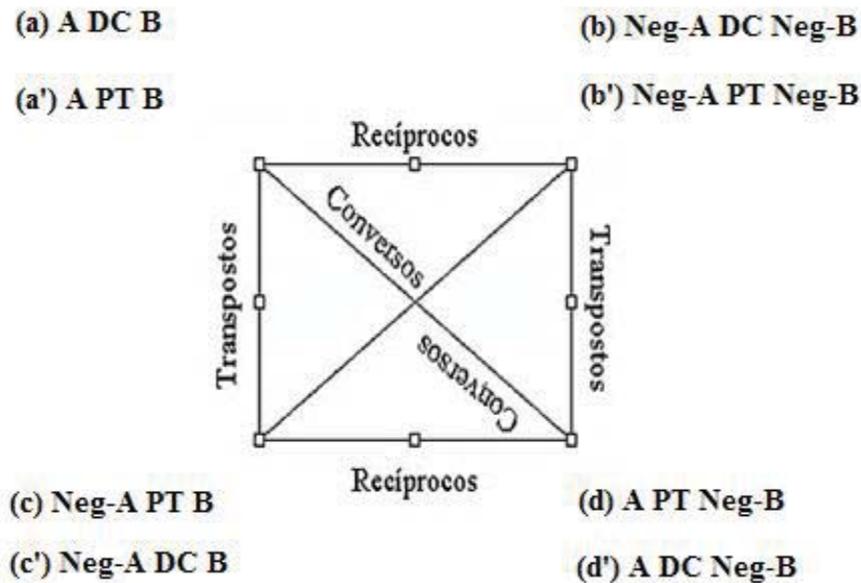


Figura 2 - Quadrado Argumentativo Doxal e Paradoxal
 Fonte: Carel e Ducrot (2005, p. 46).

Seguem-se as explicações das relações discursivas presentes no quadrado proposto por Carel e Ducrot (2005), após a tese de Carel (1992).

No quadrado argumentativo, vê-se a interdependência semântica dentro dos encadeamentos, a noção de transposição é uma das relações existentes entre os aspectos de um mesmo bloco. Há convenções de escrita que estabelecem relações discursivas entre os aspectos de um mesmo bloco (a)/(a') e (b)/(b'); (c)/(c') e (d)/(d') são recíprocos; (a)/(a') e (d)/(d'); (c)/(c') e (d)/(d') são conversos; (a)/(a') e (c)/(c'); (b)/(b') e (d)/(d') são transpostos.

Os recíprocos consistem em negar os termos que se encontram em um lado e do outro do conector, no sentido horizontal. Nos conversos, muda-se o conector e o segundo termo é negado; nos transpostos, nega-se o primeiro termo, muda-se o conector e mantém-se o segundo termo. A relação que se dá entre os aspectos opostos diagonalmente é a conversão, relação que caracteriza a negação. A transposição é a relação entre os aspectos que se vinculam no sentido vertical, entre as esquinas (a) e (c) por um lado e (b) e (d) por outro.

A localização de cada aspecto determina a relação que terá com outros aspectos; conforme Lescano (2004, p. 238, tradução nossa)¹⁰⁹, isso ocorre “à maneira do quadrado aristotélico”. As relações de transposição caracterizam-se pelos fenômenos de gradualidade;

¹⁰⁹ “[...] a la manera del cuadrado aristotélico”.

para Lescano (2004, p. 239, tradução nossa)¹¹⁰, “é claramente uma relação determinada pela gradualidade, a que em (i) e (ii)¹¹¹ manifestam a mesma orientação que (iii) e (iv), respectivamente, mas com maior força argumentativa”. Pode-se fazer referência às escalas argumentativas, pois, de um lado do quadrado, existiria um grau e, do outro, o grau oposto argumentativamente; isso demonstra como a teoria da argumentação na língua (TAL) está inserida na TBS, ou seja, as relações de gradualidade são constitutivas do bloco semântico.

O desenvolvimento epistemológico do quadrado argumentativo, pelo qual se pode ver a “interdependência dentro de um encadeamento argumentativo” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 55, tradução nossa), com dois predicados A e B, em que A é *perigo* e B é *precaução*, pode ser observado na Figura 3:

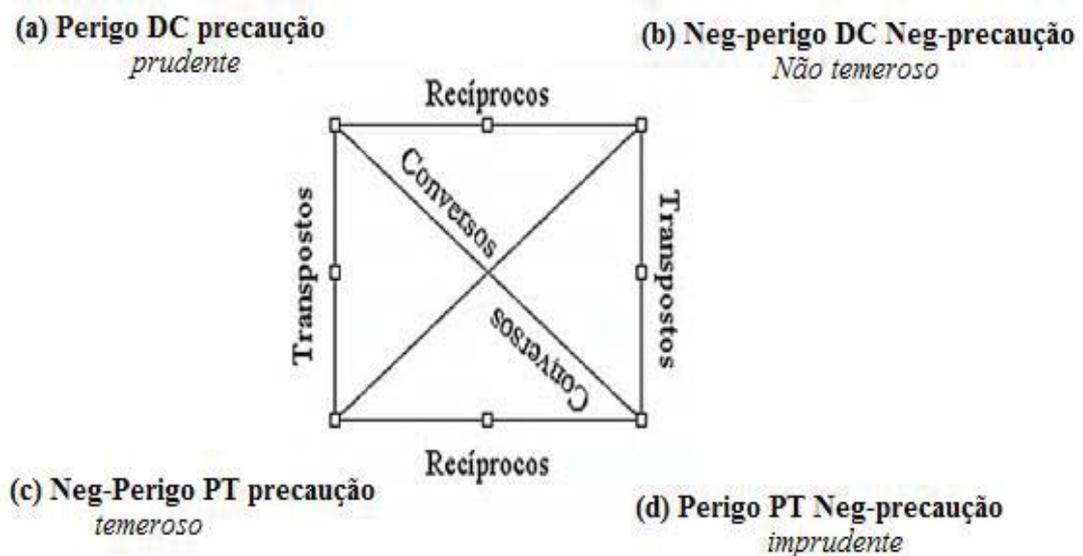


Figura 3 - Quadrado Argumentativo da TBS
Fonte: Carel e Ducrot (2005, p. 55).

Essas relações entre os ângulos do quadrado são a seguir explicadas, pois, ao identificar as possibilidades argumentativas das palavras, seu sentido, elas também são colocadas nos aspectos dos blocos semânticos. Nas relações entre os ângulos do quadrado, temos: a Conversão: (a) prudente e (d) imprudente; (b) não temeroso e (c) temeroso. A Reciprocidade: (a) prudente e (b) não temeroso; (c) temeroso e (d) imprudente. A Transposição ascendente: (b) não temeroso e (d)

¹¹⁰ “Es claramente una relación”

¹¹¹ Para o modelo de quadrado argumentativo que adotamos, corresponde aos aspectos (a) e (b); (c) e (d).

imprudente e (a) prudente e (c) temeroso e a Transposição descendente: (b) não temeroso e (d) imprudente e (a) não estúpido e (c) inteligente

O encadeamento (a) pode ser descrito pela palavra *prudente*, enquanto (d), seu converso, *imprudente*. Já as relações de transposições significam que se pode passar de (b) para (d) pela relação de expressões como “ao menos, em todo caso”, ou seja, *É temeroso ou em todo caso é prudente*. E também se pode dizer: *É prudente, te diria mais, é temeroso*. Enfim, o quadrado argumentativo faz perceber as relações discursivas entre os quatro adjetivos.

É preciso destacar que a negação tem papel fundamental ao ser associada aos segmentos unidos por conectores; ela corresponde à operação formal de conversão. Para o conjunto de encadeamentos a teoria denomina de aspectos; para formar um bloco, insere-se a negação. É perceptível que a negação tem papel fundamental para a construção dos aspectos do bloco semântico. Segundo Lescano (2004, p. 228, tradução nossa)¹¹², “a negação (Neg), que não é outra coisa que a inversão argumentativa – fenômeno gradual –, é um elemento tão importante como os conectores para a descrição do sentido de uma expressão”.

O capítulo seguinte apresentará a definição de gênero textual, para esclarecer o *corpus* de análise, estudos sobre a metáfora e a compreensão leitora.

¹¹² “La negación (Neg), que no es otra cosa que la inversión argumentativa – fenómeno gradual –, es un elemento tan importante como los conectores para la descripción del sentido de una expresión” (LESCANO, 2004, p. 228, tradução nossa).

3 GÊNERO TEXTUAL, METÁFORA E COMPREENSÃO LEITORA

Neste capítulo são apresentados pressupostos teóricos que estudam e definem conceitos sobre gêneros textuais, metáfora e compreensão leitora. Na sequência, estabelecemos noções conceituais da leitura voltada à compreensão leitora pela perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos, mencionando a relação entre *título-texto* e conteúdos que fundamentam a análise. As interfaces conceituais e teóricas realizadas nesta pesquisa ocorrem entre título/metáfora/discurso para aplicar a TBS e possibilitar a compreensão leitora sob enfoque enunciativo-argumentativo, em busca do sentido global do discurso.

A relação que se estabelece entre título/metáfora/discurso refere-se ao *corpus* de pesquisa composto por gênero textual que denominamos reportagem jornalística cujo título é constituído por uma metáfora. Portanto, foi necessário conhecer o conceito de gênero para classificá-lo, conforme Bakhtin (2003) e Marcuschi (2002).

A metáfora presente no título diz respeito a um dos objetos de análise que utilizamos neste estudo, em comparação com o texto da reportagem jornalística. A perspectiva teórica que adotamos refere-se aos estudos de Fiorin (2008, 2011), Filipak (1983), Moura (2007, 2008, 2010), Sardinha (2007) e Vereza (2007, 2010). Quanto à compreensão leitora, propomos um modelo de leitura que se paute pela TBS, abordando pressupostos teóricos que auxiliam a compreender um discurso.

Defendemos, portanto, que a metáfora é um recurso argumentativo e, no título da reportagem jornalística avaliada, manifesta a orientação argumentativa para o bloco de sentido global do discurso, descrito sob dispositivo da ADL/TBS. Na sequência, apresentamos alguns fundamentos teóricos sobre gêneros textuais, metáfora e compreensão leitora.

3.1 GÊNEROS TEXTUAIS: CONCEITOS PARA A REPORTAGEM JORNALÍSTICA

O *corpus* deste trabalho constitui o gênero textual reportagem jornalística, cuja especificidade é apresentar um título composto por metáfora, esta participa da construção do sentido discursivo, visto pela ADL/TBS como argumentativo.

Esta seção está dividida pela visão de dois teóricos sobre gêneros textuais: Bakhtin (2003) e Marcuschi (2002), além de dois autores que auxiliam na definição do gênero voltado ao jornalismo opinativo, Lage (2004) e Melo (2003).

O primeiro teórico a definir e fazer observações acerca dos gêneros foi Mikhail Bakhtin, em uma perspectiva dialógica da linguagem. Ele (e o chamado *Círculo Linguístico de Bakhtin*)¹¹³ definiu os gêneros discursivos como “[...] tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que chamamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 292). O enunciado é entendido como uma unidade comunicativa real delimitada pela alternância dos sujeitos é um evento único, irrepitível. Por essa compreensão do enunciado é que se denominam os gêneros como tipos de discurso e não de tipo de textos, pois a noção de discurso se caracteriza pela compreensão da língua como sistema de formas. A interação verbal, para Bakhtin (2003), é a realidade fundamental da língua, parte de suas teorias fundamenta-se no dialogismo; esse uso dos gêneros se reveste de grande importância para os estudos de fatos do discurso.

O conceito de gênero do discurso para Bakhtin (2003) refere-se às formas típicas de enunciados realizados em condições específicas de comunicação, materializados nas enunciações e com finalidades específicas nas diferentes situações de interação social. Segundo Bakhtin (2003, p. 282), “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo”. É por isso que, atualmente, o aprendizado da produção textual em nível escolar e no ensino superior está embasado no estudo dos gêneros, valorizando os usos e funções nas diferentes situações comunicativas¹¹⁴. Quanto às dimensões constitutivas dos gêneros, contemplam de modo indissociável e característico do campo de comunicação: o tema, forma composicional e marcas linguísticas (ou estilo). Em relação aos enunciados, dito por Bakhtin (2003, p. 261-262): “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional”.

São infinitas as variedades de gêneros de discurso, já que as possibilidades de comunicação humana são variadas e constantemente crescentes, pois se relacionam com as

¹¹³ *Círculo de Bakhtin* é a denominação atribuída ao grupo de intelectuais russos que se reunia entre 1919 a 1974, para estudos sobre a língua e linguagem.

¹¹⁴ Previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

múltiplas atividades e possibilidades sociais e particulares. Toda manifestação oral e escrita é definida como um gênero discursivo; esse pressuposto também é tomado por Marcuschi (2002). Por exemplo, uma carta, uma lista de supermercado, um bilhete, uma bula, um romance, uma poesia e tantos outros, de acordo com diferentes situações discursivas.

Neste trabalho, a reportagem jornalística classifica-se como gênero secundário, pois “[...] surge nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 263) e está presente em periódicos de circulação nacional. As reportagens surgem da produção textual de jornalistas, comentaristas e outros profissionais que as inserem no meio social para apresentar fatos e opiniões. Nesse sentido, cada situação sociocomunicativa requer um gênero para a relação de interação verbal entre sujeitos. Faremos mais caracterizações acerca desse gênero em seção específica (3.1.1).

A versatilidade (também mutabilidade) dos gêneros discursivos é perceptível no uso da língua em diferentes situações. Tal versatilidade detém-se nas “regras”, moldes ou padrões de cada gênero, a escolha do falante dá-se apenas entre eles e como utilizá-los, relacionando-os e optando pela sua expressividade. Quanto à moldura, os gêneros mudam com o passar dos anos, pode sofrer hibridizações e mudar de suporte, mesmo assim muitos são padronizados, conforme a necessidade da situação discursiva, por exemplo, um requerimento segue normas de formatação e linguagem.

Cada situação sociocomunicativa requer um gênero para a relação de interação verbal entre sujeitos (MARCUSCHI, 2002). Conforme Marcuschi (2002), as *tipologias textuais* designam uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Já os *gêneros textuais* são os textos materializados que encontramos no cotidiano.

De acordo com Marcuschi (2002, p. 22), a denominação utilizada gênero textual caracteriza-se “[...] para refletir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características”. Quando dominamos um gênero textual, dominamos uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. “A apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas” (MARCUSCHI, 2002, p. 25). Os gêneros são reflexos das práticas comunicativas e/ou fenômenos histórico-

sociais, mas não se pode tomá-los como estáveis, pois as variantes estilísticas, de uso e de contexto, fazem com que a produção seja sempre única, tal qual a enunciação.

Para a prática da linguagem, a reportagem jornalística é recurso importante, dentre diversos gêneros, no exercício da compreensão leitora. Uma vez o gênero textual entendido como diversidade socioculturalmente regulada das práticas discursivas humanas, cada gênero se manifesta por meio de textos, como resultantes de um ato de enunciação. Há, entretanto, diferenças entre tipologia e gênero textual; esclarece Marcuschi (2002, p. 22-23, grifo do autor) os conceitos:

(a) Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela *natureza linguística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção*.

(b) Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, horóscopo [...]*

Ao caracterizar os gêneros e as tipologias, são catalogadas diversas manifestações textuais em relação à predominância tipológica que apresentam. Um artigo de opinião e um editorial, por exemplo, cuja característica predominante é a presença da opinião, são classificados como tipologias *argumentativas*. É evidente, pelos conceitos propostos por Marcuschi (2002), que pode haver mais de uma tipologia em um mesmo gênero caracterizada como *hibridismo*, ou seja, um romance com a presença das tipologias descritiva e narrativa. Diante da necessidade de caracterizar o gênero que nos serve de *corpus* neste estudo, na subseção próxima apresentamos a reportagem jornalística.

3.1.1 Gênero reportagem jornalística

Percebemos que tanto os tipos quanto os gêneros textuais prestam-se às funções comunicativas de língua. A reportagem tem como principal característica expor um fato, mas muitos teóricos (LAGE, 2004; MELO, 2003) percebem que, conforme o país e o suporte, ela

recebe diferentes denominações. Relacionada ao jornal propriamente dito, o termo *reportagem* refere-se ao espaço no qual se encontra o setor de redação que trata da apuração dos fatos em geral (LAGE, 2004), mas que difere do gênero notícia. Para Lage (2004, p. 46, grifo do autor), “a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou uma série de fatos, mas do levantamento *de um assunto* conforme ângulo estabelecido”, à medida que, durante a pauta de elaboração da reportagem e da produção textual, há a interpretação dos fatos. Lage (2004, p. 48) entende que “a reportagem essencialmente interpretativa está a um passo do artigo, [...] A interpretação envolve, afinal, certa competência analítica”. Entendemos, neste estudo, a capacidade interpretativa, crítica ou analítica do leitor como *compreensão leitora*.

Ao discutir o que conceitua o *jornalismo informativo* do *jornalismo opinativo*, Melo (2003) defende que o jornalismo, além de informação, traz a interpretação dessas informações, de modo que o jornal apresenta ideias, argumentos, contraposições e análise dos fatos ocorridos. Dito pelo jornalista cubano José Benítez (apud MELO, 2003, p. 26), “o jornalismo não é somente a transmissão ou comunicação de notícias e informação da atualidade. É também comunicação de ideias, opiniões, juízos críticos”; então, o jornalismo se configura como argumentativo. A função do jornalismo não é apenas a de informar, mas também a de formar leitores capazes de interpretar, opinar acerca dos fatos. Não nos deteremos neste estudo às questões ideológicas que pode haver nessa intenção de construir leitores críticos, porque nossa intenção é somente caracterizar o *corpus* de análise. A subjetividade do autor ao produzir uma reportagem é expressa através de gêneros prioritariamente opinativos, mas, como defendemos o postulado ducrotiano de que “a argumentação está na língua” (DUCROT, 1988, p. 18), observaremos como se estrutura a opinião na reportagem jornalística analisada.

O professor José Marques de Melo (2003) apresenta a discussão acerca da questão dos gêneros jornalísticos como práticas discursivas. A classificação dos gêneros jornalísticos não é a mesma para o jornalismo europeu, norte-americano e hispano-americano, pois se relaciona às práticas culturais dos diferentes países; assim, detemo-nos ao que se propõe para a classificação no âmbito específico do jornalismo brasileiro. Conforme Brandão (apud MELO, 2003, p. 59), os gêneros jornalísticos brasileiros se apresentam em três categorias:

- A) *Jornalismo informativo*: 1. Notícia, 2. Reportagem, 3. História de interesse humano, 4. Informação pela imagem. B) *Jornalismo interpretativo*: 5. Jornalismo em profundidade. C) *Jornalismo opinativo*: 6. Editorial, 7. Artigo, 8. Crônica, 9. Opinião ilustrada, 10. Opinião do leitor. O critério adotado é explicitamente funcional.

Verificamos que não há diferenças objetivas entre a *reportagem* e a *reportagem em profundidade*, inclusive porque noutras culturas não há essa divisão. Melo (2003, p.60, grifo do autor) menciona que se trata de uma “incongruência” essa segmentação em dois gêneros, porque, “pela descrição que faz das respectivas técnicas [...], afiguram-se como espécies de um mesmo gênero – a *reportagem*”.

Diante dessa variedade de conceitos dos gêneros jornalísticos, denominaremos para fins deste estudo de *reportagem jornalística*¹¹⁵ o gênero que apresenta fatos e, conforme nossa análise, opiniões manifestas mesmo que de modo indireto, talvez pouco visível para leitores menos atentos, uma vez que, para Melo (2003, p. 74), “a essência do jornalismo tem sido historicamente a informação, aí compreendido o relato dos fatos sua apreciação, seu julgamento racional”. A *reportagem jornalística* apresenta opinião muitas vezes demonstrada por meio de metáforas, ironias, comparações, como recursos menos explícitos e que exigem maior interpretação do leitor. Fazemos essa breve conceituação porque não é objetivo neste estudo tecer maiores considerações sobre conceito e noção de gênero reportagem, mas sim contextualizá-la.

Destacamos os estudos de Melo (2003) por observarem que as constituições dos gêneros jornalísticos têm como recurso a titulação; alguns títulos assumem claramente um ponto de vista, outros dissimulam o conteúdo ideológico. Defendemos que o título sugere a construção de sentidos, ele reduz, muitas vezes, a carga opinativa do texto (MELO, 2003). Paralelo ao que defendemos, a tese de Loffer-Laurian (apud MELO, 2003, p. 92) é de que “os títulos representam um discurso ‘marcado’ em relação aos enunciados contidos nos textos”, o que poderá ser constatado pela perspectiva da TBS na seção destinada à análise desta pesquisa.

Neste estudo, propomos como *corpus* de análise o gênero *reportagem jornalística*¹¹⁶, gênero conhecido pela maioria dos falantes, embora possa receber diferentes denominações, circula nos meios impressos mais lidos, revistas e jornais. Faz parte da tipologia expositiva (MARCUSCHI, 2002), sustentada por relações lógico-argumentativas, quais sejam: premissas e conclusões; problemas e soluções; causas e efeitos. Analisaremos como ocorre a argumentação presente nesse gênero discursivo, visto que ela está inserida na própria língua.

¹¹⁵ Entendemos que *reportagem* por si só não nos remete ao jornalismo, por isso definimos nosso *corpus* de análise como *reportagem jornalística*, apresentada em revista de circulação nacional: *Exame* (2010).

¹¹⁶ Não descreveremos os elementos constituintes da reportagem, foco da esfera jornalística, mas sim analisaremos o sentido construído na perspectiva da ADL/TBS, conforme o sentido argumentativo presente.

Na seção seguinte, apresentamos conceitos e estudos relacionados à metáfora, aspecto que se relaciona ao objeto deste trabalho.

3.2 A METÁFORA COMO RECURSO ARGUMENTATIVO

“As metáforas funcionam na nossa mente”
(Tony Berber Sardinha, 2007)

Esta seção tem sua especial importância, uma vez que as metáforas fazem parte do escopo de estudo, isto é, estão presentes no próprio *corpus* de análise. A perspectiva desta pesquisa não é tomar a metáfora como recurso estilístico – mais usual, mas sim argumentativo. Não aprofundaremos acerca de tais estudos, por isso fez-se um recorte, para, nesta seção, apresentar noções teóricas que sejam relevantes na análise realizada e para o fundamento/elucidação da associação entre metáforas/encadeamentos argumentativos e blocos semânticos, que são partes constituintes das hipóteses de pesquisa¹¹⁷. Para tanto, selecionamos teóricos cuja abordagem sobre metáfora diz respeito aos estudos discursivos e não literários.

Nessa breve tratativa a respeito da metáfora, mencionamos o filósofo grego Aristóteles; posteriormente, há o conceito dessa perspectiva discursiva conforme Ricoeur (1975); Fiorin (2008, 2011); os estudos históricos de Filipak (1983); a abordagem semântico-pragmática de Moura (2007, 2008, 2010) e a abordagem cognitivo-discursiva de Vereza (2007, 2010); a teoria à qual se filiam as duas últimas abordagens é a Teoria Conceptual da Metáfora.

A obra de Aristóteles, *Retórica*, refere-se à metáfora como uma figura com um pé na retórica e outro na poética (FILIPAK, 1983). A definição de metáfora é oriunda do grego; para Aristóteles (apud FILIPAK, 1983, p. 24), “*meta* = trans + *phérein* = levar, é mudança, transferência, transposição; mudança de sentido próprio para o figurado”. Esse deslocamento de

¹¹⁷ Referimo-nos às hipóteses, dentre elas: “a argumentação está na língua” (DUCROT, 1988, p.18), e “as metáforas são recursos nos quais a argumentação se circunscreve” e “o texto é um bloco semântico”. Para conferir todas as hipóteses previstas, vide o capítulo 4, seção 4.2.

sentido é uma forma de predicação, para causar novo efeito argumentativo, é o que defendemos neste estudo. Pela perspectiva de Aristóteles, dito por Paul Ricoeur (1975, p. 31):

1) A metáfora é um empréstimo; 2) Que o sentido emprestado opõem-se ao sentido próprio, isto é, pertence originariamente a certas palavras; 3) que se recorre a metáforas para preencher um vazio semântico; 4) que a palavra emprestada toma o lugar da palavra própria ausente se esta existe.

Muitos estudos já foram realizados acerca da metáfora, inclusive ela é entendida dentre as figuras de linguagem como a *figura mestre*¹¹⁸. Os estudos retóricos muito já exploraram a metáfora com o sentido de adornar a argumentação do orador e influenciar na persuasão; todavia, são conhecidos poucos estudos que propõem a metáfora como um recurso relacionado à argumentação, mais especificamente à Semântica Argumentativa.

A obra denominada *Metáfora Viva* (1975), de Paul Ricoeur, é referência para os estudos acerca da metáfora, porque mapeia a estrutura dela a partir de diferentes correntes teóricas em busca de compreendê-la. Segundo os estudos de Ricoeur (1975), a característica predicativa da metáfora é confirmada, uma vez que ela consiste em apresentar uma ideia sob o signo de outra, por isso consideramos neste trabalho que a metáfora está vinculada ao ato central do discurso, à predicação, diga-se à argumentação. Ricoeur (1975) considera que a metáfora passa pela operação de *seleção*, cuja relação é de *similaridade*, pertencente ao eixo da *substituição*, no domínio linguístico. Para isso, uma definição de metáfora a identifica “à transposição de um nome estranho a outra coisa” (RICOUER, 1975, p. 107), já que a palavra, constituinte da frase, continua sendo o suporte do efeito de sentido metafórico no discurso.

Diante da afirmação de Ricoeur (apud FILIPAK, 1983, p. 49), “é necessário buscar o segredo da metáfora pelo lado das uniões sintagmáticas, insólitas, das combinações novas, puramente contextuais”; propomos, neste estudo, a associação ao sentido do contexto linguístico que é responsável por construir o encadeamento argumentativo de um enunciado. As combinações, cujo caráter é pragmático, consistem no referido “segredo da metáfora” que, associada à TBS, constrói o valor da palavra na continuação do discurso.

As três teorias que abordaremos sobre a metáfora são a *Pragmática* (caracterizada pelos atos de fala de Searle), a *Interacionista* e a *Conceptual*. Este estudo situa-se na concepção Pragmática da metáfora, pois a analisa de modo exterior às condições de verdade de uma proposição. Conforme Moura (2007, p. 424), a metáfora “[...] se situa além do que as

¹¹⁸ Cf. Sardinha (2007, p. 13).

palavras dizem. Mas, por convenção pragmática, podemos recuperar o que o falante quis dizer ao utilizar certas palavras fora de seu contexto normal de uso”.

Posteriores pesquisas passam a definir a metáfora como *uma maneira de interpretar o mundo*. Segundo Pinker (2007, p. 238 apud MOURA, 2008, p. 183), “pensar é compreender uma metáfora”. Ou seja, é estreitada a relação entre o pensamento e a linguagem no processo de compreensão de uma metáfora, pois é preciso pensar para compreendê-la e para construí-la também, já que se ativam conhecimentos de outros conceitos que são relacionados. É com o pensamento que se associam conceitos e, na linguagem, dá-se a criação de paradigmas lexicais no uso de analogias metafóricas (MOURA, 2010). Para existir analogia, são necessárias relações de semelhança entre os elementos associados e suas características, podendo ser de natureza abstrata, ou seja, conceitual.

Outro aspecto, além da analogia, referente à metáfora, é de cunho estrutural, pelo qual se observa a dicotomia entre a palavra e a sentença; é representante dessa tradição o estudioso Ullmann (1964), autor que argumenta ser “a metáfora originada das relações semânticas entre as palavras”. Para esse teórico (apud MOURA, 2008, p. 188, grifo do autor), “[...] a metáfora é uma fonte constante de polissemia, ou seja, de rearranjos nos paradigmas lexicais de uma língua, [...] a metáfora é definida como uma *mudança de sentidos das palavras*¹¹⁹, gerada pela vagueza intrínseca das significações.” Diga-se, o sentido literal e o não literal (o metafórico) entrecruzam-se na construção da metáfora, retomando Ducrot, não há separação entre o conotativo e o denotativo.

Assim, a produção de metáforas perpassa a semântica de determinada língua, convocando todo um *paradigma de signos*; o paradigma é a lista de palavras que podem ser escolhidas para montar o sintagma. O falante constrói novas possibilidades de sentido conforme as escolhas feitas diante das combinações sintagmáticas. Moura (2008, p. 189) argumenta, em relação à autonomia da palavra diante da frase, porque “a interpretação da metáfora depende da combinação sintagmática dentro de uma frase e não apenas de paradigmas lexicais isolados”.

Considerada recurso para criar novos sentidos, a metáfora é definida como “o emprego de uma palavra concreta para exprimir uma noção abstrata, na ausência de qualquer elemento que introduz formalmente uma comparação” (FIORIN, 2008, p. 71). Esse elemento seria uma conjunção comparativa (como, tal qual, tão, mais do que, dentre outras), que não está presente

¹¹⁹ Para Richards (apud FILIPAK, 1983, p. 97), “a metáfora é essencialmente uma resultante semântica”.

na metáfora e tampouco é necessária, ela é a criação de um signo conotado, a partir de dois signos, sendo o “acréscimo de um significado a outro” (FIORIN, 2008, p. 71), quando entre eles há uma relação de interdependência¹²⁰, de semelhança em alguma característica. À medida que acresce um significado a outros, as metáforas organizam o sentido do discurso e encadeiam os segmentos discursivos, o que singulariza e compatibiliza a proposta neste estudo através da Teoria dos Blocos Semânticos.

A associação entre os estudos da metáfora e a ADL/TBS refere-se também às possibilidades que a língua apresenta para fazer sentido, porque os significados não estão apenas no dicionário, mas sim no uso da língua. Confirmado por Sardinha (2007, p. 13), “nossa linguagem é ainda mais complexa porque cada palavra pode ter vários significados. [...] possui muitos sentidos que chamamos de figurados. São usos não-literais das palavras e expressões da língua”. Assim, um enunciado metafórico é construído por alguma relação de semelhança entre dois elementos. Para construí-la, é preciso ativar o pensamento a partir do conhecimento de outros conceitos; posteriormente, far-se-á a relação mental que será transferida para a estrutura sintática de um enunciado (MOURA, 2008).

Muitos teóricos, entre eles Fiorin (2008, p. 86), defendem que a metáfora é um procedimento de construção do sentido, pois os tópicos do texto “vão se encadeando metaforicamente”; o sentido conotativo da palavra não ocorre de maneira isolada, mas a partir de um fato discursivo. Assim, mais uma vez é importante registrar a relação que estabelecemos entre a metáfora e os encadeamentos argumentativos da TBS, o que se observa na análise realizada neste estudo.

No artigo *Desfazendo dicotomias em torno da metáfora*, Moura (2008) explica que as metáforas são construídas quando utilizam os recursos de dois polos, chamados de dicotomias: o “pensamento *versus* linguagem” e a “palavra *versus* sentença”. Assim é construída a metáfora pelo pensamento, “pensar é compreender uma metáfora” (MOURA, 2008, p. 183), que se apropria de relações semânticas existentes no sistema lexical da língua; será a escolha das palavras o que determinará uma adequada construção metafórica, uma vez que as relações semânticas são inesperadas.

Desse modo, a compreensão de uma metáfora necessita da ativação de conhecimentos, “outrora se tomava a metáfora apenas como uma função estilística, ornamental, mas ela não significa apenas trocar palavras, como figura de linguagem, é um recurso cognitivo” (VEREZA,

¹²⁰ Remete à *interdependência semântica* proposta pela ADL.

2010, p. 6). Embora sob diferentes perspectivas teóricas, há outros autores, como Vereza (2010), que concordam com o fato de a metáfora ser um recurso argumentativo pelo qual o locutor defende um ponto de vista. Essa autora estuda a metáfora relacionada ao discurso (e não apenas à linguagem e ao pensamento), estabelecendo que o *lócus* da metáfora é o discurso: “conceito como espaço em que aspectos sócio-cognitivos e linguísticos se encontram para tecer a figuratividade, entre outras formas de criação de sentidos” (VEREZA, 2010, p. 6). Desse modo, percebe-se que a interpretação da metáfora é responsável pela construção da argumentação discursivamente, pois, como recurso linguístico-cognitivo, torna-se uma abordagem do sistema linguístico para o uso da língua.

Moura (2007, 2010) teoriza que a metáfora é composta por dois elementos, aquele ao qual se quer definir e o elemento que o caracteriza, este último pode ser de diferentes classes gramaticais, em consonância com Ivor Amstrong Richards, o teórico responsável por criar os termos que estruturam a metáfora: Tópico (*topic*) e Veículo (*vehicle*). Assim, a metáfora tem como critério oferecer duas ideias ao mesmo tempo, comportando o conteúdo e o veículo. Para Richards, dito por Ricoeur (1975, p. 132), “A modificação que o *veículo* imprime ao *conteúdo* é, talvez, em maior medida obra de sua semelhança que de sua semelhança”.

O *veículo* na metáfora possui dupla referência, uma literal e outra metafórica; a interpretação depende da relação entre o *tópico* e o *veículo* (a estrutura da metáfora: x é y). O *tópico* é o elemento que recebe a nova categorização. Segundo Moura (2007, p. 419-420), “a metáfora é uma asserção de categorização, ou seja, ela afirma a inclusão de uma entidade (o *tópico* da metáfora) numa categoria ou classe (o *veículo* da metáfora)”. São dois elementos relacionados por alguma afinidade ou alguma característica em comum, que faz um representar o outro; uma metáfora ainda pode fazer com que seja construída outra metáfora a partir de combinações sintagmáticas dentro de uma frase. Explicado por Sardinha (2007, p. 27, grifo do autor),

Tópico: é a porção *não*-metafórica de uma expressão metafórica. Em ‘Julieta é o sol’, o Tópico é Julieta. Veículo: é a porção da *metáfora* de uma expressão metafórica. No exemplo anterior, o Veículo é sol. Base: é a relação entre Tópico e Veículo. No exemplo anterior, o Veículo ‘sol’ indica que nos referimos ao Tópico ‘Julieta’ com tendo beleza, calor, vida, etc. Tensão: refere-se à incompatibilidade entre o Tópico e o Veículo, quando interpretados literalmente. Julieta é uma pessoa e o sol, um corpo celeste.

Associar as teorias acerca da metáfora e da ADL/TBS é propósito neste estudo, pois postulamos que o *tópico* da metáfora seja entendido como o *segmento A* e o *veículo* como o

segmento B; juntos têm uma interdependência que constrói o encadeamento argumentativo, formando assim o sentido da metáfora. Moura (2008, p. 189) ainda explica que “[...] a interpretação de uma metáfora depende da combinação sintagmática dentro de uma frase, e não apenas de paradigmas lexicais considerados fora do contexto”. Para Ricoeur (1975, p. 142), “a metáfora resulta tanto da pragmática como da semântica”. Diante disso, é preciso considerar que as palavras com sentido metafórico estão presentes na frase, que, pela enunciação, manifesta-se no enunciado e constitui o sentido de um discurso.

Percebemos pelos comentários expostos que é possível associar no sistema linguístico, estruturalmente, o potencial argumentativo da metáfora. Ao mencionar seleção e substituição, recorreremos ao conceito saussuriano acerca dos eixos do sintagma, que se estabelece no plano do discurso e do paradigma, no plano das similaridades, das possibilidades¹²¹. Sendo a metáfora uma modificação no conteúdo semântico de uma expressão, fortalece a hipótese estabelecida, neste trabalho, de que a argumentação está nela circunscrita, no sentido ducrotiano, ou seja, pela continuação do discurso. Associado aos estudos de Ducrot, quando este menciona a construção do sentido pela continuação do discurso, Richards (apud FILIPAK, 1983, p. 117) comenta que “as palavras não têm significação própria e não têm nenhum sentido em si, porque só o discurso apresenta o sentido de uma maneira indivisa”.

Coadunam-se com a proposta da ADL/TBS os estudos da metáfora pela perspectiva da semântica argumentativa da palavra, pois

[...] a colisão semântica confere à atribuição metafórica não somente um caráter singular, mas um caráter construído; não há metáfora no dicionário, ela não existe senão no discurso; neste sentido, a atribuição metafórica revela melhor que qualquer outro emprego da linguagem o que é uma palavra viva, que constitui por excelência “uma instância do discurso” (RICOEUR, 1975, p. 152).

Uma análise semântica da metáfora vai se estabelecer no nível do enunciado, para dar conta da mudança de sentido que se concentra na palavra, uma vez que ela atua sobre a semelhança e a analogia; logo, é preciso descrevê-la. Um critério para essa mudança de sentido causada pela metáfora é que as palavras não estão em seu emprego normal. A metáfora é, nesta pesquisa, entendida como importante recurso argumentativo que, após nova predicção, conduz a direção discursiva para a construção do sentido nos enunciados em que aparece.

¹²¹ Cf. cap. 1, seção 1.1.

Para a compreensão do discurso, em nossa perspectiva *compreensão leitora*, propomos a articulação da ADL/TBS como uma possibilidade epistemológica de leitura em uma reportagem jornalística com título metafórico. Diante disso, para prosseguir com a apresentação dos conceitos teóricos, apresentamos, na seção seguinte, concepções sobre a *compreensão leitora* diante da relação entre *título e texto*.

3.3 A COMPREENSÃO LEITORA: DO TÍTULO AO TEXTO

Esta seção justifica-se pela proposta relacionada às hipóteses de pesquisa referentes à aplicação da ADL/TBS, como base teórica para a compreensão textual da reportagem jornalística analisada. Uma vez que o foco deste estudo não é especificamente a leitura, mencionamos apenas alguns conceitos que nos serviram de base, oriundos dos estudos teóricos de autores¹²² como Kleiman (1995), Koch (2004, 2005), Koch e Elias (2006), Koch e Traváglia (2007), Guimarães (2009), Jouve (2002), Delanoy (2008) e Cabral (2010).

Posterior aos conceitos de compreensão leitora e da menção aos estudos realizados sobre ela na perspectiva da ADL/TBS, abordaremos de forma breve a relação entre título – texto – discurso com base em estudos de Silva (2008) e Alves (2010). Tal recorte teórico fez-se necessário porque tanto a leitura quanto o texto e respectiva relação com o título são temáticas significativamente densas e esmiuçá-las não é o objetivo, mas sim expô-las como relevantes para o processamento da compreensão do texto que necessita da ação do leitor. Para a compreensão leitora, defendemos que os preceitos da ADL/TBS podem ser aplicados como recurso facilitador e esclarecedor do sentido global do discurso. Após conceitos e definições acerca da leitura e da compreensão leitora, faremos evidência ao texto e ao título como responsáveis pela constituição do sentido¹²³.

A compreensão de textos envolve processos cognitivos múltiplos, que estão relacionados ao ato de compreender (KLEIMAN, 1995); desse modo, a leitura precisa ser entendida como uma

¹²² A intenção de trazer esses autores visa à clareza do conceito de leitura/leitor; por sabermos que fazem parte de perspectivas teóricas distintas, não aprofundaremos tais conceitos.

¹²³ No capítulo 1, seção 1.2, foi apresentado o conceito de texto/discurso sob a perspectiva de Oswald Ducrot, agora, novamente, falamos do texto, mas noutra perspectiva, da Linguística Textual, para relacioná-lo ao título e à compreensão leitora; no entanto, assim entendemos, não deixa de existir relação com o que procedemos nas análises do *corpus* deste trabalho.

ação que ativa tais processos no âmbito da cognição e da memória discursiva do leitor, para que este possa ativar conhecimentos linguísticos e também de mundo¹²⁴ (prévios) que possui, visando a sustentar/possibilitar a construção do sentido do texto.

Na perspectiva teórica de Kleiman (1995), o esforço para recriar o sentido do texto está relacionado primeiramente ao aspecto da coerência e, a seguir, ao estabelecimento de propósitos para a leitura. Ao mencionar o propósito de leitura, essa pesquisadora mostra-se em conformidade com Koch e Elias (2006), à medida que defendem que o gênero textual determina os primeiros entendimentos sobre o texto, porque são conhecimentos ativados que têm relação com a estrutura e a linguagem. Koch e Elias (2006, p. 27-28) ainda mencionam que o autor, ao selecionar elementos para a constituição do texto, “cria” um leitor-modelo¹²⁵. Para Kleiman (1995, p. 36), é a “formulação de hipóteses de leitura” por parte do leitor que auxilia na compreensão do texto. De acordo com o entendimento da autora deste trabalho, essas hipóteses relacionam-se às argumentações externa e interna das palavras plenas, conforme a TBS¹²⁶, porque o leitor identifica o sentido argumentativo das palavras, como hipótese de leitura, e assim percebe a estrutura daquilo que lê com mais clareza.

Ingedore Koch é uma das proeminentes pesquisadoras brasileiras da Linguística Textual, teoria determinada pelos estudos dessa autora sobre *coerência*¹²⁷ e *coesão*¹²⁸ *textual*. Atualmente, o texto, resultado de um *múltiplo referenciamento*, é visto como uma “sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma concatenação pronominal ininterrupta” (KOCH, 2004, p. 3).

Entre os fatores de compreensão da leitura, relacionados ao autor e leitor, entendidos por Koch e Elias (2006, p. 24), estão “o conhecimento dos elementos linguísticos (uso de determinadas expressões, léxico antigo, etc.), esquemas cognitivos, bagagem cultural, circunstâncias em que o texto foi produzido”. Se esse processo de compreensão leitora for

¹²⁴ Esse conhecimento do mundo que permite a produção de sentidos é denominado por Koch (2006, p. 42) “*thesaurus mental*”.

¹²⁵ Vale destacar que não é o mesmo leitor-modelo proposto nos Estudos Literários por Umberto Eco em sua obra *Seis passeios pelos bosques da ficção*.

¹²⁶ Cf. a seção 2.4 referente à Teoria dos Blocos Semânticos.

¹²⁷ O estudo da coerência é visto por muitos teóricos como uma *teoria do sentido do texto*: “[...] é a coerência, através de vários fatores, que permite estabelecer relações (sintático-gramaticais, semânticas e pragmáticas) entre os elementos da sequência (morfemas, palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos, etc.), permitindo construí-la e percebê-la, na recepção, como constituindo uma unidade significativa global” (KOCH; TRAVAGLIA, 2007, p. 53-54).

¹²⁸ Conforme Koch (2005, p. 45), entendemos a coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos.

transposto para os preceitos da Semântica Argumentativa, temos, de certo modo, a relação entre o aspecto linguístico e o aspecto pragmático – de uso da língua, necessários para a compreensão do sentido. Além dos fatores de compreensão de leitura derivados do autor/leitor, há, para Koch e Elias (2006), os fatores derivados do próprio texto, os quais dizem respeito basicamente à sua legibilidade, podendo ser materiais, linguísticos ou de conteúdo. Em relação à leitura, Koch e Elias (2006, p. 35) comentam que ela é “uma atividade que solicita intensa participação do leitor, pois, se o autor apresenta um texto incompleto, por pressupor a inserção do que foi dito em esquemas cognitivos compartilhados, é preciso que o leitor o complete, por meio de uma série de contribuições”.

A concepção de leitura depende da concepção de sujeito, língua, texto e sentido que se adote; para Koch e Elias (2006, p. 10), “a leitura é uma atividade de produção de sentido”, então é preciso que o leitor dialogue, reflita, critique e avalie as informações que lê. Para a compreensão leitora, contribuem três grandes sistemas de conhecimento, conforme essas autoras: o linguístico, o enciclopédico e o interacional. Observamos que a leitura exige que o leitor esteja atento à significação das palavras, pois o texto não pode ser visto somente com caráter informativo. O leitor constrói *um significado global* para o texto e não apenas o recebe (KLEIMAN, 1995), o que faz o autor do texto lido deixar pistas, através da estrutura lógico-gramatical (operadores, conjunções...) que escreve.

Outro teórico que estuda a relação autor/leitor é Vincent Jouve (2002, p. 61), o qual propõe que “a leitura, de fato, longe de ser uma recepção passiva, apresenta-se como uma interação produtiva entre o texto e o leitor”. E, se é produtiva, entende-se que o leitor deve produzir signos de significação que construirão o sentido da obra; o que explica, e muito, o fato de algumas pessoas entenderem de uma ou de outra maneira um mesmo texto/livro/leitura. A recepção do texto, para Jouve (2002, p. 66), está dividida em dois polos:

Os “espaços de certeza” são os pontos de ancoragem da leitura, as passagens mais explícitas de um texto, aquelas a partir das quais se entrevê o sentido global. Os “espaços de incerteza” remetem para todas as passagens obscuras ou ambíguas cujo deciframento solicita a participação do leitor. [...] Ler, portanto, é levar em conta as normas de todo tipo que determinam um texto e fazer jogar entre si as unidades de superfície que constroem seu sentido.

Entre os espaços de certeza, o leitor apoia-se em “pontos de ancoragem” do texto, os quais impedem que o leitor se perca ou vá por uma direção longe demais do possível e auxiliam na direção que pode tomar, conforme as instruções das frases.

Ainda trazemos a consideração de Tania M.K. Rösing, cuja pesquisa elaborada sobre o professor e a questão da leitura apresenta interessantes apontamentos, diz essa autora: “[...] posso entender a leitura, resultante do ato de se atribuir significado ao discurso escrito, como a possibilidade de os seres humanos apreenderem a complexidade e a essência do mundo (letrado), na perspectiva socializante das interações humanas” (RÖSING, 1996, p. 59).

Para a construção do texto, há três dimensões, conforme Guimarães (2009, p. 47), a sintática, a semântica e a pragmática. Os estudos da Semântica Argumentativa dedicam-se à dimensão pragmática da linguagem, considerando-a integrada na sintaxe e na semântica. Conforme explicado por Guimarães (2009, p. 55),

A concepção pragmática se opõe à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações, coloca em primeiro lugar o caráter interativo da atividade de linguagem, recompondo o conjunto da situação de enunciação. O nível pragmático funde-se, fixa-se imbricado nos níveis gramatical e léxico-semântico – as variadas interações que se dão no discurso.

Essas interações no discurso ocorrem entre o locutor, o interlocutor e o uso da língua. Adotamos, neste trabalho, o conceito de que o *discurso* é a manifestação do texto para a ADL/TBS. A leitura pela perspectiva da Semântica Argumentativa, situação que se contempla neste estudo com base na ADL/TBS, é uma possibilidade muito produtiva e proveitosa. Isso pode ser observado no trabalho de Cláudio Primo Delanoy (2008), em sua dissertação de mestrado *Uma definição de leitura pela teoria dos blocos semânticos*, na qual se desenvolve esse conceito a partir da enunciação em fábulas e pela definição do leitor como responsável por decifrar o sentido. Para definir o conceito de leitura pela TBS, esse autor explica o sentido construído no discurso e defende que o leitor precisa se posicionar diante do tema e através da argumentação presente no texto, para identificar as relações de sentido. Manifestamos nosso entendimento em concordância com Delanoy (2008, p. 50), pois

[...] o lugar ocupado pelo leitor na situação enunciativa é de fundamental importância para a leitura sob a perspectiva da TBS. Esse lugar é fixo: é do interlocutor. Nessa posição o interlocutor busca resgatar o sentido produzido pelo locutor por meio do discurso. Porém, sua tarefa não se resume a isso. Também busca explicações sobre o modo como o sentido foi produzido. [...] o leitor, pela visão da TBS, não é um leitor ingênuo. Seu olhar é de um pesquisador que vê o discurso sob uma concepção, isto é, tem um olhar teórico subjacente à leitura.

Com base nessa afirmação, a função do leitor é identificar a argumentação presente no enunciado que lhe afere sentido, conforme o que o locutor propôs, pois a descrição do sentido ocorre pela análise do linguístico, ou seja, às instruções dadas pelas frases. Os limites

de compreensão a que se refere Delanoy (2008) são entendidos por Ducrot (1988) como instruções presentes na frase (realização abstrata). “É a estrutura linguística que indica o que deve se procurar no contexto, e como procurar quando se quer interpretar um enunciado” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11). Assim, o enunciado é objeto de estudo da TBS; conforme Delanoy (2008, p. 52), para identificar um conceito de leitura, este deve ser restrito ao produto da enunciação.

[...] o leitor pela TBS deve manter-se na posição de interlocutor e acessar o sentido que é permitido pelo discurso, sem acréscimo de outros sentidos não autorizados. Caso contrário, estará no outro extremo da enunciação: será um novo locutor ao produzir um outro discurso, que pode ter sido construído a partir do anterior, mas já constitui uma nova enunciação. Desse modo, ele extrapolou a leitura pela perspectiva da TBS.

Defendemos que a compreensão leitora pela ótica da ADL/TBS é, entre as teorias linguísticas existentes, uma das mais profícuas para se identificar o sentido global do discurso, que pode ser aplicada ao ensino da língua materna e para o desenvolvimento da leitura crítica. Ao considerarmos que as escolhas linguísticas determinam a força argumentativa dos discursos, a ADL/TBS constitui uma estratégia para leitura e produção textual. Para que o professor tenha clareza de que na própria leitura descobrimos novas pistas para a construção do sentido, a pesquisadora Ana Lúcia Cabral (2010) sugere ideias de aplicação da Teoria da Argumentação na Língua focada na fase dos Blocos Semânticos para o ensino da leitura e da escrita, partindo da identificação dos encadeamentos argumentativos em pequenas narrativas, como contos, fábulas e notícias.

Desse modo, acreditamos que a compreensão leitora é responsável por construir o sentido global do discurso e deve ser focalizada na relação entre o título e o texto¹²⁹. É fato que o título ocupa um lugar de destaque em todo texto. Conforme Silva (apud ALVES, 2010, p. 63), “[...] os títulos permitem as primeiras ações estratégicas por parte dos sujeitos, que levantam hipóteses e suposições acerca do conteúdo do texto. Essas podem ser confirmadas ou reformuladas caso sejam rejeitadas as primeiras suposições”. As instruções da frase são abertas, o intérprete deve reconstituir a estratégia argumentativa do locutor; sob esse ponto de vista, a compreensão leitora relaciona-se à possibilidade de cada leitor “fazer o seu quadrado”, isto é, assumir um ponto de vista conforme a constituição dos encadeamentos argumentativos de um bloco semântico.

¹²⁹ Foi realizado um estudo por Alves (2010), que propõe a relação entre título e texto na perspectiva da ADL/TBS; a seguir, comentaremos por que esse estudo tem relevância para as análises feitas neste trabalho.

Além de a TBS ser válida como proposta de compreensão leitora, entendemos que é para a produção textual um excelente recurso. A professora e pesquisadora Leci Borges Barbisan, uma das primeiras responsáveis pelas traduções dos textos de Carel e Ducrot no Brasil, propôs o uso da TBS como recurso para o ensino da produção de textos argumentativos. Barbisan (2005) argumenta que se pode utilizar a TBS para avaliar a compreensão de propostas de redação e a competência argumentativa na produção textual, quanto ao uso da argumentação e da contra-argumentação. Ao avaliar as propostas de redação, essa pesquisadora destaca que é preciso “ensinar os alunos a pensar”, para não haver fugas do tema e para que os textos não se utilizem apenas de encadeamentos normativos, mas também de transgressivos. Nesse sentido e em relação à TBS, alinhamo-nos a Barbisan (2005, p. 76), ao ver nessa fase da Teoria da Argumentação na Língua, a TBS, que todo enunciado apresenta aspectos normativos e/ou transgressivos, pois são

[...] vistos como dois modos, produzidos pelos falantes, de falar das coisas do mundo, possibilitando a relação como outro e dando à língua um caráter polêmico, de enfrentamento entre indivíduos – pode tornar-se um excelente instrumento para o ensino da língua materna. É porque várias pesquisas têm sido desenvolvidas nesse sentido, mostrando resultados positivos, que não se hesita em afirmar que essa teoria mereceria a atenção de nossos professores.

Além de aplicar a TBS à análise de diferentes gêneros, há pesquisas sobre o sentido do título e texto com a finalidade de demonstrar a relação entre o sentido discursivo presente em ambos. A respeito dessas pesquisas acerca da relação entre título e texto, Silva (2008, p. 70) comenta que “os títulos são componentes textuais que, além de despertarem o interesse do leitor e resumirem o assunto global do texto, (re) orientam cataforicamente o sentido, se considerarmos o contexto de leitura (de uso)”. Para Guimarães (2009, p. 35), a microestrutura é organizada pela coesão de modo que “é responsável pela estruturação linguística do texto”, já a macroestrutura “diz respeito aos componentes que possibilitam a organização global do sentido do texto e que são responsáveis pela sua significação”.

Esse estudo focaliza os “aspectos de sumarização do texto da microestrutura para macroestrutura”¹³⁰ (SILVA, 2008, p. 75), enfatizando que são vários os conhecimentos

¹³⁰Segundo Van Dijk (1980), conceituado teórico acerca da macroestrutura, ela é uma representação abstrata da estrutura global de significado de um texto. É no nível macroestrutural que se coloca o problema da coerência global de um texto. Ela se relaciona com a microestrutura (conjunto formado de frases), assim a microestrutura está no nível da coesão (local) e a macroestrutura da coerência (global). Dito por Van Dijk (1980, p. 160), “[...] una macroestructura de una secuencia de frases es una representación semántica de algún tipo, es decir, una proposición vinculada por la secuencia de proposiciones que subyacen el discurso (o parte de él)”.

ativados pelo leitor (linguísticos, enciclopédicos e interacionais). O título é a primeira manifestação linguística lida quando se toma um texto; automaticamente, fazem-se considerações hipotéticas acerca da temática do texto, embora nem sempre o título faça referência direta ao assunto a ser tratado¹³¹. Silva (2008, p.78) entende que

[...] dentre outras estratégias utilizadas na produção textual e na leitura de textos, comumente, o título tem desempenhado, no contexto, de produção, função anafórica (já que, normalmente, atribuímos título depois da produção textual) e, no contexto de leitura, função catafórica (já que pode orientar a leitura). [...] a questão título-compreensão textual como um contínuo de possibilidades.

Em sua pesquisa de mestrado, Alves (2010, p. 106)¹³² faz uma interessante análise da relação argumentativa e polifônica entre títulos de provas de proficiência em língua inglesa, ressaltando que “[...] o título satisfatoriamente classificado como uma estratégia de leitura expressa um encadeamento argumentativo em DC ou em PT de um bloco semântico de modo a encapsular a argumentação central do texto”. Ao levar em consideração que o título pode ser entendido como um processo de retomada, ou como um encapsulamento anafórico, conforme Graeff (2007)¹³³, Alves (2010, p.107) ressalta o título como “[...] uma estratégia eficaz de leitura instrumental, por encapsular todo o encadeamento argumentativo”.

É preciso mencionar sobre a necessidade de aplicação dos preceitos da TBS para o ensino da Língua Portuguesa, que desde muito tempo parece estar limitado ao ensino da argumentação e da língua pela gramática tradicional. Na investigação sobre como os livros didáticos ensinam a argumentação, Barbisan (2007, p. 119) afirma que não se distingue da concepção tradicional, pautada “mais pelo olhar sobre a forma do que sobre o sentido”, de modo que o sentido pode não ser identificado durante as leituras dos alunos.

Barbisan (2007, p. 136) constata que “[...] o estudo propriamente linguístico do texto é tido como oportunidade para a retomada de tópicos gramaticais”, todavia a enunciação nunca será a mesma e não se recuperam os sentidos, de modo que a análise do enunciado precisa considerar a situação linguística. Por isso, são necessárias mudanças no ensino da língua materna, partindo da apresentação aos docentes de uma nova abordagem que pode ser dada pela Semântica Argumentativa (BARBISAN, 2007). Para identificar como o conteúdo é dito,

¹³¹Essa referência é o que ocorre com o primeiro título metafórico que analisamos na reportagem *A competição é uma droga* (EXAME, 1 dez. 2010, p. 120-121).

¹³²*Relação argumentativa entre títulos e textos de provas de proficiência de leitura em inglês*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

¹³³Referência feita por Alves (2010, p. 107).

a abordagem semântico-enunciativa demonstra possibilidades de perceber a língua em uso e os sentidos construídos pela compreensão leitora de modo argumentativo.

Após esses aportes e comentários acerca da compreensão leitora e da relação entre título e texto, na análise constataremos que a utilização da Teoria da Argumentação na Língua combinada com a TBS auxilia no processo de compreensão leitora e que o título metafórico apresenta estrutura argumentativa responsável por remeter ao sentido global do discurso. O conceito de compreensão leitora que defendemos neste estudo é voltado à necessidade de explicar linguisticamente como o leitor constrói o sentido do texto a partir do título e a orientação argumentativa que permeia o discurso. Nesse sentido, podemos destacar que, para existir compreensão leitora, é preciso perceber a interdependência existente entre os blocos semânticos constituintes do texto (em DC/PT).

O capítulo seguinte destina-se aos esclarecimentos a respeito do *corpus* deste estudo e dos procedimentos metodológicos definidos para a descrição semântica do sentido presente nos trechos discursivos manifestados na reportagem jornalística analisada.

4 METODOLOGIA

Este capítulo contempla a apresentação do *corpus* de pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados para subsidiar a análise, com base na Teoria da Argumentação na Língua e na Teoria dos Blocos Semânticos. Esse percurso metodológico, uma espécie de dispositivo, foi organizado com o propósito de averiguar as hipóteses estabelecidas que nos serviram como uma “máquina”¹³⁴ para a descrição semântica do sentido na reportagem jornalística analisada.

Conforme Ducrot (1987), o *discurso* é uma realização do *texto* a partir das instruções dadas pelo texto (que é, por sua vez, uma realização de frases), visto que o discurso não é uma interdependência de frases¹³⁵, mas uma trama de enunciados interligados (por conectores DC/PT), sendo preciso fazer a descrição dos enunciados para se obter o sentido.

O *sentido* pertence ao enunciado que é constituído através da relação entre palavras em construção sintagmática nos segmentos interligados por conectores. Para descrever o sentido global do discurso que se relaciona com o sentido do título metafórico, propomos uma metodologia embasada nos conceitos da Teoria da Argumentação na Língua e na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), com ênfase à última. As análises semânticas visam a identificar a relação de semelhança entre o aspecto evocado do bloco expresso no título e os aspectos evocados nos trechos selecionados do texto-base, de modo a constituir a compreensão leitora. Trata-se de identificar a argumentação presente no título metafórico e no texto para descrever o sentido global do discurso, o que se configura pela interdependência entre enunciados, encadeamentos discursivos e blocos semânticos.

Neste estudo, o locutor e os enunciadores também constituem objeto de análise, pois são responsáveis pela construção do sentido do enunciado conforme seus pontos de vista, que se manifestam através da Polifonia. Para Ducrot (1987, p. 14), uma *descrição semântica linguística* de uma língua L consiste em “[...] um conjunto de conhecimento que permitem prever, frente a um enunciado A de L, produzidos em circunstâncias X, o sentido que esta ocorrência de A tomou neste contexto”. Essa descrição tem por nível fundamental o valor semântico do enunciado, porque ela é feita para argumentar e não para informar.

¹³⁴ Cf. Ducrot (1987).

¹³⁵ Cf. capítulo 1, seção 1.2.

Ducrot e Anscombe (1994) desenvolveram uma concepção sintagmática da descrição das línguas, porque perceberam que uma descrição isolada da palavra dificilmente permitiria compreender a contribuição dela ao *valor semântico global* do enunciado¹³⁶. Isso tem relevância para esta pesquisa porque vai ao encontro da elaboração dos procedimentos metodológicos, os quais serão descritos logo adiante.

No uso da língua, a palavra não deve fazer correspondência a uma noção, mas antes fazer a indicação de uma regra que permita calcular o efeito dessa palavra nos discursos em que é empregada (DUCROT, 1987, p.46-48). Para definir *enunciado* (produto da enunciação), explica-se antes o método de estudo utilizado pelos semanticistas, que consiste em duas etapas: a empírica, que isola e observa certos fenômenos naturais¹³⁷ e a etapa teórico-prática, que consiste em construir uma máquina (material ou abstrata) para reproduzir os fenômenos a serem estudados. A descrição semântica da língua precisa ser sintagmática e paradigmática para descrever o efeito, o sentido da palavra.

Ducrot (1987, p. 53) reflete sobre o fato de que muitas vezes “não se encontra o mesmo elemento semântico nos diferentes empregos”, ou seja, se um enunciado for pronunciado ironicamente, não terá o mesmo sentido de sua utilização a sério. Isso ocorre em enunciados ditos por conveniência ou perguntas indiretas, por exemplo: *Você tem horas?* Sabe-se, pelo uso da língua, que o sujeito está pedindo que horas são, e não propriamente se o interlocutor tem relógio; caso fosse responder literalmente, este poderia simplesmente dizer que *sim*, ou até mesmo que está atrasado. Diante da necessidade de investigar a enunciação, Ducrot (1987, p. 56-57) assume que a descrição semântica de uma língua deve ser considerada “[...] como uma máquina suscetível de fazer corresponder a cada enunciado (isto é, a cada emprego de um enunciado em uma situação) o sentido que os sujeitos falantes, de fato, atribuem-lhe”¹³⁸. Nesse aparato, uma espécie de máquina, como discorre Ducrot, as hipóteses externas são aquelas que dizem respeito à fase empírica, de observação, definem-se como sendo o referencial teórico do estudo (DUCROT, 1987); no caso deste estudo, trata-se da utilização da ADL/TBS. O segundo tipo de hipótese que o método de simulação – a máquina – formula são as *hipóteses internas*, que, por sua vez, correspondem aos procedimentos metodológicos. Conforme Freitas (2007, p. 168), “as hipóteses internas são

¹³⁶ Nota-se aqui certa origem/semelhança com os preceitos da TBS, que depois foram mantidos no escopo da teoria.

¹³⁷ Em nossa pesquisa, selecionamos uma reportagem jornalística.

¹³⁸ Nossa “máquina” consiste nos procedimentos metodológicos descritos na seção 4.2.

elaboradas sempre que o pesquisador decide introduzir na máquina determinados mecanismos, ou agir, na simulação do fenômeno, de determinada forma, segundo esta ou aquela etapa, este ou aquele procedimento”.

Desse modo, elaboramos, para fins de análise neste estudo, as hipóteses internas, ou seja, nossa “máquina de análise” em busca da construção do sentido global do discurso, considerando-o uma unidade semântica. Em sua tese de doutoramento, Freitas (2007, p. 177) questiona “como chegar ao encadeamento argumentativo que põe em cena o sentido total do discurso?” Fazemo-nos questionamento similar para refletir sobre a elaboração dos procedimentos de análise.

Freitas é um estudioso que propõe, em sua tese, a partir da concepção polifônica do sentido como critério para identificação do encadeamento global do discurso, que constitui a realização do bloco semântico, ou seja, o texto, um modelo conceitual inovador, denominado *Movimento Argumentativo no Discurso Complexo* (MADCXO). A intenção desse estudioso é fazer a descrição do sentido global do discurso, entendendo o discurso como sendo de materialidade complexa. Esse modelo conceitual de análise tem como base os encadeamentos argumentativos, que se articulam para o sentido global do discurso. Assim, entendemos que a descrição do discurso complexo requer a elaboração de uma seleção de conceitos da TBS para análise do sentido global.

Diante do modelo epistemológico proposto por Freitas (2007), assumimos filiação a esse mecanismo de análise e criamos outra “máquina de simulação” (Figura 5) para a descrição semântica do sentido global do título metafórico (BST) e do discurso (BSG), como responsáveis pela condução de uma compreensão leitora argumentativa no gênero reportagem jornalística.

Segue o MADCXO, (Figura 4), conforme Freitas (2007, p. 179):

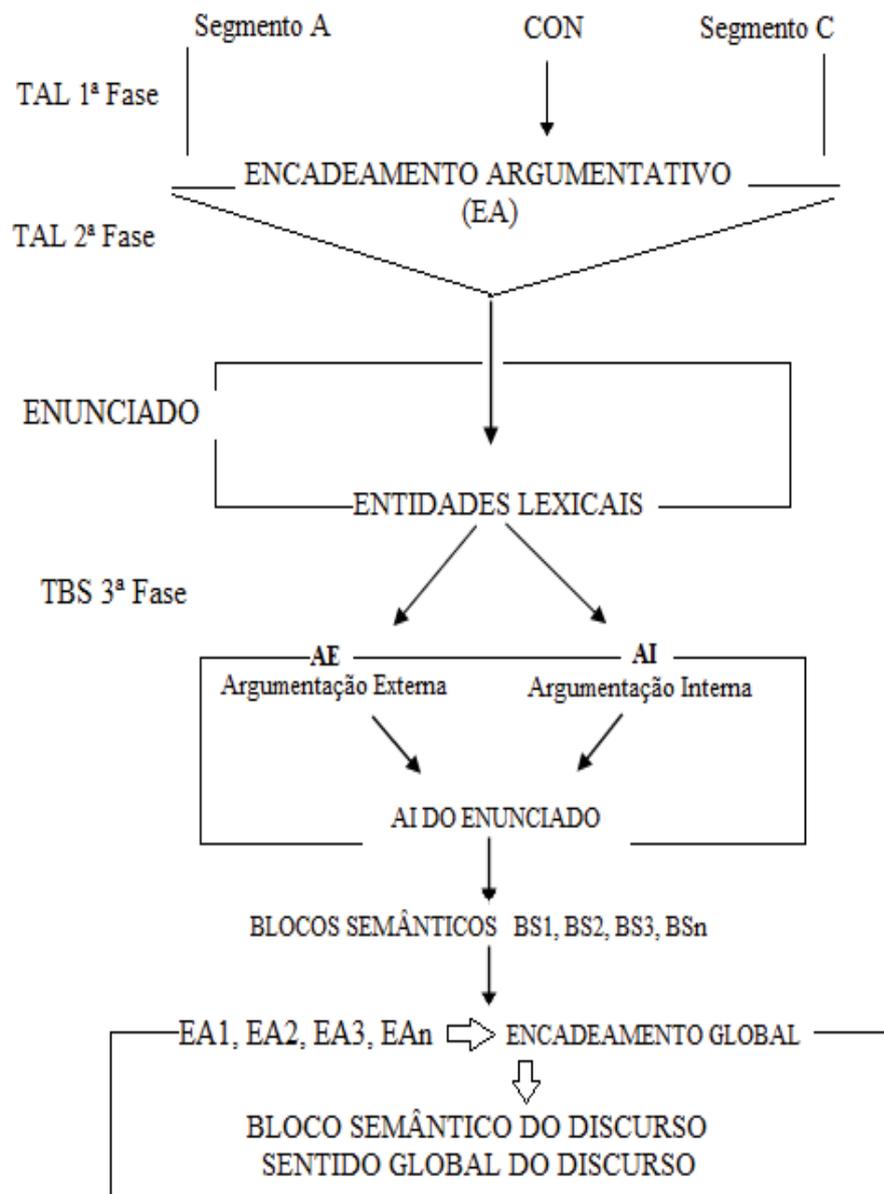


Figura 4 - Modelo Conceitual de Análise: Movimento Argumentativo no Discurso Complexo (MADCXO)
 Fonte: Freitas (2007, p. 179).

O MADCXO, de Freitas (2007), conforme a Figura 4, demonstra o percurso das fases da ADL/TBS e suas possibilidades de aplicação. A descrição do *corpus* de pesquisa é apresentada na sequência (4.1). Posteriormente será especificado, na seção 4.2, o método de descrição semântica, elaborado como modelo conceitual deste estudo, que parte das hipóteses externas para formular as hipóteses internas.

4.1 SELEÇÃO DE *CORPUS*

O *corpus* de análise desta pesquisa constitui-se de uma reportagem jornalística¹³⁹ com título metafórico: *A competição é uma droga* (EXAME, 2010, p. 120-121), encontrada em revista de circulação nacional. A temática é atual e refere-se ao referendo de legalização da maconha ocorrido no estado da Califórnia, em novembro de 2010, no qual o “não à legalização” venceu.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu em diferentes bibliotecas (UPF, Unoesc / Xanxerê), nas quais foi possível ter acesso a diversos exemplares de revistas nacionais; entre eles, foi selecionada a reportagem jornalística na revista *Exame* por revelar o movimento argumentativo através do título metafórico e respectiva relação com o texto dessa reportagem escolhida para ser o *corpus* de pesquisa.

O primeiro critério de seleção da reportagem foi apresentar uma metáfora no enunciado do título para verificar a hipótese prevista de remissão/retomada das palavras plenas que caracterizam o sentido do título com o texto. O segundo critério de seleção diz respeito à atualidade do assunto da reportagem, ou seja, revistas de outubro de 2010 até agosto de 2011.

A reportagem escolhida tem extensão total de 112 linhas, divididas em três colunas; a primeira tem vinte e sete linhas, a segunda tem trinta e duas linhas e a terceira coluna com cinquenta e três linhas. Selecionamos cinco trechos discursivos, por considerá-los mais representativos para a análise proposta. Há também um gráfico que reflete o consumo de maconha medicinal e seu custo (1 bilhão de dólares) diante da maconha ilegal (14 bilhões de dólares, demonstrando também que o preço da grama cairia com a legalização proposta pelo referendo. Com isso, pode-se concluir que economicamente não seria viável a legalização, o que será demonstrado pelas análises dos trechos discursivos. A reportagem também apresenta um lide (parte abaixo do título), que manifesta parte do sentido gerado pelos blocos semânticos do discurso analisado.

Justifica-se a escolha da teoria-base (TBS) e do *corpus* de pesquisa pela importância de serem propostas novas práticas de leitura/análise que possam revelar, através da compreensão leitora, o sentido argumentativo do texto e sua estreita relação com o título

¹³⁹ A reportagem jornalística consta no anexo A deste trabalho.

expresso pela metáfora. Verificamos que muitos estudos têm sido realizados com a aplicação da ADL/TBS na análise de enunciados de nível elementar na realização linguística; dessa maneira, entendemos como pertinente expandir análises da realização linguística para o nível complexo dessa realização: o discurso.

Visto que o *corpus* selecionado é composto por uma reportagem jornalística, presente em uma revista que é lida por várias pessoas, há a necessidade de investigar e explicar a metáfora como fenômeno linguístico que implica um recurso à argumentação e que o conteúdo textual deve ser lido como blocos de sentido encadeados entre si. Embora a reportagem jornalística seja classificada como gênero de tipologia predominantemente expositiva (MARCUSCHI, 2002), as análises do título e texto evidenciam que “a argumentação está na língua” e que esse gênero também é persuasivo e nele há argumentação.

A aplicação da ADL/TBS dá-se como uma possibilidade de leitura mais apurada do texto/reportagem ao comprovar a tese ducrotiana de que a *argumentação está na língua*, através da descrição semântica que implica a compreensão leitora. A análise realizada pela perspectiva da ADL/TBS¹⁴⁰ demonstra o potencial metodológico de aplicação dessa teoria, na versão dos Blocos Semânticos, no que se refere à compreensão leitora e à identificação do sentido polifônico do discurso relacionado ao sentido do título metafórico.

São utilizados na análise os conceitos definidos sobre discurso¹⁴¹ como a realização linguística e o texto como uma entidade abstrata, de nível complexo, formado por uma sequência de frases (nível elementar). As frases são realizadas pelos enunciados, estes como entidades concretas são produzidas pelo locutor através da enunciação. O discurso é uma entidade concreta, de nível complexo, realizada pelo texto. Conforme Freitas (2007, p. 62),

Se um discurso é uma sucessão de enunciados e um enunciado é uma sequência de dois segmentos (argumento/conclusão), então parece que no discurso alguns enunciados exerçam a função de argumentos e outros enunciados a de conclusão, sendo talvez essa grande estrutura que confere sentido ao discurso.

Para fins de subsidiar este estudo à luz da Semântica Argumentativa (ADL/TBS), organizamos o seguinte dispositivo de análise informando as categorias teóricas: conectores, aspectos expressos e evocados, operadores e modificadores, encadeamento e aspecto argumentativo normativo/transgressivo; interdependência semântica; argumentação

¹⁴⁰ Atualmente a ADL/TBS é vista como um conjunto teórico.

¹⁴¹ Vide seção 1.2, capítulo 1.

externa/interna, estrutural/contextual; polifonia; bloco semântico e quadrado argumentativo. Com essas definições e já estabelecidas as categorias de análise¹⁴², após etapa empírica de estudo e coleta do *corpus*, o linguista precisa criar mecanismos para proceder referida análise. Desse modo, realizamos a leitura e seleção da reportagem jornalística e a escolha dos procedimentos da ADL/TBS com os quais pudéssemos descrever o *sentido global do discurso* e informar possíveis hipóteses (H). São elas:

(H1) “O texto é um Bloco Semântico Global” e o sentido do discurso pode ser descrito a partir da interdependência entre os encadeamentos argumentativos e suas argumentações internas que originam os blocos semânticos presentes no texto.

(H2) O aspecto argumentativo evocado do bloco semântico expresso no título metafórico (BST) tem relação¹⁴³ com os demais aspectos evocados pelos blocos semânticos expressos na reportagem jornalística analisada, os quais se verificam na orientação argumentativa que resulta um bloco de sentido global do discurso (BSG).

(H3) As metáforas são recursos argumentativos e nelas a argumentação se circunscreve, está na língua, de modo que há relação de sentido entre o título metafórico e o texto porque se verificam desdobramentos da metáfora no decorrer do discurso e no movimento argumentativo desse mesmo discurso.

(H4) O quadrado argumentativo como recurso ilustrativo mostra que o sentido do título metafórico e do discurso global é argumentativo e polifônico.

(H5) A aplicação da TBS para compreensão leitora permite entender o discurso na reportagem jornalística como argumentativo-polifônico, através do ponto de vista assumido/posto pelo locutor.

A hipótese (H1) “O texto é um Bloco Semântico Global” (BSG) será explicitada a partir da interdependência (em *donc/pourtant*) entre os vários blocos semânticos, presentes nos trechos do texto que constituem o sentido global do discurso.

Serão analisados os trechos discursivos selecionados da reportagem, por meio da descrição linguística do potencial argumentativo dos operadores e modificadores (MR e MD) e da identificação de encadeamentos argumentativos e das respectivas argumentações internas que originam blocos de sentido no discurso. As hipóteses serão verificadas pela aplicação dos procedimentos metodológicos, os quais são mencionados na seção 4.2. Será descrito o movimento argumentativo, conforme intenciona a hipótese (H2), que relaciona o aspecto

¹⁴² Os conceitos que utilizaremos na análise foram apresentados na fundamentação teórica.

¹⁴³ Consideramos neste estudo que o título sumariza o sentido global do discurso.

evocado do bloco semântico expresso pelo título metafórico com o aspecto argumentativo evocado no texto, para identificar o sentido do discurso da reportagem jornalística analisada.

Ao descrever semanticamente as palavras plenas que constituem a metáfora, demonstramos seu caráter argumentativo e a relação de sentido entre o título metafórico e o texto, porque se verificam desdobramentos da metáfora no decorrer do discurso, conforme (H3). O quadrado argumentativo mostrará, através da polifonia, as possibilidades de escolha do locutor, uma vez o discurso metafórico é argumentativo e polifônico (H4), observamos os aspectos expressos do bloco semântico¹⁴⁴ construído após a identificação dos encadeamentos argumentativos oriundos do *tópico*¹⁴⁵ e *veículo*¹⁴⁶ da metáfora. E, por fim, analisaremos quais escolhas discursivas são manifestadas pela compreensão leitora (H5), entendida na perspectiva da TBS.

Diante desse panorama teórico-metodológico, acreditamos que o *corpus* de pesquisa é produtivo e suficiente para realizar a análise, pois possibilita desenvolver este estudo com o propósito de afirmar as hipóteses estabelecidas. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer um modelo conceitual e operativo.

Em relação aos procedimentos de pesquisa, quanto aos objetivos este estudo caracteriza-se como *descritivo*, consoante Prodanov e Freitas (2009, p. 63), pois “envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados”. Registramos e classificamos a reportagem como manifestadora de fatos observados e expositora dos fenômenos inerentes às estruturas discursivas e argumentativas analisadas. As estruturas, através das quais fizemos a descrição semântica, são: as palavras plenas dos títulos e os discursos manifestados pelos textos da reportagem jornalística, *corpus* de pesquisa, cujos enunciados foram organizados em trechos discursivos para identificar os encadeamentos argumentativos e aspectos argumentativos evocados, todas as categorias analíticas como responsáveis pela construção do sentido. Tomamos por critério de seleção dos trechos discursivos a ocorrência das entidades lexicais *competição* e *droga*. A descrição semântica operacionalizada na pesquisa apropriou-se de conceitos da TBS para identificar a construção do sentido na reportagem analisada.

¹⁴⁴ Lembrando que pertencer ao mesmo bloco significa existir a mesma interdependência semântica entre A e B, conforme Ducrot e Carel (2005, p. 45).

¹⁴⁵ Moura (2007, 2010) teoriza que a metáfora é composta por dois elementos, aquele ao qual se quer definir e o elemento que o caracteriza, este último pode ser de diferentes classes gramaticais. O *veículo* na metáfora possui dupla referência, uma literal e outra metafórica; a interpretação depende da relação entre o tópico e o veículo. Segundo Moura (2007, p. 419-420), “a metáfora é uma asserção de categorização, ou seja, ela afirma a inclusão de uma entidade (o tópico da metáfora) numa categoria ou classe (o veículo da metáfora)”.

¹⁴⁶ O tópico é o elemento que recebe a nova categorização.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa *bibliográfica*, que abrange toda significativa bibliografia já publicada sobre as teorias-base, em língua portuguesa e língua espanhola, no caso a ADL/TBS, “em livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses...” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 68). Ainda consoante Prodanov e Freitas (2009, p. 28), é fundamental para a pesquisa científica, a assimilação de que “fazer ciência é saber argumentar, não só como técnica de domínio lógico, mas, sobretudo, como arte reconstrutiva”.

A abordagem da questão norteadora¹⁴⁷ ocorreu de maneira *qualitativa*, isso porque a pesquisa qualitativa considera que existe relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; este analisa aspectos que o circundam conforme uma teoria. A leitura de reportagem jornalística é, geralmente, vista como a exposição de um assunto e não a argumentação sobre ele, o que dificulta a apreensão dos sentidos manifestados no texto. Diante disso, o dispositivo de análise de uma pesquisa qualitativa permite uma nova leitura através da ADL/TBS, sobretudo “[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa [...]. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é instrumento-chave” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 81). Para explicar como se operacionalizou essa abordagem qualitativa e qual o dispositivo de análise, apresentamos a seguir (4.2) os procedimentos metodológicos aplicados para atender aos objetivos estabelecidos, bem como verificar as hipóteses previstas neste estudo.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na aplicação dos preceitos da AD/TBS e com a intenção de afirmar as hipóteses descritas na seção 3.1, foi selecionada uma reportagem com título metafórico¹⁴⁸ cujo aspecto argumentativo evocado mantém relação de interdependência semântica com os aspectos evocados nos blocos semânticos presentes na reportagem jornalística das quais fazem parte. Conforme mencionamos na introdução deste estudo, optamos pela realização da análise de

¹⁴⁷ Conforme informado na introdução a questão norteadora: as metáforas podem ser compreendidas como encadeamentos argumentativos e analisadas conforme os postulados da TBS de maneira que o quadrado argumentativo oriundo da metáfora presente no título tenha relação com o sentido global do discurso.

¹⁴⁸ Conforme referido na descrição do *corpus*, “A competição é uma droga” (EXAME, 2010, p. 120).

apenas uma reportagem jornalística dada a extensão dos procedimentos metodológicos que elaboramos como roteiro de análise. Será possível perceber que esse escopo de análise pode posteriormente ser aplicado a outros textos, de diferentes gêneros, cujo título seja também constituído por uma metáfora.

Para a TBS, o sentido só é possível ser construído através da relação entre *segmento 1* e *segmento 2* ligados por um conector (CON), e essa interdependência origina uma unidade de sentido, um bloco que não pode ser dissociado. A lexicalização da metáfora ocorre pela associação de encadeamentos argumentativos (EA) às palavras que a compõem, visando descrevê-las semanticamente. Para isso, é preciso identificar o valor argumentativo das palavras (ou entidade lexical) como o nível principal da descrição semântica. Ao identificar qual aspecto argumentativo evocado pela metáfora do título se relaciona ao aspecto evocado pelo sentido global do texto, elaboramos um particular dispositivo de análise (Figura 5). São etapas, com base na TBS e nas categorias analíticas dela selecionadas, mencionadas na seção anterior, as quais, para ênfase, aqui recuperamos: conectores, operadores e modificadores, encadeamento e aspecto argumentativo normativo/transgressivo; interdependência semântica; argumentação externa/interna; polifonia; bloco semântico e quadrado argumentativo.

Principiamos pela descrição semântica do *título metafórico*, o qual forma um bloco de sentido, que nos servirá de comparação com o conteúdo discursivo da reportagem jornalística. Para Ducrot (1988, p. 53), “todo discurso está constituído por uma sucessão de enunciados. Se tenho um discurso D, ele pode ser fragmentado nos enunciados E₁, E₂, E₃etc, e cada um desses enunciados é a realização de uma frase”. A reportagem foi, por nós, estruturada em trechos discursivos que se organizam em segmentos (S₁, S₂, S₃...), estes geram os encadeamentos argumentativos e os respectivos blocos semânticos (BS₁, BS₂, BS₃...) presentes nesses fragmentos/trechos; após relacionarem-se todos, dão origem ao bloco semântico de sentido global do discurso (BSG).

Essa inter-relação ocorre em paráfrase à interdependência semântica apontada pela TBS¹⁴⁹, todavia, em nível macroestrutural, entre os trechos da reportagem analisada. O sentido do texto é construído por blocos semânticos, que são formados por encadeamentos argumentativos (discursos formados/originados por dois segmentos interligados com DC e PT). Propomo-nos a fazer uma descrição semântica do discurso, cujos blocos semânticos

¹⁴⁹ Conforme capítulo 2, seção 2.4.

estão inter-relacionados com o bloco originado do título metafórico para a descrição do sentido global do discurso, que neste estudo se configura como um bloco semântico único.

Descrevemos o sentido do título metafórico e do discurso mediante encadeamentos dos enunciados que apresentam interdependência entre si. Para isso os procedimentos de análise (nossa “máquina de simulação”) do *corpus* deste estudo preveem:

- a) elaboração de uma ilustração (Figura 5) para demonstrar o dispositivo de análise utilizado;
- b) identificação da Argumentação Externa (AE)¹⁵⁰ e da Argumentação Interna (AI) das entidades lexicais, que se caracterizam como palavras plenas do título metafórico, quais sejam: *competição, droga*;
- c) caracterização da AE e da AI do título metafórico, para construção do bloco semântico correspondente e identificação do respectivo aspecto argumentativo evocado;
- d) seleção de trechos de discurso (T₁, T₂, T₃, T₄ e T₅), que compõem enunciados da reportagem jornalística analisada e divisão deles em segmentos discursivos (S₁, S₂...) ¹⁵¹;
- e) transcrição dos enunciados selecionados, identificando em cada segmento discursivo a AE¹⁵² e a AI respectivas, que resultam a formação dos encadeamentos argumentativos¹⁵³ normativos e transgressivos (EA) dos quais são identificadas a argumentação interna (AI) de cada trecho discursivo;
- f) identificação dos operadores, modificadores realizantes (MR) e desrealizantes (MD) presentes nos trechos e nos encadeamentos argumentativos correspondentes, para análise da função argumentativa que exercem;
- g) composição dos BS (BS₁, BS₂, BS₃...) decorrentes da interdependência entre as argumentações internas (AI₁, AI₂, AI₃...) dos trechos da reportagem analisada, para obter o Bloco Semântico do Sentido Global do Discurso (BSG);

¹⁵⁰ Na seção 2.4 tratamos sobre a argumentação estrutural e contextual; abordaremos nas análises a argumentação interna contextual ao sentido da palavra no uso da língua.

¹⁵¹ Os segmentos foram selecionados com base no critério de apresentarem ocorrência das entidades lexicais presentes no título metafórico, ou seja, *competição* e *droga*.

¹⁵² Serão identificadas nas análises como *eAE* para identificar as argumentações externas à esquerda da entidade lexical e *AEE*, as argumentações externas à direita.

¹⁵³ Identificados no enunciado como ocorrência da frase; o encadeamento argumentativo é a junção de dois segmentos, cada um deles, nesse caso S₁ e S₂, tem suas AEs.

- h) construção do Quadrado Argumentativo¹⁵⁴ (QAI₁) correspondente à AI (aspecto evocado) do título metafórico, para identificar por polifonia¹⁵⁵ o ponto de vista assumido pelo locutor e as possibilidades de argumentação do discurso;
- i) elaboração do Quadrado Argumentativo oriundo do BSG (QA₂) para demonstrar posteriormente os enunciadores (pontos de vista) e posição do locutor ante eles (aspecto evocado): a polifonia e a orientação argumentativa que descrevem e constroem o sentido do discurso;
- j) demonstração através dos quadrados argumentativos (título metafórico e texto) que os encadeamentos expressam o sentido global do discurso e que eles intervêm na *compreensão leitora* e na remissão/retomada das palavras plenas que caracterizam a metáfora existente no título do texto;
- k) construção de um quadro-síntese (quadros 4 e 5) com as AE/AI das palavras plenas do título, um quadro para ilustrar as AE/AI do título metafórico (Quadro 6) e outro com os blocos semânticos referentes aos trechos discursivos e o BGS (Quadro 7), para demonstrar o resultado da análise a partir dos procedimentos metodológicos, no sentido de visualizar os conceitos da TBS aplicados e o movimento argumentativo identificado na relação título-texto.

Os procedimentos metodológicos de análise foram elaborados conforme os conceitos previstos na ADL/TBS, da maneira como descritos nos capítulos teóricos deste estudo, além de ter filiação com o MADCXO, de Freitas (2007, p. 179).

A seguir, apresentamos a Figura 5, que ilustra/retoma os procedimentos metodológicos aplicados na análise da reportagem jornalística.

¹⁵⁴ Este Quadrado será reservado para a segunda fase da análise.

¹⁵⁵ Reiteramos que neste estudo, por opção de recorte teórico, não avançaremos nos estudos recentes sobre a polifonia, ou seja, a nova fase denominada TAP.

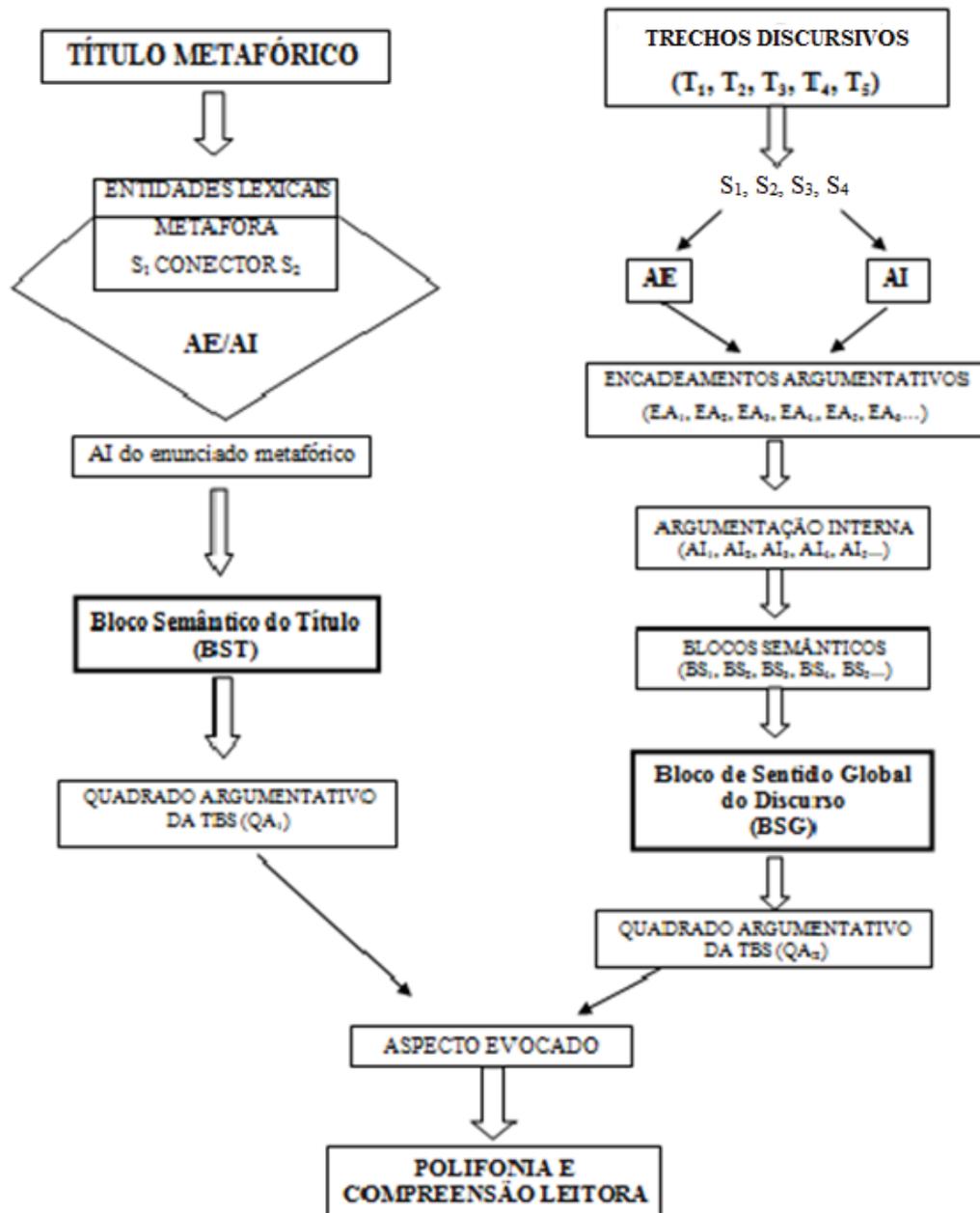


Figura 5 - Procedimentos metodológicos que ilustram o dispositivo de análise
Fonte: elaborado pela autora.

Após a ilustração dos procedimentos metodológicos, a seguir, o capítulo da análise consoante o dispositivo elaborado para essa atividade.

5 APLICAÇÃO DOS ESTUDOS TEÓRICOS DA TBS NA ANÁLISE DO *CORPUS*

Após a definição do referencial teórico, realizada nos capítulos anteriores (1, 2 e 3), e da elaboração da máquina de simulação (procedimentos metodológicos), este capítulo destina-se à análise da reportagem jornalística selecionada como *corpus* de pesquisa.

Destacamos a análise da metáfora presente no título da reportagem *A competição é uma droga* (EXAME, 1dez. 2010, p. 120-121) que apresenta a polissemia na relação de dois conceitos de “droga”, como um entorpecente e como algo ruim, conforme construção nessa situação discursiva.

O leitor (trata-se do interlocutor) precisará fazer a leitura da reportagem para compreender o título como uma continuação discursiva do texto através do que se constrói no sentido global do discurso (BSG). Neste estudo, temos por conceito o discurso como “[...] um encadeamento argumentativo complexo orientado pelo uso de conectores, do tipo DC/PT, que instruem o movimento de argumentação através de blocos semânticos interdependentes do título e do texto, descrevendo o sentido global do discurso” (FREITAS, 2007, p. 163).

Na seção seguinte, a análise segue para configurar os procedimentos metodológicos propostos pela Figura 5, que sistematiza os conceitos utilizados da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot, Jean-Claude Anscombe e Marion Carel.

5.1 ANÁLISE DA REPORTAGEM JORNALÍSTICA *A COMPETIÇÃO É UMA DROGA*

Nessa reportagem jornalística, deparamo-nos com um título constituído por uma metáfora que gera dúvidas, não se sabe a qual tipo de competição o locutor se refere, pois é somente na continuação discursiva; é através da leitura da reportagem analisada que é possível compreender o sentido desse título metafórico. Percebe-se, assim, que o sentido mobilizado é ambíguo/polissêmico; trata-se de um “duplo jogo linguístico” em relação à droga/algo ruim e droga/entorpecente. Ducrot (1998) defende que não deve haver separação entre o sentido conotativo e denotativo, porque a linguagem não se utiliza apenas do segundo; é o caso de “droga”, que no sentido conotativo é uma expressão utilizada para referir algo que está/é ruim/negativo. Em relação ao sentido denotativo, “droga” é uma erva que, ao ser utilizada, causa efeitos alucinógenos, entre outros efeitos/consequências. Na reportagem

analisada, “droga” é um produto de comercialização e, para fins medicinais, tem venda autorizada por lei em algumas regiões do estado americano da Califórnia, sendo produzida apenas por pequenas propriedades.

O fato de as metáforas originarem-se das relações sintagmáticas e paradigmáticas faz com que seja defendida a hipótese (H2) deste estudo: a metáfora constrói o sentido no discurso através da argumentação conforme os preceitos da ADL/TBS, com base na interdependência semântica decorrente dos aspectos argumentativos evocados nos blocos semânticos (BS) que constituem o título e o texto.

Desse modo, ao associarmos algumas teorias que explicam sobre a metáfora¹⁵⁶ com a ADL/TBS, depreendemos que ela é composta por um *tópico* e um *veículo* que correlacionam diferentes campos semânticos (MOURA, 2010). O *tópico* da metáfora será entendido na análise como o *segmento A* e o *veículo* como o *segmento B*; juntos apresentam uma interdependência que constrói o encadeamento argumentativo, com conectores DC ou PT, formando assim o sentido da metáfora expressa no título da reportagem, bem como no todo do tecido discursivo, conforme Quadro 3 apresentado a seguir. Assim, o sentido se estabelece conforme a relação sintagmática entre os dois termos analisados (*competição* como suporte e *droga* como aporte), entre as possibilidades de escolha no eixo paradigmático. As AEs (Argumentações Externas) identificadas são responsáveis pelo sentido das entidades lexicais e por fazerem o leitor compreender as possibilidades da continuação discursiva dentro de um campo de interpretação possível, ou seja, a compreensão leitora.

Na análise que se inicia, diante da associação que fazemos entre conceitos da TBS e de conceitos sobre a metáfora (RICOUER, 1975; MOURA, 2007, 2008, 2010; FIORIN, 2008), mostramos o título metafórico (Quadro 3), com o propósito de facilitar a visualização da relação proposta entre metáfora¹⁵⁷ e encadeamento argumentativo.

Recurso linguístico	<i>Competição</i>	Relação	<i>Droga</i>
Metáfora	Tópico	Verbo de ligação	Veículo
Encadeamento Argumentativo	Segmento 1	CONECTOR DC/PT	Segmento 2

Quadro 3 - A metáfora como encadeamento argumentativo
Fonte: elaborado pela autora.

¹⁵⁶ Cf. cap. 3, subtítulo 3.2.

¹⁵⁷ Lembrando que nos referimos às metáforas que têm esta estrutura: tópico + veículo.

No Quadro 3, demonstra-se a estrutura que compõe a metáfora e o respectivo encadeamento argumentativo, para comprovar a associação entre ambos na construção do sentido argumentativo do discurso. Essa estrutura da metáfora tem seu tópico e veículo associados por verbos de ligação, enquanto os segmentos discursivos, conforme a TBS, por conectores, *donc* e *pourtant*, em vista de que “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações” (DUCROT, 2009, p. 23). Destacamos também que “tanto o sentido metafórico quanto o metonímico resultam da argumentação construída no discurso, independentemente de um sentido preexistente ao uso da língua” (BARBISAN et. al., 2010, p. 218).

Nesse momento da análise, mostramos as AE e AI das entidades lexicais do título metafórico: *competição* e *droga*. Essas entidades lexicais se definem pela relação entre elas e outros encadeamentos argumentativos do discurso presente no decorrer da reportagem analisada, que vão constituir o movimento argumentativo do discurso. Procedemos à análise das argumentações externas à direita (*eAE*) e à esquerda (*AEe*) da entidade lexical *competição*, além de sua argumentação interna (AI)¹⁵⁸.

(1) A *competição* é uma *droga* (EXAME, 2010, p. 120).

a) **AE da entidade lexical *competição***¹⁵⁹:

- (1.1) Ter *competição* DC ter rivalidade/agressividade. – ***eAE***¹⁶⁰
- (1.2) Ter *competição* DC ser ruim. – ***eAE***
- (1.3) Existir *competição* DC ser uma *droga*. – ***eAE***
- (1.4) Ter *competição* DC não vender ou vender pouco. – ***eAE***
- (1.5) *Competição* pelo comércio da *droga* DC correr risco de ter prejuízo. – ***eAE***
- (1.6) Ter *competição* pela venda da *droga* PT vender. – ***eAE***
- (1.7) Existir mais fornecedores DC ter *competição*. – ***AEe***¹⁶¹
- (1.8) Existir comércio de *drogas* DC existir *competição*. – ***AEe***
- (1.9) Existir mercado para compra da *droga* PT ter *competição*. – ***AEe***
- (1.10) Ser plantador legalizado há bastante tempo PT temer a *competição*. – ***AEe***

¹⁵⁸ Cf. definições do cap. 2, seção 2.4.

¹⁵⁹ A entidade lexical *competição* aparece apenas uma vez no texto da reportagem jornalística.

¹⁶⁰ Argumentação externa à direita da entidade lexical *competição*.

¹⁶¹ Argumentação externa à esquerda da entidade lexical *competição*.

b) AE da entidade lexical droga¹⁶²:

- (1.11) É droga DC ser ruim. – *eAE*
- (1.12) É droga DC prejudica saúde. – *eAE*
- (1.13) É droga PT tem fins medicinais. – *eAE*
- (1.14) Ser droga DC ser ilegal. – *eAE*
- (1.15) Ser droga PT legalizar. – *eAE*
- (1.16) Ser droga PT ser fonte de renda. – *eAE*
- (1.17) Droga faz mal PT usar. – *eAE*
- (1.18) Fazer mal DC ser uma droga. – *AEe*
- (1.19) Ter alucinações DC estar sob efeito de drogas. – *AEe*
- (1.20) Votar contra a legalização PT não estar sob efeito da droga. – *AEe*

Conforme o previsto pelos estudos da ADL/TBS, a descrição semântica de uma palavra infere da indicação de seus aspectos constituintes de maneira estrutural ou contextual, ou seja, suas AE (à direita e à esquerda) e sua AI. Nas palavras plenas descritas, percebemos o potencial argumentativo pelos encadeamentos que ocorrem nas relações sintagmáticas e possibilitam a construção de uma unidade de sentido – o bloco semântico. É determinante para o desenvolvimento da ADL/TBS a afirmação: “o valor argumentativo de uma palavra é o papel que pode desempenhar no discurso” (DUCROT, 1988, p. 51, tradução nossa)¹⁶³, porque, ao identificarmos as AE e AI, notamos esse papel das palavras no discurso, que, na maioria das vezes, não é o sentido dicionarizado.

No título metafórico há uma associação entre um elemento abstrato (a competição), diga-se uma ação de rivalidade e um elemento concreto (droga), entorpecente, essa associação configura-se em argumentações externas normativas e transgressivas, conforme observado de (1.1) a (1.20). Desse modo, é perceptível a polissemia da palavra *droga*, que resulta de uma combinação com a palavra *competição*: a metáfora. O título argumenta através de uma predicação do sujeito: *a competição é uma droga*, pois, ao apresentar nova categorização, é preciso identificar as semelhanças entre *droga* e *competição* para existir compreensão, e isso somente se verificará no decorrer da leitura da reportagem jornalística analisada, o que é compatível com a hipótese (H3) prevista neste estudo. Ducrot (1987, p. 48) considera que “a descrição semântica de uma palavra deve, portanto, ser considerada como uma função

¹⁶² Registramos seis ocorrências da palavra *droga* na reportagem jornalística.

¹⁶³ “[...] el valor argumentativo de una palabra es el papel que pueda desempeñar en el discurso”.

matemática que produz valores diferentes (neste caso, os efeitos de sentido) de acordo com os argumentos (os contextos) que se lhes são associados”. A palavra *droga* exerce função fundamental no discurso, visto que as continuidades que ela permite, por sua força argumentativa, são responsáveis pelo sentido que o aspecto evocado do bloco semântico expresso no título provoca em relação aos blocos semânticos expressos no texto; isso se configurará nas análises dos trechos discursivos selecionados.

Conforme Ducrot (2002, p. 7), “[...] o sentido de uma entidade linguística é o de evocar um conjunto de discursos”; esses discursos são identificados pela AE que as entidades lexicais permitem configurar em cada trecho analisado da reportagem jornalística. Concebido o discurso como doador de sentido, através de encadeamentos argumentativos nos quais o sentido do argumento define o sentido da conclusão e vice-versa, evidenciamos que as entidades lexicais plenas constroem o sentido como um bloco semântico indecomponível que constitui a metáfora (competição DC droga).

Damos sequência à análise, com base nos procedimentos metodológicos¹⁶⁴, uma vez que partindo das AE (à direita e à esquerda) constroem-se argumentações internas (AI)¹⁶⁵ as quais, por sua vez, tratam especificamente da lexicalização da entidade lexical. Seguem as AI das entidades lexicais *competição* e *droga*, respectivamente:

a) **AI da entidade lexical *competição*:**

- (1.21) Ambição em comum DC ter disputa.
- (1.22) Ter concorrência DC concorrer.
- (1.23) Ter drogas para vender DC querer vender.
- (1.24) Baixar preços de venda PT disputar compradores.
- (1.25) Disputar comércio PT legalizar a droga.
- (1.26) Concorrer com outrem PT vender.

b) **AI da entidade lexical *droga*:**

- (1.27) Ruim DC não usar.
- (1.28) Substância psicotrópica DC vicia.
- (1.29) Algo dar errado DC é ruim.
- (1.30) Ter prejuízo DC é ruim.
- (1.31) Causar efeito alucinógeno DC perder a razão.

¹⁶⁴ Cf. cap. 4, seção 4.2.

¹⁶⁵ As argumentações internas são paráfrases e nelas não consta a própria entidade lexical.

(1.32) Causar danos à saúde PT usar.

(1.33) Ser ilegal PT usar.

Depois de apresentadas algumas argumentações internas das entidades lexicais que compõem o título metafórico da reportagem analisada, pode-se compreender, conforme o sentido identificado para cada uma das entidades lexicais, os motivos que fazem com que sejam associadas essas duas palavras para uma nova categorização. Ocorre uma seleção no eixo da virtualidade do paradigma quando da elaboração da metáfora, para, após essa seleção, ser feita uma combinação que origina a nova predicação do tópico da metáfora. Para compor a metáfora, foi realizada uma seleção da palavra *droga* no eixo paradigmático e posterior combinação com a palavra *competição*, no eixo sintagmático¹⁶⁶, e aí percebemos que o sentido é constituído pela interdependência semântica entre ambas.

Após a lexicalização das palavras plenas, tem-se o título como um enunciado formado por um suporte (competição) e um aporte (droga)¹⁶⁷, no qual está contido o potencial argumentativo das palavras descritas. AAI do enunciado (título) resulta da lexicalização das palavras que constituem os segmentos argumentativos que o compõem; com isso evidencia-se o sentido das palavras nesse contexto linguístico. Desse modo, pela TBS, “[...] toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentações, o que mostra no mínimo que não há elo privilegiado entre a argumentação retórica e a argumentação linguística” (DUCROT, 2009, p. 23). A significação das palavras é feita de encadeamentos normativos ou transgressivos, de possibilidades discursivas dadas pelo uso da língua. Dito por Freitas (2007, p. 142), “a propriedade que faz com que esses se transformem em discursos argumentativos está caracterizada pela interdependência semântica de seus constituintes”.

Este segundo procedimento de análise (descrito em c) visa à identificação das AE e a AI presentes no título metafórico, motivadas pelas associações sintagmáticas das palavras plenas que o compõem, para construir o bloco semântico correspondente e, posteriormente, identificar o aspecto evocado no quadrado argumentativo (QA₁)¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Cf. Saussure, capítulo 1 desta Dissertação.

¹⁶⁷ Carel e Ducrot (2008).

¹⁶⁸ Vide seção 4.2, procedimento (h).

c) **AE e AI do enunciado/título/metáfora “A competição é uma droga”:**

- (1.34) A competição é uma droga DC não competir. – **eAE**
- (1.35) A competição é uma droga PT legalizar a venda. – **eAE**
- (1.36) A competição é uma droga DC competir é ruim – **eAE**
- (1.37) A competição é uma droga DC ter prejuízos – **eAE**
- (1.38) Ampliar oferta DC a competição é uma droga – **AEe**
- (1.39) Ser venda lucrativa DC a competição é uma droga - **AEe**
- (1.40) Diminuir os lucros DC a competição é uma droga - **AEe**
- (1.41) Competição DC disputa pela venda da droga – **AI da metáfora**
- (1.42) A disputa é uma droga DC ser ruim legalizar a maconha – **AI da metáfora**
- (1.43) A disputa é uma droga PT gera lucros – **AI da metáfora**
- (1.44) Ser vendedor legalizado PT não quer disputar o comércio – **AI da metáfora**
- (1.45) Vender droga DC disputar – **AI da metáfora**
- (1.46) Ter mais fornecedores da droga PT não ser bom– **AI da metáfora**
- (1.47) Disputar o mercado consumidor DC ter prejuízo – **AI da metáfora**
- (1.48) *Disputar consumidores DC ser ruim* – **AI da metáfora**, que é assumida pelo locutor na reportagem jornalística sob análise.

Percebemos, na análise dos encadeamentos argumentativos originados dessa metáfora, como o sentido não pode ser concebido em termos de verdade e falsidade; do contrário, não seria possível fazer a afirmação que a metáfora propõe, ou seja, que a *competição é uma droga*. Isso porque teria que se entender *competição* apenas conforme o dicionário e não consoante essa situação discursiva específica. Podemos afirmar que a significação não é constante, ela comporta variáveis, de modo que existe em termos de encadeamento, pois a ideia que se constrói na relação sintagmática no enunciado é única, o que confirma a proposta de Carel (2005): de o bloco semântico ser indecomponível. “A lexicalização de uma entidade é dada pelo bloco semântico e seus aspectos transgressivos e normativos associados a ela” (CAREL, 1998, p. 71).

A situação de uso linguístico do enunciado faz parte do seu sentido, que é interno à própria língua e não externo, porque o sentido representa a enunciação expressa pelo próprio enunciado. Por ser uma competição *ruim* para os envolvidos, trata-se, conforme a situação discursiva, de um encadeamento normativo (A DC B) cujo aspecto argumentativo evocado

configura-se como: “É competição DC é uma droga”, o que confirma o título metafórico. Como mote da TBS, a língua mesma contém indicações/alusões do que fazemos quando falamos. Ao fazer a descrição das entidades lexicais, demonstramos o que postula a TBS: o sentido de uma entidade está constituído pelos aspectos que encontramos em suas AI e suas AE, os quais se agrupam em blocos semânticos cujos aspectos manifestam a mesma interdependência semântica (LESCANO, 2004, p. 228, tradução nossa)¹⁶⁹. Assim, percebe-se que essa metáfora inscrita no título da reportagem jornalística analisada é um recurso argumentativo, além da característica conceitual, porque constrói encadeamentos argumentativos que explicam a descrição do sentido do enunciado/título/metáfora. Percebemos, em relação a essa etapa de análise, que o título metafórico, composto pelas entidades lexicais *droga* e *competição*, não une dois conceitos isolados, mas constrói pela interdependência semântica entre os segmentos outra forma de “perceber como as palavras adquirem sentido e observá-las, enquanto signos em relação, no eixo do sintagma e do paradigma” (FREITAS, 2007, p. 189).

Na construção do sentido, temos que a descrição da frase recebe um valor, uma denominação, qual seja, conforme Ducrot (1988, p. 57): “significação é o valor semântico da frase e sentido o valor semântico do enunciado”¹⁷⁰. Assim, o sentido é dado pela frase e não pelo contexto, o que justifica a tese da ADL de que a *argumentação está na língua* (DUCROT, 1988) e permite a compreensão das palavras quando utilizadas em diferentes situações discursivas. Nesse caso, o sentido para o qual o leitor é instruído pela metáfora é de um determinado tipo de competição, isso porque a significação é de natureza instrucional, que comporta variáveis para calcular o sentido do enunciado. Confirma-se, então, que a ADL/TBS é uma aplicação do estruturalismo saussuriano na semântica argumentativa, porque o significado de uma expressão (um signo) reside nas relações dessa expressão com outras expressões da língua¹⁷¹, no caso desta análise, signos metafóricos.

Notamos que existem entre os conectores DC e PT os segmentos *A* (*competição*) e *B* (*droga*), tópico e veículo respectivamente, ao serem associados formam um EA (Encadeamento Argumentativo) e, por conseguinte, o sentido da metáfora é depreendido

¹⁶⁹ “[...] el sentido de una entidad está constituido por los aspectos que encontramos en sus *ai* y sus *ae*. Pero además, los aspectos se agrupan en bloques semánticos en los que se encuentran aquellos encadenamientos que manifiestan la misma interdependencia semántica” (LESCANO, 2004, p. 228).

¹⁷⁰ No capítulo primeiro, apresentamos um pouco desses conceitos de frase e enunciado; conforme Ducrot (1987, 1988).

¹⁷¹ Carel e Ducrot (2005).

mediante um aspecto decorrente que é evocado (1.48) do bloco semântico expresso pelo título. Os encadeamentos argumentativos expressos pelo bloco semântico que relaciona *competição/droga* constituem as vozes, os pontos de vista dos enunciadores e apenas um deles é assumido pelo locutor (L); nesse caso, é assumido o encadeamento em DC/*donc*, cuja argumentação configura-se como um aspecto normativo. A lexicalização desse bloco que relaciona *competição/droga* pode ser expressa pela seguinte construção do quadrado argumentativo (QA₁) – AI (1.48) *Disputar consumidores DC ser ruim*. Trata-se do aspecto evocado no bloco semântico do título (BST)¹⁷², que é assumido pelo locutor e também é o que se pode apreender na compreensão leitora; essa questão será reservada para posterior comparação com o quadrado proveniente do sentido global do discurso (BSG).

Os encadeamentos listados a seguir são inferidos pela compreensão leitora e constroem o sentido do discurso (de extensão maior), necessários para a compreensão que se propõe ser apenas linguística; a intenção de mencioná-los visa à demonstração da possibilidade de se ter uma eficaz compreensão leitora pela perspectiva da TBS. A metáfora, utilizada como título da matéria jornalística *A competição é uma droga*, na revista *Exame* (2010), não deixa claro sobre que tipo de competição se está falando, isso só é possível após a leitura integral do texto na reportagem; daí tem-se a certeza de que o sentido auferido pelo título orienta de maneira argumentativa ao texto. Para Ducrot (1988 apud TOLDO, 2006, p. 122), “o sentido se constrói no discurso. Não existe, neste recorte teórico, sentido literal, não há um sentido prévio à palavra nem sentido conotativo, pois o sentido é aquele (e não outro) que se constrói no discurso, na relação possível entre sintagma e paradigma”.

A competição da qual fala a reportagem jornalística analisada ocorre entre os plantadores de maconha legais e os ilegais na Califórnia (EUA), onde aconteceu um referendo sobre a legalização da maconha no qual a vitória, para surpresa geral, foi do “não”. A surpresa se dá porque nessa região há várias localidades com forte presença de produtores legais de maconha, vendida para fins medicinais, por exemplo, falta de apetite, dor crônica, alta pressão nos olhos ou insônia. Diante da possibilidade de legalização, veio à tona a preocupação com os efeitos da economia em escala, pois o aumento da concorrência faria diminuir os preços e os lucros. Isso porque os produtores legais são de pequeno porte, pequenos agricultores.

Afinal, por que a competição é uma droga? De qual competição está se falando? Uma vez que a competição prejudicaria a venda, baixando os preços, os plantadores manifestaram-

¹⁷² Bloco Semântico do Título.

se contra a liberação da droga, categorizando assim *a competição como uma droga*, como algo negativo. *É droga DC ser ruim/péssimo*, a competição para essa economia não é boa, chega-se então ao título analisado. A aprovação da legalização da droga traria consequências negativas para os produtores legais (de pequeno porte), como a diminuição dos lucros, porque o preço cairia. E, caso fosse legalizada, a competição aumentaria, por isso seria ruim, uma droga, como já afirmado, e é oportuno lembrar que muitas vezes é utilizada, em diferentes situações da vida, a predicação “isso ou aquilo é uma droga”, para categorizar algo ruim. Uma exclamação para exprimir desagrado.

Com o propósito de demonstrar a (H2)¹⁷³, será identificada a argumentação no discurso (manifestação do texto) da reportagem, marcada através da lexicalização de palavras plenas e de palavras instrumentais. Além de podermos perceber a (H3), à medida que há relação de sentido entre o título metafórico e o texto porque se verificam desdobramentos da metáfora no decorrer do discurso e no movimento argumentativo deste, após a leitura, procedemos à seleção de trechos (T₁, T₂, T₃...) que compõem os enunciados¹⁷⁴ do texto analisado e da organização deles em segmentos discursivos (S₁, S₂...), conforme contenham um discurso argumentativo¹⁷⁵. Selecionamos cinco trechos e respectivos segmentos, nos quais identificamos a AE¹⁷⁶ correspondente a cada segmento, que implicam a formação de encadeamentos argumentativos¹⁷⁷ normativos e transgressivos (EA); destes, evidenciamos as argumentações internas (AI) que constituem, pela interdependência entre si, blocos semânticos (BS₁, BS₂, BS₃...). Vejamos os procedimentos metodológicos aplicados ao primeiro trecho discursivo:

¹⁷³(H2) O aspecto evocado do bloco semântico expresso no título metafórico tem relação com os demais aspectos evocados pelos blocos semânticos expressos na reportagem, os quais se verificam na orientação argumentativa que resulta um bloco de sentido global do discurso.

¹⁷⁴Enunciado é constituído por dois segmentos, um argumento e uma conclusão, aqui entendidos como S₁, S₂, S₃... dos trechos discursivos.

¹⁷⁵Dois predicados que possam ser encadeados por DC ou PT.

¹⁷⁶Serão identificadas nas análises como *eAE* para identificar as argumentação externas à esquerda da entidade lexical e *AEe*, as argumentação externa à direita dos segmentos.

¹⁷⁷Identificados no enunciado como ocorrência da frase; sendo o encadeamento argumentativo a junção de dois segmentos, cada um deles, nesse caso S₁ e S₂, tem suas AEs.

(T₁) S₁. Para o restante dos americanos, os californianos são considerados excêntricos, criativos, vanguardistas e libertários. S₂. Por isso, causou surpresa quando, no começo de novembro, o “**não**” venceu o referendo sobre a legalização da **maconha** para uso recreativo – contrariando inclusive pesquisas de opinião. S₃. Mais estranho **ainda** foi o resultado em algumas localidades com forte presença de produtores legais de maconha, vendida em lojas autorizadas para pacientes com problemas como falta de apetite, dor crônica, alta pressão nos olhos ou insônia. S₄. Na região conhecida como Emerald Triangle, “o celeiro da maconha americana”, localizada ao norte de São Francisco o “**não**” venceu nos três condados (EXAME, 1 dez. 2010, p. 121).

S₁(AE) à direita do segmento: Ser californianos DC ser excêntricos, criativos, vanguardistas e libertários.

S₂. (AE) à direita: O “**não**” venceu o referendo sobre a legalização da maconha DC causou surpresa e contrariou as pesquisas de opinião.

Desses segmentos (S₁ e S₂) resulta o seguinte encadeamento argumentativo (EA₁):

$S_1 + S_2^{178} = EA_1$ – Ser californiano, criativo, vanguardista e libertário PT não aprovar o referendo sobre a legalização da maconha para uso recreativo (A PT neg-B).

Para posteriormente definirmos o bloco semântico e o respectivo aspecto argumentativo evocado, partimos de uma possível argumentação interna (AI)¹⁷⁹ que se configura nesse EA₁:

AI₁→ Residir na Califórnia PT não concordar com o referendo (A PT neg-B)

S₃(AE) à direita: Resultado mais estranho ainda em algumas localidades com forte presença de produtores legais de maconha DC votaram contra a legalização.

S₄(AE) à direita: Ser “celeiro da maconha” PT vencer o ‘**não**’ no referendo de legalização.

$S_3 + S_4 = EA_2$ – A economia dos produtores legais depende da erva PT não votaram a favor da liberação da maconha (A PT neg-B).

AI₂→ Dependendo da erva PT não aprovar a legalização (A PT neg-B)

¹⁷⁸ Utilizamos nas análises o símbolo de adição (+) por entendermos que manifesta com clareza a ideia de interdependência semântica entre os segmentos que constituem os trechos da reportagem jornalística analisada.

¹⁷⁹ Lembrando que, conforme Carel e Ducrot (2005, p. 73), as AI de uma *e* não contém a *e* como segmento constitutivo; temos aqui a AI do enunciado que respeita essa regra.

Após identificar as argumentações externas expressas pelos segmentos do trecho (T₁) e perceber a interdependência semântica, tem-se o encadeamento argumentativo (EA₁) de (T1) *ser californiano, criativo, vanguardista e libertário PT não aprovar o referendo sobre a legalização da maconha para uso recreativo* (A PT neg-B). Constitui-se o bloco semântico que associa os segmentos *ser californiano/votar contra a legalização*, do qual se assume um aspecto argumentativo transgressivo.

Uma surpresa por si mesma já transgredir alguma regra, da “normalidade” ou “mesmice”. A opinião de alguns americanos sobre os californianos induz a construir uma determinada argumentação em relação ao voto no referendo da legalização da maconha, pois, com base na crença social de que são excêntricos, os californianos votariam a favor da legalização da maconha, diferente dos demais. Além do que a maioria dos envolvidos no processo de legalização acreditou que os produtores legais (que sobrevivem do plantio) seriam a favor da liberação da “droga”. Assim, pela *surpresa* fica evidente que o voto contrário dos californianos surpreendeu a muitos americanos, o que se verifica na constituição do sentido argumentativo que somente as relações discursivas podem explicar e não a informatividade relacionada à realidade. Conforme a crença social da população no local onde ocorreu o referendo, nas localidades com forte presença de produtores legais de maconha para fins medicinais, o ponto de vista assumido seria normativo, favorável à legalização, configurado pelo aspecto normativo *A DC B: A economia dos produtores legais depende da erva DC vota a favor da legalização*. Mas é uma exceção a essa regra suposta regra social que é assumida pelo locutor, de aspecto transgressivo, por isso reflete a afirmação *mais estranho ainda*.

A relação do bloco semântico¹⁸⁰ *depende do plantio/aprovar legalização* é transgredida nesse trecho, pelo (EA₂) sendo assumido o aspecto converso (A PT neg-B), *A economia dos produtores legais depende da erva PT não votaram a favor da liberação da maconha*. O trecho 1 (T₁) também apresenta o advérbio de negação “não”, que tem por característica primeira, para a ADL/TBS, ser polifônico; verificamos que sua presença é central para a constituição do sentido desse enunciado. A negação é dos fenômenos mais explorados por Anscombe, Ducrot e Carel, porque se pode nela perceber a polifonia do enunciado, através de um enunciador positivo e outro negativo.

¹⁸⁰ Esse encadeamento apresenta as possibilidades dos quatro aspectos do BS1, nos quais A e B têm o mesmo sentido (*doxal*), e dos quatro aspectos do BS2, também possuem o mesmo sentido (*paradoxal*) (CAREL; DUCROT, 2005).

Dos (EA₁) e (EA₂) identificados originaram-se as argumentações internas, respectivamente, (AI₁) *residir na Califórnia PT não concordar com o referendo* (A PT neg-B) e (AI₂) *depende da erva PT não aprovar a legalização*, ambas representam aspectos evocados dos blocos expressos no discurso. A argumentação interna (AI₁) é um aspecto transposto converso, mesmo morando na Califórnia, lugar de pessoas excêntricas, os plantadores votam contra o referendo.

Uma vez que a competição é negativa para os pequenos produtores, configuram-se essas argumentações, visto ser possível perceber que a (AI₂) é um encadeamento argumentativo *linguisticamente paradoxal (LP)*, pois, conforme Carel e Ducrot (2005, p. 82, tradução nossa)¹⁸¹, “uma argumentação A DC B é paradoxal se na AE estrutural de A temos A PT B. A ideia geral é que o encadeamento paradoxal é oposto à AE de um de seus termos”.

O paradoxo também está inscrito na língua e pode ser descrito pela TBS, mas como fazer essa descrição? Dito por Grégis (2009, p. 201 apud CAREL; DUCROT, 2001), há duas propriedades intrínsecas aos enunciados LP_s, que são: “1ª propriedade: a AI do encadeamento não está contida na AI do primeiro segmento do enunciado. 2ª propriedade: invertendo-se o conector (DC ou PT), tem-se um encadeamento linguisticamente doxal”. Assim, notamos que o encadeamento que manifesta a (AI₂) do trecho discursivo (T₁) *depende da erva PT não aprovar a legalização* é LP, porque, além de não pertencer à AI de nenhum dos segmentos, ao trocarmos o conector DC por PT, ou vice-versa, temos um encadeamento doxal, (AI₂) *depende da erva DC aprovar a legalização*, nesse caso manifestado no mesmo bloco semântico doxal. Nota-se que o sentido é uma construção da enunciação, não se refere às condições de verdade ou falsidade, que é um acontecimento histórico, ou seja, ocorre uma fabricação discursiva do sentido, porque as palavras não têm noções absolutas na língua.

Um exemplo de encadeamento paradoxal, dado por Carel e Ducrot (2005, p. 82), é o enunciado *Pablo é rico DC tem muitos amigos*. O aspecto *rico DC amigos* não pertence à AE estrutural de *Pablo é rico* (S₁) e tampouco ao (S₂); trocando o conector, tem-se o aspecto *é rico PT amigos*. O locutor não se contenta em eleger um aspecto dentro do bloco dado pela língua e constitui outro bloco de sentido.

Notamos que o primeiro segmento de um enunciado não é um argumento porque não tem sentido sozinho; as argumentações externas que lhe constroem o sentido são interpretações que fazem parte da compreensão leitora possibilitada pela estrutura linguística.

¹⁸¹“una argumentación X PLT Y es paradójica, si en la AE estructural de X tenemos X SE Y. La idea general es que el encadenamiento paradójico es opuesto a la AE de uno de sus términos”.

Desse modo, o sentido é dado pela interdependência entre S_1 , S_2 , S_3 e S_4 ligados por um conector (DC ou PT mais a negação); essa relação não pode ser desmembrada, por isso chama-se bloco semântico (CAREL; DUCROT, 2005). À medida que os segmentos do texto, unidos por conectores, ligam os diferentes trechos do discurso, há uma relação de referenciação e de interdependência entre eles, que fazem com que haja unidade textual. De acordo com Freitas (2007, p. 180, grifo do autor),

Pode-se então considerar que os conectores (*DC* e *PT*) têm o papel de possibilitar a conexão dos segmentos discursivos no nível microestrutural, e que os articuladores (*mas...*) realizam o movimento argumentativo no nível macroestrutural, que resulta – ao seu término, a argumentação global do discurso complexo, ou seja, um bloco semântico maior e, por consequência, também mais complexo.

Procedemos à análise da reportagem jornalística em busca das AI de cada trecho selecionado e, ao inter-relacioná-las, identificamos essas conexões e referenciações que construirão os blocos semânticos e o sentido discursivo. Entendemos que a interdependência entre encadeamentos (EA_1 , EA_2 , $EA_3...$) é uma possibilidade concreta e estrutural da regra de continuidade temática, referida por Kleiman (1995), responsável por regular os comportamentos do leitor na procura de ligações no texto. Os trabalhos de Carel (2002) mostram que no interior de um enunciado simples pode estar condensada uma argumentação; isso nós apresentaremos nas análises dos segmentos dos trechos discursivos destacados da reportagem jornalística objeto deste estudo.

No (T_1), identificamos o modificador realizante *mais*, no (S_1) que aumenta a força argumentativa da palavra plena (SN em função de adjetivo) *estranho*. A polifonia conduz a identificar que há um enunciador (E_1) que argumenta ser “estranho” e outro enunciador (E_2) que julga o acontecimento como “mais estranho ainda”. O advérbio “ainda” é classificado pela Semântica Argumentativa como um operador¹⁸², ele pode ser analisado em termos da polifonia, porque apresenta diferentes enunciadores com os quais o locutor se posiciona em termos de intensidade; porque não é somente estranho, é “mais estranho”, há uma determinada escala argumentativa que constrói a argumentação polifônica.

Ducrot (1987, p. 45) também descreve esse advérbio, no artigo intitulado *A Descrição semântica em linguística*, e no artigo *Escalas Argumentativas* (1981, p.179)¹⁸³; no primeiro, a intenção de descrevê-lo é para identificar uma regra que possa perceber “os sentidos que esse

¹⁸² Cf. cap. 2, seção 2.4.

¹⁸³ Presente na obra *Provar e Dizer* (DUCROT, 1972).

advérbio tem numa frase” (DUCROT, 1987, p. 47). No enunciado “Pedro é *ainda* maior que Paulo”, *ainda* introduz a ideia: Paulo é grande. Há enunciadores com os quais o locutor concorda e assume (segundo a Teoria da Polifonia), é um *ainda* de sentido comparativo. Trata-se do ponto de vista do dito e do não dito que constrói o sentido do enunciado. Ducrot (1987, p. 47) também ressalta que “esta garrafa ainda não está meio vazia” e, conforme Bez e Ortman (2008, p. 7), “a argumentação é expressa num enunciado que, apesar de aparentemente se prestar para descrever a quantidade de conteúdo de uma garrafa, projeta uma relação no momento futuro que evidencia a quebra da permanência”.

Na obra *Provar e Dizer*, Ducrot (1981) classifica o advérbio *ainda* como temporal, de sentido continuativo e responsável pelo pressuposto. No caso da análise em (T₁), o posto refere-se a algo “ser estranho” (o voto contrário no referendo da legalização) e o pressuposto acrescenta outra estranheza, no caso o voto contrário nas localidades com forte presença de produtores legais. Evidencia-se com isso que a enunciação com função argumentativa leva a uma conclusão através das marcas no enunciado, morfemas, expressões, e, nesse caso, a influência do advérbio *ainda*. Para Bez e Ortman (2008), a diversidade de sentido produzida a partir das relações entre o advérbio “ainda” e as outras palavras do enunciado demonstram que ele é polifônico, porque traz consigo uma pluralidade de enunciadores, fazendo com que o discurso esteja carregado de argumentação.

A ideia fundamental da TBS é de que o sentido se fundamenta na argumentação e ela, por sua vez, nos encadeamentos argumentativos, que são estruturas cuja interdependência semântica constrói o sentido a partir da continuação do discurso, ou seja, a partir da própria língua. Para Carel (1997, p. 29), “os encadeamentos argumentativos são a unidade de sentido”; desse modo, ao identificar os encadeamentos dos segmentos que constituem os trechos da reportagem jornalística analisada, percebemos que o sentido forma-se pela interdependência semântica entre encadeamentos argumentativos.

Para nossa metodologia de análise, as argumentações internas dos trechos da reportagem constituem, quando relacionadas entre si, os blocos semânticos que posteriormente originarão o BSG do discurso analisado. Na sequência, estabelece-se a interdependência entre a AI₁ e AI₂ do trecho (T₁) para identificar o bloco semântico (BS₁) que constrói o sentido e o movimento argumentativo da reportagem:

Residir na Califórnia PT não concordar com o referendo (AI₁) + Dependendo da erva PT não aprovar legalização (AI₂)

$$AI_1 + AI_2 = BS_1$$



BLOCO SEMÂNTICO 1 (BS₁) = Plantar maconha PT votar contra legalização.

A opção de demonstrar a inter-relação entre as AIs identificadas no trecho discursivo ocorre pelo fato de elas serem encadeamentos argumentativos doadores de sentido que, pelo movimento argumentativo, constroem o sentido do discurso. A identificação do BS₁ demonstra como “[...] o sentido só se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção ‘pragmática’ do sentido é dirigida pelo valor propriamente linguístico das palavras que se devem interpretar” (DUCROT, 2005, p. 11).

Já comentamos que a maior parte da população local e dos leitores da reportagem entenderia que os plantadores deveriam votar a favor da legalização, *plantar maconha DC não contra votar a legalização*, mas o aspecto assumido é outro. O referido encadeamento que expressa o sentido de (T₁) expressa também o ponto de vista assumido pelo locutor, por polifonia rejeitando os demais. O bloco semântico expresso no discurso é *plantar maconha/votar contra*, dele tem-se o aspecto argumentativo evocado que é contrário às opiniões de muitos americanos dessa região da Califórnia, *é plantar maconha PT votar contra legalização*. Em relação aos pontos de vista que o locutor põe em cena no enunciado, conforme a polifonia, identificamos esse aspecto evocado que apresenta a direção em que o locutor argumenta, lembrando que ele também apresenta as possibilidades conversas, recíprocas e transpostas do bloco semântico¹⁸⁴. Trata-se de um encadeamento linguisticamente paradoxal, já que ao trocarmos o conector ele passaria a ser doxal, *plantar maconha DC votar contra legalização*(A DC B).

A questão do paradoxo e da transgressão suscita dúvidas, mas Grégis (2009, p. 202) explica que na ADL PT não tem vocação para ser LP: “os encadeamentos em PT implicam a recusa do DC correspondente e, ao mesmo tempo reconhecem sua legitimidade”. Os encadeamentos paradoxais opõem-se a determinado bloco que é lexicalizado na argumentação. A maioria dos encadeamentos paradoxais ocorre em DC; Carel e Ducrot (2005, p. 86) dão um exemplo apenas de encadeamento paradoxal em PT, é a entidade lexical

¹⁸⁴ Cf. relações entre os vértices do Quadrado Argumentativo da TBS apresentado na seção 2.4, Figura 3.

valentão. Uma pessoa que dá impressão de valentia, mas na verdade não quer se envolver em situações perigosas: sua AI seria *perigo PT não faz*, que corresponde ao converso da AE estrutural de *perigo DC faz*.

A metáfora constitui-se da predicação: competição é ruim e o BS₁ – *plantar maconha PT votar contra legalização* – confere essa predicação e manifesta o essencial, o cerne da reportagem jornalística, que é o fato de os plantadores terem votado contra a legalização de um produto que lhes é de subsistência porque se preocupam com a concorrência.

O segundo trecho/enunciado (T₂) analisado refere-se ao envolvimento da comercialização da maconha com a economia em escala; os procedimentos de análise seguem o percurso mostrado anteriormente:

(T₂) S₁. Independentemente do juízo que se faça sobre a legalização de uma **droga** como a maconha, S₂. o caso californiano lança luz sobre os efeitos da economia em escala. S₃. A recusa dos atuais produtores em ampliar o mercado consumidor tem uma explicação economicamente lógica – S₄. **nada** tem a ver com supostos efeitos alucinógenos da droga (EXAME, 1 dez. 2010, p. 121).

S₁(AE) à direita: Droga como a maconha PT não fazer qualquer juízo.

S₂(AE) à direita: Caso californiano DC efeitos na economia em escala.

S₁ + S₂ = EA₃ – Não existir mau juízo sobre a legalização da maconha PT atingir a economia em escala (A DC B).

AI₃ → É droga PT gerar lucros (A PT B).

S₃(AE) à direita: recusar a ampliação do mercado consumidor PT ter uma explicação lógica.

S₄(AE) à direita: não ter explicação economicamente lógica PT não estar sob efeito de alucinógeno da droga.

S₃ + S₄ = EA₄ – A droga causa efeitos alucinógenos DC não saber o que faz (A DC neg-B).

AI₄ → Votar contra PT não estar drogado (A PT neg-B).

Nesse trecho (T₂), a menção à economia já faz com que seja notada remissão à entidade lexical *competição* que está presente no título. Assim, evidencia-se que o EA₃ do

trecho (T₂) manifesta relação de interdependência com as AE e AI expressas pela entidade lexical *competição*, conforme descritas na primeira parte dessas análises. Desse modo, pode-se inferir que se há competição aqueles que dependem do plantio da erva votam contra.

Perceberam-se três argumentações externas transgressivas dos segmentos (S₁), (S₃), (S₄) e uma normativa (S₂), o que gerou um encadeamento argumentativo transgressivo (EA₃) e um normativo (EA₄); destes, duas AIs transgressivas. Vale lembrar que “as regras têm, não de modo acidental, mas por natureza, exceções” (CAREL, 1997, p.37). O segmento (S₃) *recusar a ampliação do mercado consumidor PT ter uma explicação lógica*, interdependente do (S₄) não ter *explicação economicamente lógica PT não estar sob efeito de alucinógeno da droga*, juntos apresentam, conforme Carel (1997), a interdependência entre os segmentos que faz com que o encadeamento seja argumentativo. Eles originam o encadeamento argumentativo (EA₃) *Não existir mau juízo sobre a legalização da maconha PT atingir a economia em escala*, o qual tem como (AI₃) *É droga PT gerar lucros*, conforme observado.

A ironia presente nos segmentos (S₃) e (S₄), em relação aos efeitos do uso da maconha, diz uma coisa querendo indicar outra, ou seja, que o fato de os plantadores terem votado “não” para a legalização poderia ter sido efeito alucinógeno da erva. Então, pode-se perceber esse encadeamento argumentativo como normativo *A droga causa efeitos alucinógenos DC não saber o que faz* (EA₄); nesse encadeamento argumentativo, percebemos a (AI₄) *votar contra PT não estar drogado*. A ironia é um importante efeito discursivo para a construção de sentidos em um texto, pois pode ser negada e fazer afirmações que, às claras, seriam inadequadas (DUCROT, 1988).

Também identificamos em (T₂) a presença do modificador desrealizante (MR) *nada*, que atua sobre a força argumentativa das palavras com as quais está relacionado. Nesse caso, o discurso traz a expressão “*nada tem a ver*” que nega o fato da decisão dos plantadores de maconha em relação aos efeitos alucinógenos da droga. Vale ressaltar, dito por Cabral (2010, p. 99), que “o modificador desrealizante pode ser atenuador se ele mantiver a orientação argumentativa, mas apenas para atenuar, enfraquecê-la ou pode ser inversor, se ele inverter a orientação argumentativa, caso em que, segundo Ducrot (1998), equivale a uma negação”.

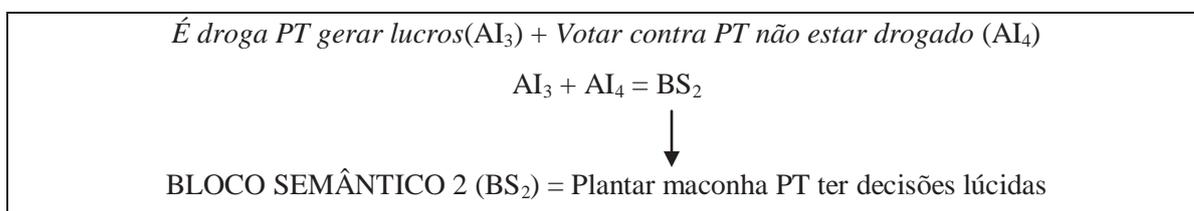
Ampliar o mercado consumidor com a legalização para fins recreativos é visto pelos pequenos produtores como algo negativo, algo ruim, isso remete ao título metafórico: *A competição é uma droga*. E, se algo é ruim, eles (os produtores) têm razão

em votar contra (ser ruim DC votar contra). Ducrot (2002, p. 7) afirma que, segundo Carel, “[...] o sentido de uma entidade linguística é ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os conjuntos de discursos associados a outras entidades. Só o discurso é, portanto, doador de sentido”. Ao fazer menção aos efeitos alucinógenos da droga e à afirmação do (S₃) sobre “explicação lógica”, outra ironia se constrói em continuação ao (S₄); uma explicação coerente é que a economia em escala faz com que haja aumento de produção e diminuição do preço de custo do produto produzido.

Assim, a TBS descreve a língua através da língua, sem o mundo e o pensamento, visto que o sentido está constituído pelos discursos evocados por uma entidade/palavra evoca – que são os encadeamentos argumentativos. Isso posto, conforme Delanoy (2008, p. 80): “[...] a leitura, ou seja, o resgate do sentido de um discurso, também deve ser restrito pelo linguístico. Caso contrário, haveria tantas possibilidades de sentido quanto a criatividade do leitor”. Neste estudo, propomos que o sentido seja resgatado na continuação do discurso, ou seja, através dos encadeamentos argumentativos.

É graças ao caráter instrucional da frase que uma expressão linguística pode ter mais de um sentido, mas não qualquer um, pois é a partir das instruções abertas das frases que o locutor constrói o sentido, visto que em cada enunciação poderá variar o sentido assumido. “O sentido é caracterizado assim, em termos de argumentação, isto é, em termos da inserção dos enunciados nos encadeamentos discursivos” (FREITAS, 2009, p. 253), porque analisamos o discurso como realização concreta do texto. Temos, então, que as análises até aqui realizadas evidenciam que a função da linguagem é, antes de tudo, argumentar.

Através da inter-relação entre os encadeamentos (EA₃) e (EA₄) do trecho (T₂) e de suas respectivas (AI₃) e (AI₄) foi identificado o bloco semântico (BS₂) do enunciado, como se percebe a seguir:



O bloco semântico expresso que manifesta o sentido discursivo do trecho (T₂), *plantar maconha/ter decisões lúcidas*, tem como aspecto evocado no discurso da reportagem o caráter transgressivo (A PT B), pertence ao bloco paradoxal e é significativo para a construção do

sentido na reportagem jornalística analisada. O aspecto *plantar maconha PT ter decisões lúcidas* origina-se dos segmentos, encadeamentos e argumentações internas de (T₂); desse modo, demonstra o movimento argumentativo no interior do enunciado. Esse encadeamento, que expressa o sentido global de (T₂), expressa, por polifonia, o ponto de vista assumido pelo locutor.

Há no discurso desse trecho (T₂) o preconceito social, que linguisticamente podemos entender como pressuposto, de que aquele que planta seria também consumidor da erva. Cumpre lembrar que o posto é aquilo que o enunciado diz claramente, mas sabemos que em muitas das situações comunicativas não nos interessa dizer tudo abertamente; nesse caso, o locutor não acusa (posto) os plantadores legalizados, mas deixa como pressuposto que eles estariam sob efeitos alucinógenos causados pelo uso da droga. Com isso, caracteriza-se a polifonia, presença de outros enunciadores; nesse enunciado um enunciador que diria *é plantador de maconha DC faz uso da droga*. O locutor do discurso, na reportagem, assume o aspecto argumentativo que nega tal pressuposto, lê-se no (S₄) que a vitória do *não* “nada tem a ver com supostos efeitos alucinógenos da droga”. Essa decisão lúcida faz remissão anafórica aos efeitos da economia em escala, que podem prejudicar os plantadores. Assim,

Eis a polifonia. Ela se coloca tanto para estabelecer a significação da frase como para descrever o sentido do enunciado trazendo a possibilidade de expressar, ao mesmo tempo, diferentes pontos de vista. Pela polifonia podem-se explorar diversas possibilidades de leitura oferecidas pelas múltiplas identificações imagináveis para os enunciadores e os destinatários. Se se admitir a ideia de que pela polifonia deixa-se ouvir a voz de diversos enunciadores e diversos destinatários, trata-se, então, da constituição e da construção, no discurso, do locutor, do alocutário e, conseqüentemente, do sentido (TOLDO, 2006, p. 118).

Diante da afirmação de Toldo (2006), confirmamos a hipótese (H4) de que o discurso é argumentativo e polifônico, porque, para Ducrot (1988), uma das características da argumentatividade é a presença de várias vozes no enunciado, de modo que diferentes pontos de vista são possíveis de ser encadeados.

O terceiro trecho (T₃) também se baseia no dispositivo de análise já apresentado; menciona acerca da influência da legalização da maconha na economia.

(T₃) S₁. São famílias donas de pequenas propriedades agrícolas, uma das exigências da atual lei. S₂. Para eles, a ampliação do mercado significaria o início do que chamamos de processo de “walmartização”: S₃. grandes produtores entrariam no mercado, S₄. A **competição** certamente aumentaria e o preço da maconha despencaria (EXAME, 1 dez.2010, p. 121).

S₁(AE) à direita: ser pequena propriedade¹⁸⁵ DC a lei permite plantar.

S₂(AE) à direita: ampliar mercado DC causar processo de “walmartização”¹⁸⁶.

S₁ + S₂ = EA₅ – Ser pequena propriedade DC votar contra o processo de “walmartização”.

(A DC B)

AI₅ → Ser pequeno produtor DC temer concorrência (A DC B)

S₃(AE) à direita: ser grande produtor DC vender a preços mais baixos.

S₄(AE) à direita: aumentar a competição com a legalização DC despencar o preço da maconha.

S₃ + S₄ = EA₆ – Ter concorrência entre grandes e pequenos produtores DC diminuir o lucro com a venda da maconha (A DC B).

AI₆ → Competir pela venda DC vender mais barato (A DC B)

Ao identificar as argumentações externas expressas nos segmentos do trecho (T₃) e inter-relacioná-las, temos os encadeamentos argumentativos (EA₅) e (EA₆) como constituintes do sentido do enunciado discursivo; destes identificamos as (AI₅) e (AI₆), *Ser pequeno produtor DC temer concorrência* e *Competir pela venda DC vender mais barato*, respectivamente. Ambos os encadeamentos são normativos (A DC B) e a interdependência desses dois encadeamentos originará o bloco semântico 3 (BS₃) desse discurso, conforme o movimento argumentativo percebido no interior do enunciado. É possível perceber que as duas argumentações internas identificadas no trecho discursivo (T₃) fazem referência à AI da entidade lexical *competição* (1.21) *Ambição em comum DC ter disputa*.

¹⁸⁵ A reportagem menciona que os pequenos produtores são denominados de “produtores papai e mamãe”.

¹⁸⁶ AI da palavra “walmartização” = grandes produtores DC aumento da competição.

Na reportagem analisada, a atividade de vender drogas (maconha) é sustento para muitas famílias (de pequeno porte); caso a legalização ocorresse, elas teriam de disputar mercados com produtores de maior porte. A ampliação do mercado aumentaria a concorrência, porque legalizar a droga faz referência à competição; logo, presenciamos o suporte da metáfora do título “competição” e a AI, descrita anteriormente, que é (1.48) *Disputar consumidores DC ser ruim*.

Essa concorrência com empresas mecanizadas e maiores, que se instalariam com a legalização, causa preocupação e caracteriza polifonicamente o encadeamento *ser maior DC vencer*. Pode-se compreender a opinião dos pequenos produtores pela diminuição do lucro a partir do baixo preço de venda e da disputa de mercado, que aumentar a competição é ruim, assim prevalece o encadeamento argumentativo que faz com que os pequenos produtores votem contra: *ser ruim DC votar contra*. Conforme Delanoy (2008, p. 50), “[...] o leitor recorrerá ao discurso, ou melhor, à argumentação ali presente, para resgatar o sentido. Para tanto, ele tem consciência de que o escritor, ao produzir o discurso, vai expressar um ponto de vista”. Podemos ainda constituir encadeamentos como *competir DC vender mais barato DC ter prejuízos*.

Resgatando os conceitos sobre a estrutura da metáfora, composta por um *tópico* e um *veículo* (MOURA, 2010), que associam diferentes ou semelhantes campos semânticos (conjunto de palavras), a categorização do tópico *competição* pode ser compreendida por esse trecho (T₃) como negativa, porque legalizar significa diminuir os lucros. É possível perceber que o título metafórico relaciona-se com os blocos semânticos que, no decorrer da análise da reportagem, estes remetem ora às AE, ora às AI das entidades lexicais que compõem o título.

Vale ressaltar que este é o único enunciado (T₃) no texto da reportagem analisada no qual aparece a entidade lexical *competição* e *droga*, embora a compreensão leitora esteja atrelada a essas palavras plenas, ao mesmo tempo que explica o sentido da metáfora. Dito de outra forma, para compreender a metáfora presente no título da reportagem, é preciso procurar a referência ao tópico dessa metáfora, que aparece somente uma vez no decorrer do texto, enquanto a entidade lexical, na função de veículo, *droga* tem seis ocorrências. Essa maior quantidade de ocorrências de *droga* também é constitutiva do sentido global do discurso, pois, ao constatarmos que o veículo (droga), no título metafórico, apresenta tanto encadeamentos com sentido conotativo, significando algo ruim, negativo como é o caso do título, quanto denotativo, por exemplo, quando menciona sobre “droga como a maconha”, “efeitos

alucinógenos”, “venda da droga” (EXAME, 2010, p. 121). Essa remissão anafórica ao título explica o encadeamento *é competição DC é uma droga*.

À medida que acresce um significado a outros, as metáforas organizam o sentido do discurso e encadeiam os segmentos discursivos. Notamos no discurso analisado (reportagem jornalística) que nas seis ocorrências da entidade lexical *droga*, nas quatorze ocorrências da entidade lexical *maconha* e em uma ocorrência da entidade lexical *competição*, o sentido é construído pelas relações sintagmáticas e pela constituição das argumentações externas e internas. “A metáfora é o acréscimo de um significado a outro, quando entre eles existe uma relação de semelhança, de intersecção” (FIORIN, 2008, p. 73); desse modo, percebe-se como se constrói essa relação pelas semelhanças entre o tópico e o veículo.

Para encontrar o encadeamento argumentativo que forma o bloco semântico do trecho (T₃), percebe-se a interdependência semântica entre os AI₅ e AI₆ dos encadeamentos identificados:

Ser pequeno DC temer concorrência (AI₅) + Competir pela venda DC vender mais barato (AI₆).

AI₅ + AI₆ ⇒ BS₃



BLOCO SEMÂNTICO 3 (BS₃) = Ter competição DC vender menos

O bloco semântico expresso no discurso é *competição/vender menos*, dele tem-se o aspecto evocado que é normativo *Ter competição DC vender menos*. O BS₃ demonstra que a opção do voto contrário à legalização faz com que não haja competição; há novamente uma remissão anafórica em relação ao título da reportagem que justifica a metáfora *A competição é uma droga*, manifestando a argumentação externa à direita do título metafórico: (1.34) *A competição é uma droga DC não competir*, ou (1.36); (1.37); (1.40), entre outros encadeamentos que podem ser averiguados quando das análises anteriores das entidades lexicais do título metafórico.

Por serem apenas as pequenas propriedades que a lei americana permite, atualmente, plantar, com a legalização a vinda de grandes propriedades/empresas prejudicaria o comércio, assim constrói-se um encadeamento *ser grande produtor DC ganhar*. O BS₃ também é semelhante à AE da entidade lexical *competição*, identificada em (1.4) *Ter competição DC não vender ou vender pouco* e (1.7) *existir mais fornecedores DC ter competição*. Ao percebermos a remissão/relação entre os encadeamentos identificados no título metafórico

com os encadeamentos e blocos de sentido dos discursos apresentados nos trechos analisados, aproximamo-nos da comprovação da (H2) que se refere ao movimento argumentativo, o qual resulta um bloco de sentido global do discurso. Esse movimento pode ser percebido em relação a todos os blocos semânticos identificados nos trechos da reportagem analisada.

O trecho seguinte (T₄) segue a mesma configuração analítica, ele apresenta um argumento de autoridade¹⁸⁷ ao mencionar que pesquisas do centro americano *Rand Corporation* comprovam o futuro prejuízo dos pequenos produtores, por causa da queda do preço do produto:

(T₄) S₁. Uma pesquisa do centro de pesquisas americano Rand Corporation dá razão aos pequenos produtores. S₂. Uma eventual legalização para fins recreativos faria o preço de 1 grama de maconha cair dos atuais 16 dólares para **pouco mais** de 1 dólar. S₃. [...] “Com a legalização viriam taxas **altíssimas**, comparáveis às do álcool e do tabaco – S₄. e o fim dos nossos lucros”, diz o agricultor X. (EXAME, 1 dez. 2010, p. 121).

S₁(AE) à direita: ser centro de pesquisa DC dar razão para os pequenos produtores.

S₂(AE) à direita: legalizar a maconha para fins recreativos DC cair preço da maconha.

S₁ + S₂ = EA₇: *Aprovar a legalização da droga DC aumentar competição* (A DC B).

AI₇ → Ter competição DC não legalizar (A DC neg-B)

S₃(AE) à direita: legalizar a maconha para fins recreativos DC ocorrer taxas *altíssimas*.

S₄(AE) à direita: pagar taxas altíssimas DC fim dos lucros.

S₃ + S₄ = EA₈: *Disputar mercado de venda legalizada da maconha DC ter prejuízos* (A DC B)

AI₈ → Vender legalmente a maconha DC sofrer prejuízos (A DC B)

Os encadeamentos EA₇ e EA₈ são ambos normativos: *Aprovar a legalização da droga DC aumentar competição* (EA₇) e *Disputar mercado de venda legalizada da maconha DC ter prejuízos* (EA₈), e conferem a razão do voto contrário à legalização por parte dos produtores. Constata-se que a legalização faria diminuir o preço do produto, de modo que haveria competição, disputa de mercado. Há remissão novamente à entidade lexical que compõe o

¹⁸⁷ Cf. Ducrot (1987, p. 139).

título metafórico, *competição*, pois esse trecho (T₄) é também responsável por fazer perceber a interação entre o tópico e o veículo da metáfora, lidos como S₁ e S₂, cuja interdependência semântica dada pelo conector *donc* (DC) constrói o sentido *É competição DC é uma droga*. Mapeiam-se dois conceitos distintos, *competição e droga*, no decorrer das análises dos trechos discursivos que se relacionam de modo compreensível entre si, constituindo o sentido do enunciado metafórico. Esse mapeamento permite denominar a *compreensão leitora* pela TBS; para Moura (2007, p. 424), “dar o sentido de uma metáfora é recuperar o sentido que o falante quis dar a esse uso não literal [...] o significado metafórico é uma inferência pragmática sobre o que a metáfora ‘traz à mente’[...]”. Com isso, pode-se perceber claramente que as metáforas são definidas por uma relação entre as palavras e o uso delas.

Correspondentes aos encadeamentos têm-se suas paráfrases (AI₇) *Ter competição DC não legalizar* e (AI₈) *Vender legalmente a maconha DC sofrer prejuízos*, destacamos a presença de um encadeamento paradoxal, que corresponde à (AI₈). Isso porque a legalização pressuporia algo positivo para os vendedores, com o aumento da procura, mas o que ocorre é o inverso, a legalização faria que existissem prejuízos.

Ainda em relação aos elementos que conduzem a orientação do enunciado, percebe-se o modificador realizante (MR) *pouco mais*, que é responsável por aumentar a força argumentativa do enunciado no qual se encontra essa expressão; nesse caso, mencionando o preço da maconha que cairá para “*pouco mais de 1 dólar*”. Outro (MR) encontrado no mesmo trecho é *altíssimas*, referente às taxas, que também aumenta a força argumentativa do enunciado.

O sentido construído nesse trecho (T₄) é argumentativo e polifônico, como nos trechos anteriores, dado pela inter-relação entre os encadeamentos argumentativos (EA₇, EA₈) e pelas AIs (AI₇ e AI₈), assim obtemos o BS₄, conforme demonstrado a seguir:

Ter competição DC não legalizar (AI₇) + *Vender legalmente a maconha DC sofrer prejuízos* (AI₈).

AI₇ + AI₈ ⇒ BS₄



BLOCO SEMÂNTICO 4 (BS₄) = Legalizar a droga PT não ter lucros

Percebe-se pela constituição do BS₄ que o sentido advém da interdependência semântica entre os encadeamentos argumentativos, nesse caso constituímos o bloco semântico, BS₄, expresso no discurso *legalizar/terminar lucros*, cujo aspecto argumentativo

evocado é *Legalizar a droga PT não ter lucros*. Esse é o aspecto evocado no trecho (T₄), que é assumido pelo locutor. Trata-se de um encadeamento paradoxal (A PT neg-B), porque, ao invés de ser positiva a legalização, ela faria com que os pequenos produtores, que atualmente podem fornecer maconha para casos determinados ligados à saúde, perdessem espaço no comércio da droga, de modo que o aspecto assumido é contrário às supostas crenças sociais e somente pode ser compreendido por sua materialidade linguística, ou seja, no discurso. Lembramos que Carel e Ducrot (2005, p. 88, tradução nossa)¹⁸⁸ entendem como paradoxal “o encadeamento que se ‘opõe’ a significação léxica de um dos seus segmentos”.

Podemos exemplificar essa noção de paradoxo, conforme descrito na seção 2.4, com o enunciado *Se Pedro disse isso, portanto não o pensa*, que tem como AI *disse DC neg-pensa*, que é paradoxal porque *Pedro disse* tem como AE *Pedro disse isso PT neg-pensa*, que pertence ao aspecto *disse PT neg-pensa*. A troca de conector demonstra como um encadeamento X DC Y é paradoxal, porque na AE de X temos X PT Y¹⁸⁹.

Após essas análises, confirma-se que se deve entender a descrição semântica como um conjunto de conhecimentos analisados para identificar o sentido de cada enunciado em determinada situação linguística. Conforme Graeff (2011, p. 215-216, grifo do autor),

A significação terá a forma de uma instrução como: *procure a conclusão r para a qual o enunciado P é melhor argumento que o enunciado P’*. [...] É ideia central da ADL que uma conclusão não se explica apenas a partir do fato expresso por um segmento A, mas por meio da forma linguística de A, o que significa que a argumentação está marcada na língua, inscrita na frase que é entendida como uma estrutura abstrata, cuja significação contém instruções para decodificar o sentido dos enunciados possíveis.

As instruções dadas pelas frases que identificamos, na maioria dos casos, não estão estruturalmente ligadas aos enunciados, de modo que é o discurso que orienta para determinadas conclusões.

Apresentamos, a seguir, a análise do último trecho discursivo selecionado (T₅), no qual observamos a presença do *não* polifônico:

¹⁸⁸“es paradójico el encadenamiento que se ‘opone’ a la significación léxica de uno de sus segmentos.”

¹⁸⁹ Cf. Carel e Ducrot (2005, p. 82).

(T₅) **S₁**. Outro fator que mobilizou apoio ao “**não**” foi o temor de que, com a legalização, a droga californiana pudesse abastecer o mercado negro de outros estados. **S₂**. A queda do preço da maconha provavelmente faria com que muitos dos atuais pequenos produtores fossem buscar consumidores no restante dos Estados Unidos onde o uso da droga para fins recreativos continua sendo proibido. [...] **S₃**. **Apesar de** toda a resistência dos *mom and pop growers*, o movimento em favor do “sim” não desistiu. [...] **S₄**. se a votação ocorrer no mesmo dia da eleição presidencial de 2012, o comparecimento em **maior** número de jovens será capaz de reverter o resultado (EXAME, 1 dez. 2010, p. 121).

S₁(AE) à direita: legalizar a droga californiana DC vender em lugares proibidos.

S₂(AE) à direita: cair o preço da maconha DC buscar outros mercados consumidores.

$S_1 + S_2 = EA_9$: Votar “*não*” no referendo de legalização da maconha DC não abastecer o mercado negro (A DC neg-B).

AI₉ → Legalizar a maconha DC abastecer mercado negro (A DC B)

S₃(AE) à direita: pequenos produtores¹⁹⁰ resistem PT movimento do sim não desistiu.

S₄(AE) à direita: votar no mesmo dia da eleição presidencial DC maior número de jovens para reverter o resultado.

$S_3 + S_4 = EA_{10}$: Movimento em favor do “*sim*” não desistiu DC votar novamente no dia da eleição presidencial (A DC B).

AI₁₀ → Não desistir DC defender a legalização (neg A DC B)

Observa-se que a constituição do sentido do trecho (T₅) é dada pela interdependência entre os encadeamentos argumentativos oriundos da segmentação do trecho discursivo, conforme estabelecido no dispositivo de análise (Figura 5).

O apoio de ativistas contrários à legalização se refere à preocupação com a legalização da droga e a competição, que poderiam fazer os plantadores recorrerem ao abastecimento do mercado negro; constituindo o (EA₉): *Votar “nãõ” no referendo de legalização da maconha DC não abastecer o mercado negro*. Mesmo com resultado negativo, lê-se em (T₅) que os ativistas pretendem coletar assinaturas para o novo referendo, por isso o encadeamento (EA₁₀)

¹⁹⁰ Denominados de produtores *mom and pop growers*, que se traduz como “*produtores papai e mamãe*”.

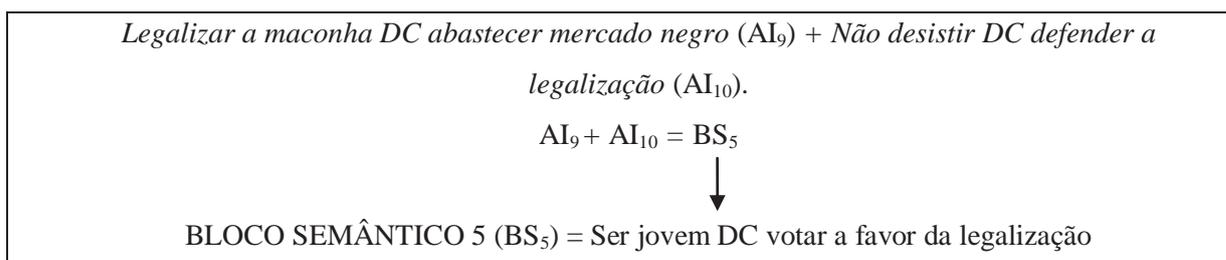
Movimento em favor do “sim” não desistiu DC colher assinaturas para novo referendo no dia das eleições presidenciais. Desses EAs, as argumentações internas parafraseiam o sentido para posteriormente originar os blocos semânticos, são respectivamente (AI₉) *Legalizar a maconha DC abastecer mercado negro* e (AI₁₀) *Não desistir DC defender a legalização*.

Percebe-se como o valor argumentativo da palavra é a orientação que ela dá ao discurso (DUCROT, 1988), pois o emprego dela torna possível, ou impossível, determinadas continuações; o “não” presente no trecho discursivo, por sua polifonia constitutiva, permite determinada continuação. A relação da legalização com a queda do preço pode ter por consequência a necessidade dos pequenos produtores buscarem novos mercados, no caso o mercado negro no restante dos EUA. Isso porque eles não conseguiriam acompanhar a produção em maior escala, das grandes empresas que viriam a ser constituídas.

Na AE do Segmento 3 (S₃), temos *Pequenos produtores resistem PT movimento do sim não desistiu*; nesse segmento discursivo, a conjunção *apesar* pode ser representada pelo conector PT (*pourtant*). Mesmo com o posicionamento contrário à legalização, os ativistas do “sim” não desistiram e pretendem novo referendo. Cabe lembrar que a concessão “[...] manipula argumentações implícitas ou explícitas, é preciso reconhecer nestas toda a utilidade que se reconhece na concessão no que diz respeito à atividade persuasiva” (DUCROT, 2009, p. 24). Destacamos que, somente através da relação de S₁ com S₂, mediada pelo conector, que é possível construir o sentido, dando origem a um bloco semântico.

Em relação aos operadores, a presença do (MR) *maior* no segmento discursivo que diz: “o comparecimento em *maior* número de jovens será capaz de reverter o resultado”. Esse modificador realizante atua para intensificar a força argumentativa do enunciado, mas sem trazer novo sentido a eles. Desse modo, o sentido do enunciado é formado pela descrição da enunciação, partindo das orientações argumentativas influenciadas pela presença dessa conjunção transgressiva que está explícita.

Apresentamos, já próximos das etapas finais de análise, a interdependência entre (AI₉) e (AI₁₀) identificadas no (T₅) que constituem o BS₅:



No trecho discursivo (T₅), percebemos que o movimento favorável ao “sim” busca alternativas para fazer novo referendo, pois, após conseguir novas assinaturas, pretende-se fazer a votação no dia das eleições presidenciais de 2012. A nova votação nessa data teria grande presença de jovens e os ativistas acreditam no favoritismo deles pelo “sim”, construindo, desse modo, o bloco semântico expresso no discurso que associa *juventude/votar a favor*, do qual identificamos o aspecto argumentativo evocado pelo locutor: *Ser jovem DC votar a favor do sim*.

Reafirmando, em concordância com Ducrot (1988, p.56), que “descrever uma língua é descrever as frases dessa língua”; ao visar à identificação do seu valor semântico, descrevemos o sentido das frases que compõem os trechos discursivos até constituir o BSG. Assim, defendemos que a compreensão leitora é uma máscara assumida pelo locutor diante de determinado encadeamento argumentativo expresso no discurso entre as possibilidades presentes no quadrado argumentativo. Bakhtin qualifica uma categoria de textos de “mascarada”, dito por Ducrot (1987, p. 161): “[...] o autor assume uma série de máscaras diferentes” oferecidas como possibilidades de orientação argumentativa em A CONECTOR B mais a negação. Neste estudo, a metáfora é também uma máscara do sentido, a qual é identificada pela compreensão leitora na constituição dos encadeamentos argumentativos que fazem do sentido a continuação do discurso.

Devemos considerar ainda que estudar a descrição do sentido da metáfora sob a perspectiva teórica da ADL/TBS amplia a compreensão e utilização desse recurso como possibilidade argumentativa, além de estilística. Segundo Graeff (2011, p. 4), “cumpre lembrar, aqui, que na ADL o sentido de um trecho de discurso reside em sua orientação, nas continuações que lhe podem ser dadas”. Os encadeamentos presentes no discurso remetem ao sentido argumentativo do título metafórico: a competição é “pela” droga e “é” uma droga. Compete-se por vender mais e mais barato, caso exista a legalização isso é ruim, pois é, conotativamente falando, “uma droga”. O leitor compreende a metáfora existente no título da reportagem jornalística analisada, à medida que lê a reportagem e associa as AE e AI originadas tanto das palavras plenas, *competição* e *droga*, quanto do enunciado metafórico com os encadeamentos argumentativos originados do texto. “O ponto importante, a meu ver, é que esta incitação para agir ou esta obrigação de responder são *dadas como efeitos da enunciação*” (DUCROT, 1987, p. 163). A enunciação exige que tenhamos uma ou outra compreensão leitora no intermédio que assumimos um ponto de vista.

A proposta neste estudo é de se realizar leitura e sua compreensão a partir da constituição dos blocos semânticos existentes nos trechos da reportagem pelos quais, na inter-relação, pode-se apreender o sentido global do discurso, que se relaciona com o título metafórico e os encadeamentos dele originados. As análises das palavras plenas evidenciam que o enunciado do título metafórico pode ser entendido nas relações que o ligam com o discurso que lhe segue, nesse caso, no tecido textual da reportagem jornalística. Isso porque o sentido, na perspectiva da TBS, constitui-se pela interdependência entre os encadeamentos argumentativos, cujas argumentações internas são responsáveis por originar os blocos semânticos dos trechos discursivos analisados, que remetem ao título metafórico.

Conforme previsto nos procedimentos metodológicos (seção 4.2), transcrevemos a seguir blocos semânticos (BS₁, BS₂, BS₃, BS₄, BS₅) percebidos em cada trecho analisado e a inter-relação entre eles para identificar o Bloco Semântico do Sentido Global do Discurso (BSG):

(T₁) – BS₁: Plantar maconha PT votar contra legalização

(T₂) – BS₂: plantar maconha PT ter decisões lúcidas

(T₃) – BS₃: ter competição DC vender menos

(T₄) – BS₄: legalizar droga PT não ter lucros

(T₅) – BS₅: ser jovem DC votar a favor da legalização

Após a interdependência entre os blocos semânticos, correspondentes aos trechos discursivos da reportagem analisada, foi identificado como bloco semântico do sentido global do discurso (BSG) *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*, que é um encadeamento *linguisticamente paradoxal* (LP).

Para explicar linguisticamente o paradoxo, conferido pelo BSG, buscam-se argumentações presentes na reportagem, afinal, se a *competição é uma droga*, o *plantador vota contra*. O encadeamento argumentativo referido demonstra que, pelo fato de legalizar os produtores de maconha, eles julgam que a competição é uma droga, construindo a categorização da competição e que se relaciona com o título metafórico da reportagem analisada. Entende-se que os plantadores votaram contra, porque, para eles, a competição não seria boa. O motivo que fez com que os plantadores de maconha, para os quais a economia depende da erva, votassem contra a liberação foi o receio de vender menos e ter os lucros diminuídos devido à concorrência que teriam com empresas de grande porte. Esse receio à competição fez com que optassem pelo não; logo, é possível afirmar a metáfora presente no

título “*a competição é uma droga*”. Assim, temos o que comenta Carel (1997, p. 29): “é o encadeamento que é a unidade de sentido” no discurso, do qual se assume um ponto de vista, diga-se, um encadeamento, a metáfora argumenta em prol da nova categorização que constrói.

Visto o sentido ser uma continuação discursiva, devem ser reconhecidas as palavras e os enunciados paradoxais, uma vez que interferem na constituição do BSG. Assim, o paradoxo pode ser descrito em termos linguísticos, dito por Carel e Ducrot (2005, p. 85, tradução nossa)¹⁹¹:

Em nossa teoria, dão o conjunto de nossos pressupostos, estamos obrigados a dizer que existem palavras paradoxais. Essa é uma consequência importante no que concerne à filosofia da linguagem, porque temos a impressão que a linguagem expressa o pensamento da sociedade e esse pensamento não pode ser paradoxal, dado que o paradoxo se opõe, precisamente, ao pensamento social.

Como os teóricos Carel e Ducrot (2005) mencionam, o que faz um discurso argumentativo é a interdependência semântica entre seus constituintes, esses vínculos podem estar inscritos na língua, de modo estrutural, ou podem ser inscritos pelo discurso mesmo, como ocorre na reportagem jornalística analisada. É possível perceber que na reportagem em foco a argumentação é paradoxal, no discurso global e nos particulares também.

De acordo com o sentido do título metafórico (BST)¹⁹² e da reportagem (BSG)¹⁹³, as teorias ADL/TBS demonstram que o sentido global do discurso é argumentativo e interdependente; guiado pela continuação das palavras no discurso, nesse caso, pela continuação do sentido do título na reportagem, o que confirma a hipótese (H1) – o texto é um bloco semântico global – como tal inscrito no sistema linguístico realizado pelo encadeamento argumentativo complexo que é o discurso. O conteúdo posto pelo locutor permite entender a reportagem como argumentativa e polifônica, cujo sentido e forma na interdependência semântica entre a metáfora do título e o discurso expresso na reportagem analisada. O leitor busca o sentido do discurso através das instruções dadas pelo texto/frase, o que reafirma a tese da ADL/TBS de que a argumentação está na língua; portanto, no discurso, que é a realização concreta dela. Isso está em conformidade com o que comenta Azevedo (2006, p. 70):

¹⁹¹“En nuestra teoría, dado el conjunto de nuestros presupuestos, estamos obligados a decir que existen palabras paradójicas. Esta es una consecuencia importante en lo que concierne a la filosofía del lenguaje, porque tenemos la impresión de que el lenguaje expresa el pensamiento de la sociedad, u este pensamiento no puede ser paradójico, dado que la paradoja se opone, precisamente, al pensamiento social”.

¹⁹²*Disputar consumidores DC ser ruim.* (AI do título metafórico)

¹⁹³*É plantador de maconha DC vota contra a legalização.* (BSG)

[...] a mesma relação argumentativa que constitui o enunciado é a responsável pela articulação entre os enunciados que formam a unidade semântica do discurso. Se um discurso é uma sucessão de dois segmentos (argumento/conclusão), então pode ser que, no discurso, alguns enunciados exerçam a função de argumento em relação à determinada conclusão, e talvez seja essa a grande estrutura que confere sentido ao discurso.

Assim, o texto é formado por vários encadeamentos argumentativos (S₁ CONECTOR S₂) relacionados entre si na constituição de blocos semânticos que originam o BSG. A sucessão de segmentos é dada pelos encadeamentos argumentativos formados por predicados em *donc* e *pourtant* (AZEVEDO, 2006). Tais encadeamentos, pertencentes aos aspectos do quadrado argumentativo, constituem o sentido global do discurso, visto do ponto de vista da compreensão leitora. Em realidade, ao analisar o que menciona a pesquisa, podemos afirmar que os trechos (T₁, T₂, T₃, T₄ e T₅) argumentam entre si, de modo que constroem a argumentação no discurso por encadeamentos, por blocos semânticos. O sentido do título metafórico foi identificado a partir das AE que constituíram a AI correspondente. Nesta análise, retomamos a definição de argumentação linguística como os segmentos do discurso encadeados por um conector. Dito por Ducrot (2009, p. 21): “chamarei A o argumento e C a conclusão. Essa definição pode ser estendida aos encadeamentos que ligam, não duas proposições sintáticas, mas duas sequência de proposições, por exemplo, dois parágrafos de um artigo”.

A seguir, construímos o quadrado argumentativo (QA₁) que materializa a polifonia discursiva, à medida que apresenta os diferentes aspectos argumentativos que o locutor pode assumir. Uma vez que as possibilidades discursivas aparecem nos vértices do quadrado, é possível, através dos conectores prototípicos e da negação, perceber a argumentação presente na língua e assim descrever o sentido discursivo da reportagem jornalística. Delimitamos a construção de quadrados pertencentes ao bloco semântico dito doxal (BS₁), mas também ressaltamos que é uma possibilidade discursiva apresentada pela TBS a construção de blocos paradoxais. A argumentação interna da metáfora *A competição é uma droga* que consta no título dessa reportagem é por nós parafraseada como *Disputar consumidores DC ser ruim*, correspondente ao encadeamento (1.48) e formada pela relação entre as AE e AI das entidades lexicais, diga-se tópico e veículo que formam a metáfora, cujo sentido é identificado no encadeamento, ou seja, na continuação do discurso.

Prossegue a construção do Quadrado Argumentativo¹⁹⁴ (QA₁), correspondente à AI expressa no título metafórico (1.48) *Disputar consumidores DC ser ruim*, essa AI é o aspecto evocado pelo discurso expresso na metáfora e que será relacionado ao aspecto argumentativo evocado no bloco semântico global, que estabelece o sentido global do discurso.

QA₁¹⁹⁵ – (BST) “Disputar consumidores DC ser ruim” – AI do título (1.48)

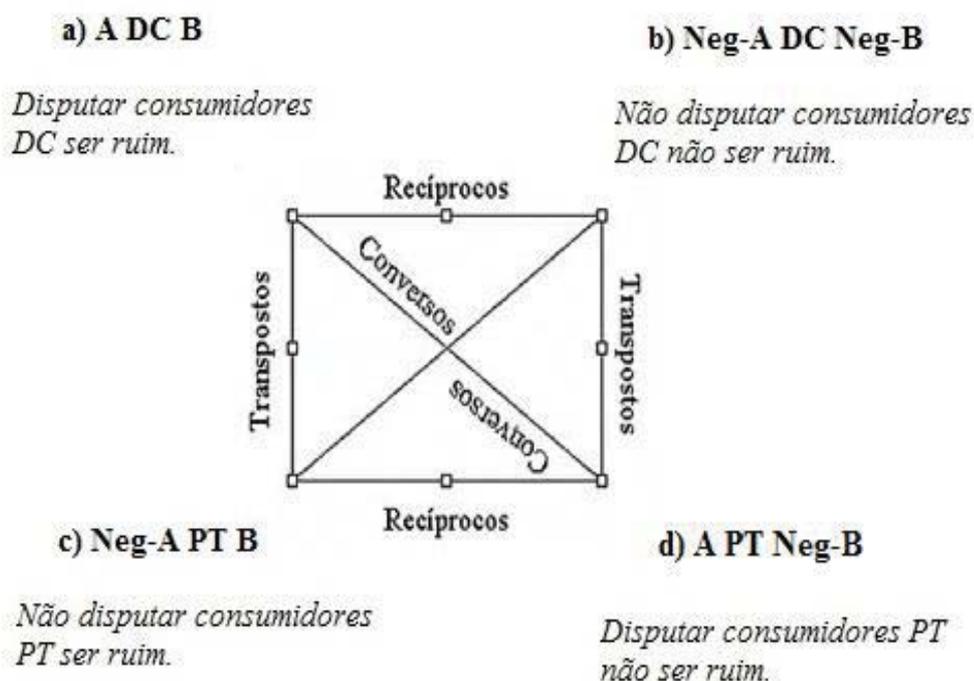


Figura 6 - Quadrado Argumentativo da AI do título metafórico

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme os procedimentos metodológicos, o Quadrado Argumentativo 1 (QA₁) permite identificar, por polifonia, o ponto de vista assumido/posto pelo locutor e as possibilidades de argumentação do discurso. Embora o locutor concorde com o aspecto manifestado pelo encadeamento (b) *Não disputar consumidores DC não ser ruim*, porque, se não há disputa, não é ruim, é a situação enunciativa em que vivem que constitui o ponto de vista assumido, ou, dito de outra forma, o aspecto evocado no discurso é (a) *Disputar consumidores DC ser ruim*. Para os pequenos plantadores de maconha e conforme o título

¹⁹⁴ Conforme Ducrot e Carel (2005, p. 45), “o quadrado argumentativo é formado pelos segmentos A e B que originam quatro aspectos de um mesmo bloco semântico e, entre os quatro ângulos do quadrado há uma relação discursiva”.

¹⁹⁵ Quadrado Argumentativo 1, conforme procedimento metodológico (h), capítulo 4, seção 4.2.

metafórico, o aspecto argumentativo assumido pelo locutor é normativo, A DC B, cujo conteúdo apresenta a competição como negativa. Caso fosse inquirido um futuro comerciante, de porte maior, possivelmente a competição seria favorável, é o que vamos perceber no decorrer da análise da reportagem – possibilidades de diferentes pontos de vista. A disputa de consumidores é negativa para aqueles cujas plantações são familiares e manuais, pois competindo com fornecedores maiores ficariam sem lucro. Ao apresentarmos o quadrado argumentativo nos seus quatro aspectos referentes à sua estrutura geométrica, é visto o movimento polifônico dado pelos diferentes pontos de vista expressos pelos enunciadores no discurso. É a diversidade de pontos de vista presentes no enunciado que caracteriza a polifonia e, por conseguinte, a argumentação.

Na reportagem analisada, há a orientação da estrutura linguística para a construção do sentido a partir de encadeamentos, o sentido da disputa orienta para ser algo ruim. Conforme as intenções deste estudo, consoante Freitas (2007, p. 64):

[...] *texto e discurso* – material linguístico e realização desse material, respectivamente – são compreendidos como duas unidades linguísticas semanticamente complexas que se constituem de uma rede de relações estabelecida entre subunidades interconectadas recursivamente – frases e enunciados, blocos e encadeamentos – e que são dotadas de sentido da unidade maior. Na verdade texto e discurso são sistemas que só poderão ser compreendidos ao ser interpretada cada uma de suas partes, bem como as relações existentes entre essas partes; ou melhor: cada parte, dada a complexidade do próprio sistema, só poderá ser compreendida, só adquirirá sentido na(s) relação (ões) que estabelece (m) com as demais, logo, como todo.

A rede de relações que constitui o discurso se organiza a partir de encadeamentos argumentativos que se manifestam a cada trecho da tessitura textual, trechos esses interconectados para a construção do sentido global do discurso, o qual pode ser identificado através do movimento argumentativo reconhecido pelas Argumentações Externas e Internas. O procedimento de identificar cada uma das partes selecionadas, os trechos discursivos, utilizando-se dos preceitos da TBS, permitiu compreender como elas se relacionam entre si, além de constatar a presença da polifonia no enunciado a serviço da argumentação que está inscrita na língua. Os aspectos do quadrado argumentativo, que são a realização do bloco semântico, configuram-se como possibilidades discursivas dadas pelo enunciado, que, para Ducrot (1987), é polifônico. Consideramos, conforme Freitas (2009, p. 37), “[...] se a argumentação está prevista na língua, determinando, portanto, a significação de suas entidades, o sentido de um enunciado, nessa perspectiva, é descrito pela posição que o locutor

assume em relação aos vários pontos de vista que atualiza por meio do enunciado”. No discurso analisado, essa posição do locutor se revela pela AI (1.48) *Disputar consumidores DC ser ruim*, paráfrase do título metafórico, e também pelas possibilidades que essa argumentação apresenta no QA₁.

Como dispositivo de análise, prossegue a construção do Quadrado Argumentativo (QA₂) correspondente ao BSG para demonstrar, posteriormente, os enunciadores (pontos de vista) e a posição do locutor ante eles: a polifonia e o movimento argumentativo que descrevem e constroem o sentido do discurso.

QA₂. BSG – “É plantador de maconha DC vota contra a legalização”.

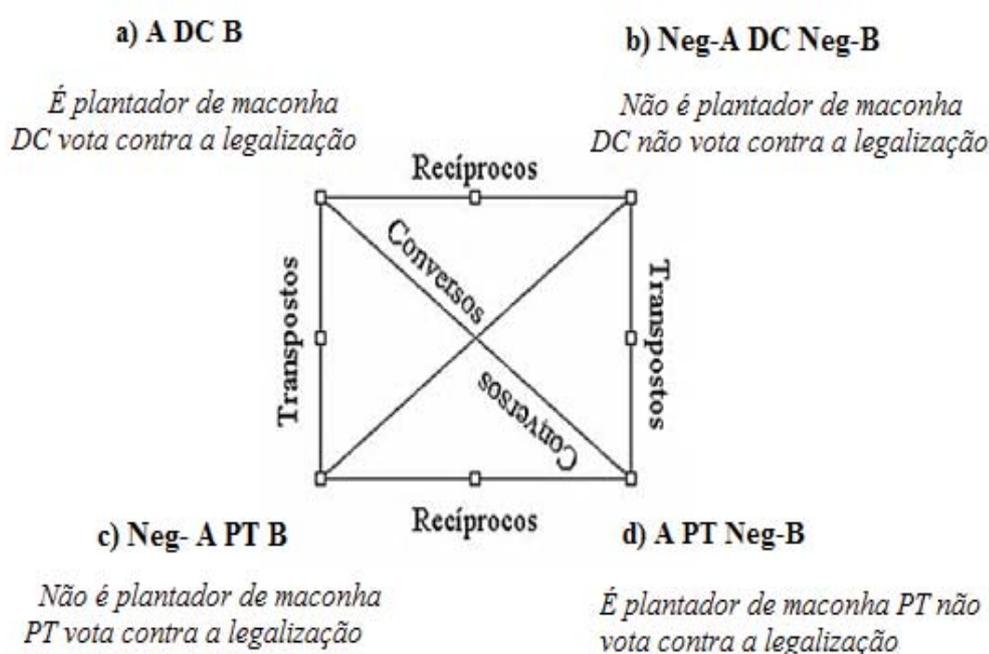


Figura 7 - Quadrado Argumentativo do BSG do discurso
Fonte: elaborado pela autora.

O quadrado argumentativo como recurso ilustrativo demonstra que o sentido do título metafórico e do discurso global é argumentativo e polifônico, conforme menciona a hipótese (H4). Na concepção polifônica, o sentido de uma entidade é descrito pela posição adotada pelo locutor em relação aos enunciadores e o QA demonstra os aspectos normativos e transgressivos do bloco semântico de sentido global do discurso, ou seja, as possibilidades discursivas. Cumpre lembrar que o locutor “é responsável pela enunciação, ou seja, é o termo que identifica teoricamente o ser que se apresenta como responsável pelo enunciado”

(CABRAL, 2010, p. 42). A possibilidade polifônica da argumentação defende que “o ponto de vista é uma forma de argumentação que apresenta o significado como resultado de uma seleção” (DONAIRE, 2000, p. 73, tradução nossa)¹⁹⁶.

O sentido global do discurso *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*, que se relaciona com o sentido do título metafórico, proporciona uma compreensão leitora de cunho crítico-argumentativo. Ao verificar os aspectos (a), (b), (c) e (d) do Quadrado Argumentativo do Sentido Global do Discurso (BSG) formado pela interdependência entre os BS₁, BS₂, BS₃, BS₄ e BS₅ serão percebidas as possibilidades polifônicas do discurso, assumidas pela compreensão leitora.

Os encadeamentos identificados demonstram que a argumentação está no discurso, ou como diz Ducrot (1988), na língua. Retomando a metáfora existente no título da reportagem analisada, afirmamos que ela é essencialmente argumentativa, pois na metáfora a argumentação se circunscreve¹⁹⁷ e ao ser lida o leitor identifica ao longo da reportagem que se trata de uma competição negativa. A compreensão leitora pode dar-se conforme a escolha de um ou outro aspecto do quadrado, porque “[...] assumir um enunciador (E) é atribuir à enunciação impor o ponto de vista desse enunciador [...] o que o locutor procura impor é o ponto de vista da personagem à qual o enunciador é assimilado” (DUCROT, 2008, p. 8).

Ao considerar que a matéria jornalística versa sobre a legalização de uma droga, a maconha, a metáfora é pertinente porque também apresenta um aspecto da temática droga/entorpecente e droga/coisa ruim, de maneira polissêmica. Há um processo de referenciação do título ao conteúdo da matéria, cuja leitura na íntegra confirma que a competição é negativa, o que é argumentado pelos encadeamentos identificados, de EA₁ a EA₁₀. Retomamos o título metafórico como um encadeamento argumentativo, temos *é competição DC é uma droga*. A partir das continuações discursivas, o Bloco Semântico do título (BST) que associa *competição/droga* tem-se como AI o aspecto evocado *Disputar consumidores DC ser ruim* (1.48). Uma vez que a disputa é ruim/uma droga no movimento argumentativo realizado pelos conectores DC/PT nos trechos discursivos, tem-se o Bloco de Sentido Global do Discurso(BSG) cujo aspecto argumentativo evoca *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*.

¹⁹⁶ “[...] un punto de vista es una forma de argumentación que presenta el significado como el resultado de una selección”.

¹⁹⁷ Cf. (H3), capítulo 4.

Os californianos, plantadores de maconha, votaram contra porque acreditavam que a competição *é uma droga*. Recorre-se ao contexto enunciativo para atribuir um sentido ao enunciado, não sem observar a estrutura sintática. Segundo Ducrot (1987), a estrutura linguística é que direciona as “instruções” na frase para a busca do sentido. De acordo com Graeff (2011, p. 230), “a Semântica argumentativa proposta por Ducrot não deixa dúvidas a respeito de que a construção pragmática do sentido não ocorre por empréstimo do contexto, mas pelo valor propriamente linguístico das palavras que temos de interpretar”.

Notamos que na reportagem analisada o locutor assume o aspecto (a) *É plantador de maconha DC vota contra legalização*, trata-se do aspecto argumentativo evocado no discurso, que nos fica claro após a leitura; esse encadeamento global explica-se pela AI do título metafórico (a) *Disputar consumidores DC ser ruim*, que é uma paráfrase do título “*A competição é uma droga*”. A hipótese que se refere ao movimento argumentativo resultante do sentido global do discurso, conforme exposto na (H2) “o aspecto evocado do Bloco Semântico expresso pelo título metafórico relaciona-se com o aspecto argumentativo evocado no texto”, comprova-se ao fazermos a relação entre o (BSG) *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*, porque a *competição é uma droga*, ou, *Disputar consumidores DC ser ruim* (BST).

A interdependência dos blocos semânticos (BS) constitui o sentido global do discurso, esse bloco é manifestado com suas possibilidades de encadeamentos através dos quadrados argumentativos (QA₁) e (QA₂), os quais demonstram a polifonia do discurso. Verificamos que o aspecto evocado do bloco semântico expresso no título metafórico (BST) tem relação com o aspecto evocado do (BSG), conforme previsto na (H2), e que a metáfora do título orienta para um BSG paradoxal.

A seguir, conforme o último procedimento proposto¹⁹⁸, apresentam-se os quadros-síntese (quadros 4, 5, 6 e 7) a partir dos encadeamentos AE e AI oriundos das palavras plenas do título e do texto/enunciado. Reiteramos o título metafórico *A competição é uma droga* e a AI que corresponde ao BSG para demonstrar o resultado da análise a partir dos procedimentos metodológicos e visualizar os conceitos aplicados e a estreita relação entre título-texto. Encerramos a análise da reportagem jornalística com o quadro-síntese 7, no qual se pode

¹⁹⁸ Construção de um quadro-síntese com as AE/AI do título metafórico e do texto para demonstrar o resultado da análise a partir dos procedimentos metodológicos, no sentido de visualizar os conceitos da TBS aplicados e os respectivos encadeamentos argumentativos identificados na relação título-texto.

demonstrar o movimento argumentativo das palavras plenas do título-metáfora e do discurso. Vejamos o que consta no Quadro 4:

AE à direita e à esquerda da entidade lexical <i>competição</i>	AE à direita e à esquerda da entidade lexical <i>droga</i>
(1.1) Ter competição DC ter rivalidade/agressividade.	(1.11) É droga DC ser ruim.
(1.2) Ter competição DC ser ruim.	(1.12) É droga DC prejudica saúde.
(1.3) Existir competição DC ser uma droga.	(1.13) É droga PT tem fins medicinais.
(1.4) Ter competição DC não vender ou vender pouco.	(1.14) Ser droga DC ser ilegal.
(1.5) Competição pelo comércio da droga DC correr risco de ter prejuízo.	(1.15) Ser droga PT legalizar.
(1.6) Ter competição pela venda da droga PT vender.	(1.16) Ser droga PT ser fonte de renda.
(1.7) Existir mais fornecedores DC ter competição.	(1.17) Droga faz mal PT usar.
(1.8) Existir comércio de drogas DC existir competição.	(1.18) Fazer mal DC ser uma droga.
(1.9) Existir mercado para compra da droga PT ter competição.	(1.19) Ter alucinações DC estar sob efeito de drogas.
(1.10) Ser plantador legalizado há bastante tempo PT temer a competição	(1.20) Votar contra a legalização PT não estar sob efeito da droga

Quadro 4 - Argumentações Externas das palavras plenas *competição* e *droga*

Fonte: elaborado pela autora.

A análise do Quadro 4, que ilustra as argumentações externas à direita e à esquerda das entidades lexicais que constituem o título metafórico, faz com que se perceba o movimento argumentativo no discurso, dado pelos conectores DC/PT, que convocam blocos semânticos. Esse quadro evidencia como a argumentação está inscrita na língua, conforme explica Freitas (2007, p. 170): “os conectores, os operadores e as palavras plenas da língua (substantivos, verbos, advérbios, adjetivos) convocam encadeamentos argumentativos que, através da interdependência semântica entre os enunciados, constituem os blocos semânticos e orientam a argumentação nos discursos”. É visível como as novas categorizações de *competição* e *droga* são realizadas por encadeamentos normativos/transgressivos e fazem parte da constituição do sentido da reportagem, desde observações sobre a droga ter fins medicinais e ser usada por muitas pessoas até o fato de influenciar a economia em escala.

O Quadro 5 ilustra as argumentações internas (paráfrases) das palavras do título:

AI da entidade lexical <i>competição</i>	AI da entidade lexical <i>droga</i>
(1.21) Ambição em comum DC ter disputa.	(1.27) Ruim DC não usar.
(1.22) Ter concorrência DC concorrer.	(1.28) Substância psicotrópica DC vicia.

(1.23) Ter drogas para vender DC querer vender.	(1.29) Algo dar errado DC é ruim.
(1.24) Baixar preços de venda PT disputar compradores.	(1.30) Ter prejuízo DC é ruim.
(1.25) Disputar comércio PT legalizar a droga.	(1.31) Causar efeito alucinógeno DC perder a razão.
(1.26) Concorrer com outrem PT vender.	(1.32) Causar danos à saúde PT usar.
	(1.33) Ser ilegal PT usar.

Quadro 5 - Argumentações Internas das palavras plenas *competição* e *droga*
Fonte: elaborado pela autora.

Pela visualização do Quadro 5, torna-se possível concluir que as entidades lexicais que compõem a metáfora constroem, através da continuação discursiva, encadeamentos que remetem cataforicamente ao sentido da reportagem.

No Quadro 6, demonstramos as AE e AI originadas do título metafórico, colocadas lado a lado para que se possa perceber semelhanças e diferenças diante dos encadeamentos que constroem o sentido argumentativo da reportagem.

Título <i>A competição é uma droga</i> AE do enunciado	Título <i>A competição é uma droga</i> AI do enunciado
(1.34) A competição é uma droga DC não competir.	(1.41) Competição DC disputa pela venda da droga.
(1.35) A competição é uma droga PT legalizar a venda.	(1.42) A disputa é uma droga DC ser ruim legalizar a maconha.
(1.36) A competição é uma droga DC competir é ruim.	(1.43) A disputa é uma droga PT gera lucros.
(1.37) A competição é uma droga DC ter prejuízos.	(1.44) Ser vendedor legalizado PT não quer disputar o comércio.
(1.38) Ampliar oferta DC a competição é uma droga.	(1.45) Vender droga DC disputar.
(1.39) Ser venda lucrativa DC a competição é uma droga.	(1.46) Ter mais fornecedores da droga PT não ser bom.
(1.40) Diminuir os lucros DC a competição é uma droga	(1.47) Disputar o mercado consumidor DC ter prejuízo.
	(1.48) <i>Disputar consumidores DC ser ruim</i>

Quadro 6 – AE e AI do título metafórico *A competição é uma droga*
Fonte: elaborado pela autora.

Destacamos o encadeamento (1.48) porque nossa compreensão leitora permite entender que é o aspecto argumentativo evocado e assumido pelo locutor. A metáfora ora analisada infere algo sobre o sujeito, mudando-lhe a categoria e o sentido, porque o encadeamento argumentativo qualifica uma palavra ou enunciado. “Como se pode verificar,

as possibilidades de argumentação não dependem unicamente dos enunciados entendidos como argumentos e conclusões, mas dependem do bloco semântico que a relação sintagmática ou discursiva constrói” (GRAEFF, 2011, p.227).

Para conferir a constituição dos blocos semânticos que originaram o BSG, são transcritos os encadeamentos argumentativos advindos dos trechos discursivos e suas respectivas argumentações internas. O Quadro 7 demonstra que o discurso é concebido como uma rede de relações de sentido, na qual as partes (enunciados) são interdependentes e organizadas de maneira que formam uma unidade única e complexa, um todo de sentido.

ENCADEAMENTOS ARGUMENTATIVOS (referentes aos T₁, T₂, T₃, T₄, T₅)	ARGUMENTAÇÕES INTERNAS	<table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td data-bbox="1066 819 1390 987">BLOCOS SEMÂNTICOS Originados das AI dos trechos discursivos</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 987 1390 1122">BS₁: plantar maconha PT votar contra a legalização</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 1122 1390 1223">BS₂: plantar maconha PT ter decisões lúcidas</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 1223 1390 1323">BS₃: ter competição DC vender menos</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 1323 1390 1424">BS₄: legalizar droga DC terminar lucros</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 1424 1390 1525">BS₅: ser jovem DC votar a favor da legalização</td> </tr> <tr> <td data-bbox="1066 1603 1390 1771">BLOCO DE SENTIDO GLOBAL DO DISCURSO (BSG) <i>É plantador de maconha DC vota contra a legalização</i></td> </tr> </table>	BLOCOS SEMÂNTICOS Originados das AI dos trechos discursivos	BS₁ : plantar maconha PT votar contra a legalização	BS₂ : plantar maconha PT ter decisões lúcidas	BS₃ : ter competição DC vender menos	BS₄ : legalizar droga DC terminar lucros	BS₅ : ser jovem DC votar a favor da legalização	BLOCO DE SENTIDO GLOBAL DO DISCURSO (BSG) <i>É plantador de maconha DC vota contra a legalização</i>
BLOCOS SEMÂNTICOS Originados das AI dos trechos discursivos									
BS₁ : plantar maconha PT votar contra a legalização									
BS₂ : plantar maconha PT ter decisões lúcidas									
BS₃ : ter competição DC vender menos									
BS₄ : legalizar droga DC terminar lucros									
BS₅ : ser jovem DC votar a favor da legalização									
BLOCO DE SENTIDO GLOBAL DO DISCURSO (BSG) <i>É plantador de maconha DC vota contra a legalização</i>									
EA ₁ : Ser californiano, criativo, vanguardista e libertário PT não aprovar o referendo sobre a legalização da maconha para uso recreativo.	(AI ₁): Residir na Califórnia PT não concordar com o referendo								
EA ₂ : A economia dos produtores legais depende da erva PT não votaram a favor da liberação da maconha.	(AI ₂): Dependem da erva PT não aprovar legalização								
EA ₃ : Não existir mau juízo sobre a legalização da maconha PT atingir a economia em escala.	(AI ₃): É droga PT gerar lucros								
EA ₄ : A droga causa efeitos alucinógenos DC não saber o que faz.	(AI ₄): Votar contra PT não estar drogado								
EA ₅ : Ser pequena propriedade DC votar contra o processo de “walmartização”.	(AI ₅): Ser pequeno produtor DC temer concorrência								
EA ₆ : Ter concorrência entre grandes e pequenos produtores DC diminuir o lucro com a venda da maconha.	(AI ₆): Competir pela venda DC vender mais barato								
EA ₇ : Aprovar a legalização da droga DC aumentar competição.	(AI ₇): Ter competição DC não legalizar								
EA ₈ : Disputar mercado de venda legalizada da maconha DC ter prejuízos.	(AI ₈): Vender legalmente a maconha DC sofrer prejuízos								

EA ₉ : Votar “não” no referendo de legalização da maconha DC não abastecer o mercado negro.	(AI ₉): Legalizar a maconha DC abastecer mercado negro	
EA ₁₀ : Movimento em favor do “sim” não desistiu DC votar novamente no dia da eleição presidencial.	(AI ₁₀): Não desistir DC defender a legalização	

Quadro 7 – Constituição do Bloco Sentido Global do Discurso (BSG)

Fonte: elaborado pela autora.

Observamos o funcionamento dos dispositivos oferecidos pela TBS mediante os quadros 4, 5, 6 e 7, os quais demonstram o movimento argumentativo que orienta o sentido discursivo, totalizando quarenta e oito encadeamentos oriundos do título metafórico e trinta e cinco oriundos dos trechos discursivos. Esse movimento argumentativo do aspecto evocado no bloco semântico do título (BST) em interdependência com os blocos semânticos expressos pelos trechos discursivos conduz ao aspecto argumentativo evocado no bloco semântico global do discurso (BSG), que descreve e constrói o sentido da reportagem jornalística analisada.

Confirmamos, portanto, que o argumento e a conclusão (A CONECTOR B) constituem-se de maneira recíproca e pela interdependência semântica existente nos trechos discursivos e constroem o sentido do discurso (título-texto). São os conectores DC/PT que instruem o movimento argumentativo por meio dos blocos semânticos e de maneira interdependentes constituem o BSG. Fica evidente que o texto é um bloco semântico constituído pela interdependência entre vários blocos semânticos que constituem o discurso complexo, conforme a (H1) deste estudo.

O discurso da reportagem jornalística foi segmentado e dele identificados os encadeamentos argumentativos dos segmentos discursivos. Posteriormente, demonstramos a constituição do Bloco Semântico a partir dos títulos metafóricos, comparando-o com o Bloco Semântico do Sentido Global do Discurso, oriundo da soma dos blocos semânticos dos trechos discursivos selecionados e também identificamos o ponto de vista (o encadeamento) assumido pelo locutor como compreensão leitora.

O título metafórico pode ser lido como um encadeamento argumentativo normativo *É competição DC é uma droga*, ele tem relação com o BSG *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*, que, por sua vez, é interdependente da AI expressa no título metafórico

Disputar consumidores DC ser ruim. Além de relacionarem-se em termos de sentido com as argumentações externas e internas oriundas das entidades lexicais que compõem o título metafórico, uma vez que a nova categorização das palavras *competição* e *droga* orientam o sentido da reportagem. É preciso que a compreensão leitora perceba o porquê do novo conceito de *competição* como algo ruim/uma droga e isso ocorre de maneira mais produtiva se utilizadas as categorias de análise selecionadas da TBS. O sentido global do discurso está em estreita interdependência com o sentido do título, pois, sem dúvida, identificamos ser a metáfora argumentativa que argumenta em direção ao sentido do texto.

Assim, temos que “é ruim” (é uma droga disputar a droga) competir, os plantadores votaram contra a legalização da maconha no referendo ocorrido. Esse é o movimento argumentativo do título para o texto pelo qual a compreensão leitora identifica, com auxílio da TBS, o sentido paradoxal da reportagem jornalística objeto deste estudo. Desse modo, confirmamos a hipótese (H2), que relaciona um aspecto evocado do bloco semântico expresso no título metafórico com o aspecto argumentativo evocado pelo texto, para identificar o sentido do discurso manifestado na reportagem analisada.

Para finalizar a análise da reportagem jornalística, *corpus* desta pesquisa, questionamos: qual o papel da metáfora na argumentação? Ou ainda, na atividade argumentativa? Respondemos conforme as descrições semânticas realizadas sob a perspectiva da TBS, que argumentar consiste em encadear enunciados-argumento e enunciados-conclusão que compõem blocos semânticos. Para ADL/TBS, o sentido é constituído por encadeamentos e não por informações; caso tomássemos apenas a informação dada pela metáfora presente no título da reportagem, não seria possível a compreensão leitora, de modo que é preciso investigar as instruções dadas pelas frases para, na continuação discursiva, depreender a significação com auxílio da TBS.

Assim, retomamos que o BSG tem origem na interdependência entre os aspectos argumentativos (normativos ou transgressivos) evocados nos respectivos blocos semânticos dos trechos (T₁, T₂, T₃, T₄, T₅) “*É plantador de maconha DC vota contra a legalização*”. Desse modo, a compreensão leitora da reportagem jornalística mostra que ambos os encadeamentos *disputar consumidores é ruim DC a competição é uma droga* faz com que os plantadores de maconha votem contra a legalização. Essa relação da AI do título metafórico requer interdependência com o que consta no discurso, com as outras argumentações internas e externas descritas.

As análises da reportagem jornalística puderam comprovar que o sentido está na língua, o leitor não depende do mundo exterior para a construção do sentido do texto. O sentido depende dos blocos semânticos estabelecidos e dos encadeamentos argumentativos selecionados pelo locutor em sua compreensão leitora. Dito por Carel e Ducrot (2005, p. 13): “a argumentação não se agrega ao sentido, mas constitui o sentido”. Foi possível perceber uma possibilidade de aplicação dos estudos de Ducrot e seus colaboradores, que buscam compreender quais as representações geradas por aquilo que falamos quando falamos; trata-se de compreender a língua pela própria língua.

Cumpridos os procedimentos metodológicos propostos, findamos essa análise à guisa de maior interesse em seguir com os estudos de aplicação da ADL/TBS. As explicações acerca da efetivação do dispositivo de análise em relação às hipóteses de pesquisa estão presentes, a seguir, nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas palavras de uma pesquisa complexa, como foi esta, que buscou acercar-se dos principais conceitos de uma teoria mais densa ainda, a Semântica Argumentativa, tendem a permanecer insuficientes. Isso porque a TBS é instigante e convida a um maior aprofundamento das leituras e a novas análises, que não foram realizadas neste estudo devido ao recorte teórico-metodológico estabelecido e a situação em que tal trabalho se insere, uma Dissertação de Mestrado com ciclo temporal delimitado. Mediante esse contexto de estudo e da pesquisa realizada, retomamos a temática pesquisada, o problema de pesquisa, a hipótese global e também os objetivos previstos, conforme comentado na sequência, para apresentar nossas considerações finais.

Optamos por estudar o sentido global do discurso, analisando-o em uma reportagem jornalística cujo título é uma metáfora, de modo a estabelecer relação entre o texto como um Bloco Semântico composto pelo bloco de sentido global do discurso e o bloco semântico do título metafórico e, desse modo, arquitetar a compreensão leitora pela perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua (ADL) e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Mediante esse escopo teórico, propusemos uma aproximação dos estudos e teorias sobre a metáfora e a compreensão leitora.

Assim realizado, entendemos, por decorrência do estudo, que a descrição semântica de uma reportagem jornalística com título metafórico (e não mais) foi suficiente para desenvolver os fundamentos teórico-metodológicos desta dissertação. Isso porque a densidade dos procedimentos metodológicos exige que haja espaço hábil para desenvolver as análises dos trechos discursivos. Esse *corpus* de pesquisa possibilitou demonstrar que o discurso metafórico é polifônico, argumentativo, e que podemos identificar o sentido global do discurso pela relação entre os aspectos argumentativos evocados dos blocos semânticos oriundos do título metafórico e do texto-discurso.

Quando nos propusemos a analisar o sentido global do discurso, muitos gêneros textuais vieram-nos à mente, como *corpus* de análise, dada a própria plasticidade da TBS. A necessidade de ser um gênero atual e com alguma originalidade em relação a outros estudos já feitos, que pudesse contribuir para o desenvolvimento do senso crítico de possíveis leitores que venham a ler este trabalho, possibilitou encontrar um interessante *corpus* – a reportagem jornalística. Avaliamos que esse *corpus* de pesquisa oportuniza desenvolver uma proposta de

compreensão leitora pela abordagem da ADL/TBS, que poderá contribuir para um ensino/aprendizagem da língua materna, de forma mais estruturada e, por consequência, mais analítica. Além disso, o gênero reportagem jornalística (com ou sem títulos-metáforas) é muito lido atualmente, responsável por formar as opiniões dos brasileiros de forma quase singular, por isso a aplicação deste estudo permite novas possibilidades de leitura.

A construção da opinião para defesa de um ponto de vista é crucial em uma sociedade como a nossa, para podermos escolher e entender mais o que nos cerca cotidianamente. Perceber que a argumentação circula em todas as esferas discursivas é de uma significância tamanha, pois transforma as pessoas em leitores críticos, metaforizando, que “vê blocos argumentativos por tudo ao seu redor”. Por esse viés, temos a língua como um instrumento de argumentação, portanto é preciso atentar para seu uso. O leitor, também pela TBS, é um pesquisador, ele recorrerá à argumentação presente/inerente no discurso para resgatar o sentido.

Diante da problematização apresentada, estabelecemos como hipótese global neste estudo: “O título metafórico é um encadeamento argumentativo que, analisado pela TBS, permite a compreensão leitora de que o texto é um Bloco Semântico, único e global, composto pelo bloco semântico do título em estreita relação com os demais encadeamentos argumentativos que constroem o sentido global do discurso”.

Diante dessa questão, ratificamos que o discurso metafórico é argumentativo; por isso, associamos a estrutura da metáfora à estrutura do encadeamento argumentativo proposto por Carel (2007), na TBS, para descrever sua relação com o sentido global do discurso. Propusemos estudar/analisar a argumentação existente no título metafórico, mas também como essa metáfora se observa discursivamente ao longo do texto/discurso. Desse modo, configuramos, também, que o quadrado argumentativo oriundo do título metafórico tem um aspecto argumentativo evocado que se relaciona com o quadrado composto pelo sentido global do discurso. Os quadrados argumentativos (QA₁ e QA₂) permitiram a análise da posição do locutor de modo que tais aspectos são possibilidades que o enunciador pode assumir ou não, além de gerarem novo sentido a partir da nova categorização dada pela metáfora.

Através dos dispositivos da “máquina de descrição semântica”, elaborada como procedimento metodológico, neste trabalho, procedemos à análise da reportagem jornalística, de circulação nacional, que apresenta um título metafórico para comprovação das hipóteses desdobradas da hipótese global de pesquisa, à luz da Semântica Argumentativa (ADL/TBS), através das quais descrevemos o sentido global do discurso. A hipótese (H1), de que “o texto

é um bloco semântico”, foi investigada ao identificarmos os encadeamentos argumentativos (em DC e PT) que, por meio de sua interdependência semântica, compõem blocos semânticos responsáveis pelo sentido. A aplicação dos procedimentos metodológicos confirmou a segunda hipótese (H2), ou seja, “O aspecto argumentativo evocado do Bloco Semântico do título metafórico tem relação com os demais aspectos evocados pelos Blocos Semânticos expressos no movimento argumentativo, que resulta um bloco de sentido global do discurso”.

Ao descrever semanticamente as palavras plenas da metáfora, demonstramos seu caráter argumentativo comprovando a hipótese (H3): as metáforas são recursos argumentativos e nelas a argumentação se circunscreve, está na língua, de modo que há relação de sentido entre o título metafórico e o texto porque se verificam desdobramentos da metáfora no decorrer do discurso e no movimento argumentativo do discurso. Para mostrar que o discurso metafórico é argumentativo e polifônico, verificamos que diante dos aspectos do bloco semântico construído, após a identificação dos encadeamentos argumentativos oriundos do tópico e veículo da metáfora, configuram-se aspectos como possibilidades que o enunciador pode assumir ou não. Tais possibilidades relacionam-se com a escolha do sentido, no que se refere à metáfora a partir da nova categorização.

Em sequência, ao analisarmos os vértices dos quadrados argumentativos oriundos da argumentação interna do título metafórico e do sentido global do discurso (BSG), percebemos as possibilidades de pontos de vista manifestadas como compreensão leitora, isto é, as escolhas do locutor de um entre outros possíveis pontos de vista que confirmam nossa quarta hipótese (H4): o “sentido do título metafórico e do discurso global é argumentativo e polifônico”. A quinta hipótese (H5) foi confirmada ao notarmos que a aplicação da TBS permite a análise do sentido discursivo para compreensão leitora, através da demonstração de um ponto de vista assumido/posto pelo locutor, ou seja, propicia o entendimento/compreensão leitora da reportagem jornalística como gênero argumentativo-polifônico.

O objetivo geral deste trabalho buscou descrever o sentido global do discurso que se relaciona com o sentido do título metafórico, proporcionando uma compreensão leitora de cunho crítico-argumentativo, foi cumprido. Em realidade, a argumentação presente no título metafórico orienta para a construção do sentido da reportagem, como possibilidade de compreensão leitora. Também foram cumpridos, mediante os dispositivos de análise, os objetivos específicos. Identificamos as Argumentações Externas e Internas das palavras plenas do título metafórico (quadros 4 e 5) e dos segmentos textuais em trechos discursivos

selecionados, em busca do sentido assumido no enunciado pelo locutor, tendo como ponto de partida a interdependência semântica entre S_1 CONECTOR S_2 . Posteriormente, construímos os quadrados argumentativos conforme os blocos semânticos e aproximamos esses blocos semânticos correspondentes aos aspectos argumentativos evocados que melhor representam a metáfora e o discurso, no que diz respeito à argumentação manifestada. Identificamos o ponto de vista assumido pelo locutor, conforme a compreensão leitora pela polifonia.

Foi possível perceber que o sentido global do discurso, manifestado pelo aspecto *É plantador de maconha DC vota contra a legalização*, relaciona-se ao sentido do título metafórico, cujo aspecto evocado e assumido pelo locutor é *Disputar consumidores DC ser ruim* (Quadro 7). Esses encadeamentos, que se movimentam no discurso, estão em conformidade com o título metafórico “É competição DC é uma droga”, que caracteriza o discurso na reportagem analisada como predominantemente paradoxal. Ainda destacamos que o aspecto argumentativo evocado pelo BSG da reportagem é linguisticamente paradoxal, uma vez que o paradoxo está na língua mesma, marcado pela oposição da AE do encadeamento argumentativo formado pelo sintagma. Notamos como o paradoxo consiste em colocar-se um DC ou um PT; discursivamente, o mais recorrente (normal) seria um PT ou um DC, ou seja, há troca de conector e, na existência de troca de conector, o encadeamento passa a ser doxal. O fato de os produtores de maconha serem contrários à legalização contradiz o senso comum e demonstra como o sentido é uma fabricação discursiva. A aplicação do modelo metodológico permitiu identificar que a argumentação é paradoxal, no discurso global e nos particulares também, confirmando as noções conceituais da TBS de que a existência do paradoxo mostra que a língua pode cristalizar no léxico crenças opostas ao sentido comum.

A intenção de combinar a Teoria da Argumentação na Língua com a Teoria dos Blocos Semânticos para descrever o sentido global do discurso, que se relaciona com o sentido do título metafórico, propôs uma metodologia embasada em um esquema de análise (Figura 5) do título metafórico para a compreensão leitora do discurso, e, desse modo, consideramos o discurso como polifônico e o sentido pode ser assumido conforme a compreensão leitora. Assim, a parte finalizadora da análise da reportagem realizou essa descrição do movimento argumentativo que se desenvolveu através do título metafórico no decorrer do fio do discurso da reportagem analisada.

Ao estudarmos a metáfora sob a perspectiva da TBS, observamos que o título metafórico se relaciona com a semântica de determinada língua, convocando todo um

paradigma de signos. Há um paradigma de possibilidades às quais um tópico pode ser associado para construir uma metáfora. Por meio das análises dos trechos discursivos e da identificação dos encadeamentos pertencentes aos blocos semânticos, é mantida a hipótese, em paráfrase com Ducrot (1988), de que a *argumentação está na metáfora*. Uma vez que “argumentar é formar blocos semânticos”, ou “estabelecer encadeamentos argumentativos em DC e PT” (CAREL, 2009, p. 84), a metáfora, ao formar blocos semânticos, confirma mais uma vez a hipótese de ser argumentativa, em concordância com a proposta da ADL/TBS de estudar as palavras no discurso e a continuidade que elas podem ter na sequência, no desenvolvimento discursivo. O fato de as metáforas originarem-se das relações sintagmáticas (nessas relações é que são construídas e percebidas) e paradigmáticas faz com que seja defendida a hipótese de que as metáforas constroem o sentido através da argumentação, conforme os preceitos da Teoria dos Blocos Semânticos, a partir da interdependência semântica entre dois segmentos que estão presentes no encadeamento argumentativo e, por conseguinte, no texto. A metáfora, na reportagem analisada, comporta um sentido profundo que é paradoxal, conforme previsto na descrição semântica realizada.

A seguir, apresentam-se as considerações referentes à aplicação do referencial teórico na análise de metáforas-títulos para a construção do sentido global do discurso. É tarefa do linguista semanticista, conforme Ducrot (1987), descrever o que diz o enunciado, o que ele traz, ou seja, o que está no enunciado e faz parte de seu sentido. A análise do título metafórico em relação ao discurso manifestado na reportagem jornalística possibilitou compreender como os efeitos de sentido são descritos a partir dos encadeamentos argumentativos e respectivos blocos semânticos, os quais em combinação/interdependência resultam no sentido global do discurso.

Desse modo, essa compreensão leitora permite que, a partir da possibilidade de cada leitor ter um ponto de vista a defender, deve fazê-lo com o referencial da TBS. Graças aos procedimentos metodológicos, confirmamos, pelas análises das palavras plenas, que as metáforas podem ser compreendidas como encadeamentos argumentativos e estudadas conforme os postulados da TBS. A identificação das argumentações externas (AE) e internas (AI) permitiu construir o quadrado argumentativo oriundo da metáfora do título, que tem relação com o sentido global do discurso, demonstrando assim que *o texto é um Bloco Semântico*, constituído por encadeamentos argumentativos em DC/PT.

Da TBS, utilizamos os conceitos de encadeamento argumentativo, bloco semântico e quadrado argumentativo. O termo *encadeamento argumentativo* (EA) é a relação entre um

segmento A unido por um conector a um *segmento B*, cuja interdependência semântica constrói o sentido do enunciado; essa interdependência exprime um bloco semântico de sentido indecomponível. Os conectores podem ser do tipo *normativo*, em *donc* (abreviado por DC), palavra francesa traduzida como “portanto”, são conclusivos. E do tipo *transgressivo*, encadeados por *pourtant* (abreviado por PT), traduzidos como “mesmo assim” (ou “no entanto”), adversativos.

Com base na relação entre os segmentos *A DC B*, podem ser construídos oito conjuntos de encadeamentos que são chamados de *aspectos argumentativos*, sendo agrupados em dois blocos semânticos, de quatro aspectos cada um: BS1 (Bloco Semântico) e BS2. Partindo do bloco semântico, é construído o *quadrado argumentativo* (CAREL, 1992). Comprovamos empiricamente que as metáforas são recursos argumentativos e nelas a argumentação se circunscreve, está na língua. Ou, dito de outra forma, *as metáforas são construções argumentativas* porque o sentido metafórico do título, ao redefinir o tópico (segmento A), pretende “persuadir”, argumentar em favor da nova construção, diga-se da nova definição, originando os encadeamentos argumentativos que lhes dão sentido. Pode-se defender que o título metafórico persuade, intenciona o convencimento. Assim, o aspecto evocado do bloco semântico do título metafórico coaduna-se, tem relação com o aspecto evocado do bloco semântico do sentido global do discurso, o que possibilita perceber o *movimento argumentativo do discurso*. A relação entre os encadeamentos argumentativos e os blocos semânticos configura-se na realização linguística de nível complexo constituído pelo *texto*, entidade abstrata subjacente aos discursos realizados, e pelo *discurso*, como sequência de enunciados interligados, entendido como entidade concreta, ou seja, a manifestação e realização do texto.

Retomamos agora a análise da reportagem, cujo título é – *A competição é uma droga* – que se configurou como orientação de caráter normativo (em *donc/DC*). Ao entender que o sentido é constituído pela situação pragmática e pela continuação discursiva, percebe-se como uma semântica sintagmática teria por tarefa não descrever palavras, mas prever a significação dos enunciados. Ducrot (1987) afirma que a semântica linguística tem cunho estruturalista; não é fundamentada sobre as informações dos conteúdos comunicados, mas sim sobre as relações intersubjetivas ligadas à sua comunicação.

As análises do título e dos trechos discursivos realizadas neste trabalho possibilitaram perceber que o título é entendido em relação ao texto, para que a compreensão leitora permita determinados encadeamentos e não outros, pois o sentido dos blocos está na compreensão

leitora¹⁹⁹, que significa assumir um ponto de vista, além de essa compreensão apoiar-se no domínio linguístico das palavras plenas, considerando que a lexicalização constrói sentidos possíveis. Isso porque a interpretação não é objetiva por causa da subjetividade/intersubjetividade, pois estudar a metáfora torna-se possível lançar luz sobre os processos de produção e compreensão do discurso, isto é, argumentar em favor da tese central do discurso presente na reportagem jornalística analisada.

Durante a reportagem foi possível perceber que, com a presença da *competição*, a legalização não favoreceria os produtores legalizados atualmente, de modo que para estes a competição é ruim, é uma droga, e essa proposição se refere diretamente ao título metafórico da reportagem. Dessa maneira, foi possível demonstrar que as metáforas são construções argumentativas, pois ocorrem a partir da construção de encadeamentos, em *donc*(DC) e *pourtant* (PT). Também, que o objetivo central desta pesquisa pôde ser concluído, de aplicar os preceitos teóricos da Teoria da Argumentação na Língua (ADL), mais especificamente no que diz respeito aos pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), na análise da reportagem jornalística com título metafórico, para a descrição do sentido global do discurso.

Diante disso, temos que a compreensão leitora se concretiza pelo ponto de vista assumido pelo leitor para construir e interpretar o sentido do enunciado, a partir dos discursos possíveis de serem encadeados, composto por uma sobreposição de discursos. Nessa sobreposição é que reside o caráter dialógico que caracteriza a polifonia. Percebeu-se empiricamente que cada enunciado traz uma qualificação da enunciação, descrita para encontrar-se o sentido, e o “valor linguístico fundamental” é argumentativo.

Consideramos que, neste estudo, foi possível constatar que a aplicação da TBS na análise de metáforas é viável e auxilia na compreensão da descrição semântica de categorização de um tópico e de construção do sentido global do discurso. É pertinente, após as análises, afirmar que as metáforas são construções argumentativas nas quais o sentido se forma no título do texto, da reportagem analisada, e também na continuação do discurso, que é dada pelo bloco semântico global. Verificamos que o aspecto evocado do bloco semântico expresso no título metafórico (BST) tem relação com o aspecto evocado do (BSG), conforme previsto na (H2), e ainda que a metáfora do título orienta para um BSG paradoxal.

Destacamos que, ao aplicarmos neste estudo essa profícua teoria, a TBS, foi possível perceber que a abordagem teórica proposta tem-se mostrado benéfica para o estudo da língua

¹⁹⁹ Metaforicamente, cada um constrói o seu quadrado argumentativo, porque a compreensão leitora permite que os encadeamentos assumidos pelo locutor/leitor sejam compostos por diferentes blocos de sentido.

e do discurso, de maneira argumentativa. Desse modo, entendemos que é necessário fazê-la chegar também ao ensino superior para auxiliar na melhoria contínua da qualidade da prática docente, tanto em relação à Produção Textual quanto à Literatura e à Língua Materna. Ressaltamos que a ADL/TBS não se limita apenas a essas áreas de estudo, mas pode ser aplicada como auxílio em outras áreas.

Certamente, não foram abordadas todas as problemáticas propostas pela ADL/TBS, por serem mais abrangentes e densas para caberem em uma só pesquisa. Sobre as possíveis limitações deste estudo, podemos dizer que são de ordem quantitativa, uma vez que o número de análises poderia ter sido maior, em vistas do *corpus* disponível; mesmo assim, a quantidade de conteúdos existentes em apenas uma reportagem jornalística permitiu cumprir os objetivos e aplicar o modelo metodológico desenvolvido. Também poderiam ter sido feitas análises mais estratificadas, explicadas; todavia, este espaço não permite tal alongamento. Sem dúvida, a qualidade poderia ter sido outra, de modo que o estudo da Teoria da Argumentação da Língua (ADL) e da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) tem neste trabalho um marco de início, pois continuará através de outros estudos, produções científicas e, posteriormente, do desenvolvimento de possível doutoramento da autora na área teórica em referência.

Entendemos que este estudo possui algo inovador, no que se refere às reflexões atuais acerca do discurso, assim, torna-se um importante referencial para futuras pesquisas, não tomando como acabado, este estudo deve ser visto como uma motivação para o ensino da língua materna sob uma perspectiva discursiva. Com a finalidade de um ensino pautado na compreensão do sentido argumentativo da língua, mais pesquisas devem ser realizadas utilizando-se dos estudos da metáfora e da ADL/TBS.

Por fim, ainda destacamos que, por meio do estudo ora encerrado, é possível concluir que a TBS auxilia na descrição do sentido global do texto, tornando as possibilidades de compreensão leitora ampliadas para uma leitura mais compreensiva sob o espectro da argumentação, que está inscrita na língua, e com maior criticidade, por consequência. Para encerrar este estudo, como últimas palavras das considerações finais, parafraseamos, novamente, o postulado de Ducrot (1988), afirma-se que *a argumentação está inscrita na metáfora*. É da ordem da língua, pois a língua e suas construções lexicais são doadoras de sentido. Ao considerarmos que as palavras determinam a força argumentativa dos discursos, a ADL/TBS constitui uma estratégia para a leitura e a produção textual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline Fantinel. *Relação argumentativa entre títulos e textos de provas de proficiência de leitura em inglês*. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la Lengua*. Tradução Julia Sevilla y Marta Tordesillas. Madrid: Gredos, 1994.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, Tânia Maris de. *Em busca do Sentido do Discurso – A semântica argumentativa como uma possibilidade para a descrição do sentido do discurso*. Caxias do Sul: Educs, 2006.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. (1979). Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.

BARBISAN, Leci Borges. A produção de discursos argumentativos na escola. *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 1, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2005.

_____. Um sentido do adjetivo no discurso. *Caderno de Pesquisas em Linguística*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 24-30, nov. 2006a.

_____. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In: GIACOMELLI, K.; PIRES, V.L. (Org.). Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso. *Letras*, n. 33, jul./dez. 2006b.

_____. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/2415/1889>>. Acesso em: 20 out. 2010.

BARBISAN, Leci Borges; RÖRIG, Cristina. A compreensão e a interpretação do discurso. *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 5, n.1, p. 32-47, jan./jun.2009.

BARBISAN, Leci, et al. Perspectivas discursivo-enunciativas de abordagem do texto. In: BENTES, Anna Cristina; LEITE, Marli Quadros (Org.). *Linguística de Texto e análise da conversação: panoramas das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p.171-224.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1988.

BENVENISTE, Émile. O Aparelho Formal da Enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes, 1989. p.81-90.v. 2.

_____. *Problemas de Linguística Geral I*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2005.

BEZ, Alessandra da Silveira; ORTMANN, Paula Dreyer. O valor polifônico de “ainda” no discurso. *Anais do Celsul*, 2008.

Disponível em: <http://www.celsul.org.br/Encontros/08/valor_polifonico_ainda.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras – dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CARBONI, Florence. *Introdução à Linguística*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAREL, Marion. A argumentação no discurso: argumentar não é justificar. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 21, p.23, mar.1997.

_____. Argumentación normativa y argumentación exceptiva. *Signo & Seña*, Fac. de Filosofía y Letras, UBA, n.9, jun.1998. p. 255-279.

_____. Lexicalização das argumentações. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 35, p. 55-73, jul./dez. 1998.

_____. Argumentação Interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.37,n.3, p. 27-43, set.2002.

_____. O que é argumentar? *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 1, n. 2, p. 77-84, jul./dez. 2005.

_____. Análise argumentativa do léxico: o exemplo da palavra medo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 26-35, jan./mar. 2009.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5649>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

_____. Polifonia e Argumentação. *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 6, n. 1, p. 22-36, jan./jun. 2010.

_____. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.46, n.1, p.27-36, jan./mar. 2011.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los Bloques Semánticos*. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

_____. Atualização da Polifonia. *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2010.

CEGALLA, Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

COPI, Irving M. Proposições Categóricas. In: _____. *Introdução à lógica*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

DELANOY, Cláudio Primo. Uma definição de leitura pela teoria dos blocos semânticos. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. *Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento*. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glais Sales (Org.). *Gêneros Oraís e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004. p. 95-128.

DONAIRE, Maria Luisa. Polifonía y punto de vista. *Discurso y Sociedad*, Barcelona: Gedisa, v. 2, n. 4, p. 73-87, dic. 2000.

DUCROT, Oswald. *Estruturalismo e Linguística*. Tradução José Paulo Paes. 2.ed. Cultrix: São Paulo, 1971.

_____. *Princípios de Semântica Linguística – Dizer e Não Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *Provar e Dizer – leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.

_____. *O Dizer e o Dito*. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. *Polifonía y argumentación*. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

_____. Semântica Linguística e análise de textos. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 35, p.19-33, jul./dez. 1998.

_____. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica. Tradução Beatriz Diez. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad*., Barcelona: Editorial Gedisa, v.2, n.4, p. 23-44, 2000.

_____. Os Internalizadores. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre. v. 40, n. 1, p. 9-21, 2005.

_____. Argumentação Retórica e Argumentação Linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.44, n.1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

EXAME. São Paulo: Ed. Abril, edição 981, ano 44, n. 22, p. 120-121, 1 dez.2010.

FERREIRA, Helenita de Moraes. *Leitura e proposta de redação à luz da Teoria da Argumentação na Língua*. 76 f. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

FILIPAK, Francisco. *Teoria da Metáfora*. Curitiba: HDV, 1983.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. Metáfora e Metonímia: dois processos de construção do discurso. In: _____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 70-91.

_____. A força da metáfora. *Língua Portuguesa: revista mensal*. São Paulo: Segmento, n.63, jan. 2011. Artigo de reportagem. p. 33.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, V.N.; BARBISAN, L.B.; FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FREITAS, Ernani Cesar de. *Semântica Argumentativa: a construção do sentido no discurso*. Novo Hamburgo: Feevale, 2007. 240 p.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica no discurso do leitor. *Desenredo*, Passo Fundo/RS, v. 5, n. 2, p. 252-270, jul./dez. 2009.

_____. Blocos Semânticos: o movimento argumentativo na construção do sentido no discurso. *Revista do GEL*, S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1, p. 109-128, 2008.
Disponível em: <http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/5/RG_V5N1_07.pdf>.
Acesso em: 13 mar. 2011.

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, Discurso e ensino*. São Paulo: Contexto, 2009.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. *Resumo de Textos – em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

_____. Encapsulamento anafórico e encadeamento argumentativo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 191-200, jun. 2007.

_____. Argumentação linguística e argumentação retórica: uma aproximação (im) possível. In: *Caderno de Pesquisas em Linguística*, Porto Alegre, v. 5, n.1, p. 88-97, nov.2010.

_____. Tradição semântica e semântica argumentativa: o sentido de demais / a mais. In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). *Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011. p. 211-232.

_____. A Jesus Cristo Nosso Senhor, de Gregório de Matos Guerra: análise argumentativa e polifônica de pecar no poema. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO (ALED), 9., 2011. *Anais...*Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GRÉGIS, Rosi Ana. O paradoxo na Teoria da Argumentação na Língua: uma questão linguístico-argumentativa. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, v. 31, n. 2, p. 195-204, 2009. Disponível em:<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/6543/6543>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

HANEL, Andréia Inês. *Avaliação de propostas de produção de textos dissertativo-argumentativos à luz da Teoria da Argumentação na Língua*. 141 f.2010. Dissertação (Mestrado em Letras)– Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

JOUBE, Vincent. *A leitura*. Tradução Brigitte Hervor. São Paulo: Unesp, 2002.

KLEIMAN, Angela. *Texto e Leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *A coesão textual*. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 5. Ed. São Paulo: Ática, 2004.

LESCANO, Alfredo. Fuerza relativa em los grados superiores. In: ARNOUX, Elvira N. *Homenaje a Ducrot*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.p.227-248.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MELO José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. Ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOURA, Heronides. Semântica e Argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 14, n. 1, p. 169-183, fev.1998.

_____.Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas. *Linguagem em (Dis) curso*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 417-452, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0703/7%20art%205.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

_____. Desfazendo dicotomias em torno da metáfora. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 179-200, jan./jun. 2008. Disponível em:<http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/07-Heronides_Moura.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2010.

_____. *Metáfora: o que ela nos ensina sobre a linguagem*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. 185 slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. In: GIACOMELLI, K.; PIRES, V.L. (Org.). Émile Benveniste: interfaces enunciação & discurso. *Letras*, n. 33, jul./dez. 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. Os Gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.p.152-183.

ROCHA, Aline Wiczikoviski. *Um estudo enunciativo da metáfora em textos publicitários*. 136 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

RÖSING, Tania M.K. *A formação do professor e a questão da leitura*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1996.

SANTOS, Noemi Luciane dos. 196 f.2010. *Os operadores na argumentação no discurso*. Tese (Doutorado em Letras)–Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010 a.

_____. A argumentação construída por operadores no discurso. In: *Caderno de Pesquisas em Linguística*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 98-109, nov. 2010b.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEARLE, John R. Método e Objecto. In: _____. *Os actos de fala – Um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra:Almedina, 1981.p. 9-32.

SILVA, Nadiana Lima. Títulos processos inferenciais na (re) construção de sentidos do texto. *Revista Ao pé da Letra*,Pernambuco, v. 10, 2008.

Disponível em:<<http://www.revistaaopedaletra.net/volumes/vol%2010.1/Vol10-Nadiana-Lima.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

TOLDO, Cláudia Stumpf. O texto publicitário sob o olhar da argumentação. In: *Caderno de Pesquisas em Linguística*, Porto Alegre, v. 2, n. 1,p.112-124, nov.2006.

VAN DIJK, TeunAdrianus. Macro-estruturas. In: VAN DIJK, TeunAdrianus. *Texto y contexto*. Madrid: Cátedra, 1980. p. 195-338.

VEREZA, Solange Coelho. Metáfora e Argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 7, n. 3, p. 487-506, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0703/9%20art%207.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF – Letras e cognição*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 199-212, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo10.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

ANEXO A – Reportagem Jornalística

A photograph of a woman with long dark hair, smiling and looking down at a cannabis plant in a field. She is holding a small yellow object, possibly a flower or seed, in her hand. The background is filled with lush green cannabis plants.

NEGÓCIOS GLOBAIS | estados unidos

A COMPETIÇÃO É UMA DROGA

Plantadores legais de maconha da Califórnia foram contra a liberação da droga. Para eles, a legalização é sinônimo de mais produtores e menos lucros

FELIPE CARNEIRO

PARA O RESTANTE DOS AMERICANOS, os californianos são considerados excêntricos, criativos, vanguardistas e libertários. Por isso, causou certa surpresa quando, no começo de novembro, o “não” venceu o referendo sobre a legalização da maconha para uso recreativo — contrariando inclusive pesquisas de opinião. Mais estranho ainda foi o resultado em algumas localidades com forte presença de produtores legais de maconha, vendida em lojas autorizadas para pacientes com problemas como falta de apetite, dor crônica, alta pressão nos

Independentemente do juízo que se faça sobre a legalização de uma droga como a maconha, o caso californiano lança luz sobre os efeitos da economia de escala. A recusa dos atuais produtores em ampliar o mercado consumidor tem uma explicação economicamente lógica — nada a ver com as piadas maldosas que ligaram o resultado da votação nesses condados com supostos efeitos alucinógenos da droga. O setor está nas mãos dos chamados *mom and pop growers* — “produtores papai e mãe”, numa tradução livre. São famílias donas de pequenas propriedades agrícolas, uma das exigências da atual

americano Rand Corporation dá razão aos pequenos produtores. Uma eventual legalização para fins recreativos faria o preço de 1 grama de maconha cair dos atuais 16 dólares para pouco mais de 1 dólar. A queda não viria dos *mom and pop growers*, cujos custos se manteriam os mesmos. Viria dos proprietários de grandes fazendas mecanizadas e com mais poder para negociar preços de adubos e sementes. Os pequenos agricultores teriam perdas também no front fiscal. “Com a legalização, viriam taxas altíssimas, comparáveis às do álcool e do tabaco — e o fim de nossos lucros”, diz o agricultor Tucker Jones, de 62 anos, fornecedor de maconha para lojas autorizadas no condado californiano de Trinity.

A MATEMÁTICA ANTILEGALIZAÇÃO

Na Califórnia, a maior parte dos produtores legais de maconha é de pequenos agricultores. Em comum, eles temem a liberação do consumo para fins recreativos

O mercado de maconha para pacientes com doenças que vão da insônia ao câncer é muito menor que o mercado negro (receita anual em dólares na Califórnia)

MACONHA MEDICINAL

1 bilhão de dólares

MACONHA ILEGAL

14 bilhões de dólares

A legalização para fins recreativos ampliaria o público-alvo dos plantadores legais, mas a entrada de novos produtores jogaria o preço para baixo (em dólares)



Fontes: California State Board of Equalization, Drug Enforcement Administration e Rand Corporation

olhos ou insônia. Na região conhecida como Emerald Triangle, o celeiro da maconha americana, localizado ao norte de São Francisco, o “não” venceu nos três condados, inclusive em Mendocino, onde mais da metade da economia depende da erva. “Esse foi o resultado que nos deixou mais frustrados”, diz Dale Sky Clare, porta-voz do movimento Sim, que formulou a campanha e recolheu as assinaturas para a realização do referendo.

PRODUTORA DE MACONHA NA CALIFÓRNIA: todos contra a “walmartização” do setor

lei. Para elas, a ampliação do mercado significaria o início do que chamam de processo de “walmartização”: grandes produtores entrariam no mercado, a competição certamente aumentaria e o preço da maconha despencaria. “Os produtores ficaram com medo de perder seu sustento”, diz Dale Geiringer, Ph.D. em regulação de drogas pela Universidade Stanford e um dos autores da lei que legalizou a maconha medicinal na Califórnia em 1996, a primeira do país. Hoje, outros 14 estados permitem a venda da droga para pacientes com prescrição médica.

Uma pesquisa do centro de pesquisas

SAÍDA PELO TURISMO

Outro fator que mobilizou apoio ao “não” foi o temor de que, com a legalização, a droga californiana pudesse abastecer o mercado negro de outros estados. “A queda do preço da maconha provavelmente faria com que muitos dos atuais pequenos produtores fossem buscar consumidores no restante dos Estados Unidos, onde o uso da droga para fins recreativos continua sendo proibido”, diz Joseph Burguer, presidente da Associação dos Produtores do condado de Humboldt, também no Emerald Triangle. Apesar de toda a resistência dos *mom and pop growers*, o movimento em favor do “sim” não desistiu. Pretende colher novamente as 380 000 assinaturas necessárias para a realização de outro referendo. De acordo com o raciocínio deles, se a votação ocorrer no mesmo dia da eleição presidencial de 2012, o comparecimento em maior número de jovens será capaz de reverter o resultado. A jornalista e ativista do movimento pró-legalização Kym Kemp já tem até um plano de salvamento para os atuais produtores. Segundo ela, o Emerald Triangle, colado ao Napa Valley, região de vinhedos na Califórnia que atrai mais de 4 milhões de visitantes por ano, poderia seguir o mesmo caminho, com direito a visitas às plantações de maconha e sessões de degustação. ■